ATA	REUNIÃO
Reunião da Câmara Municipal	**N.º 18**
DATA	HORA
18 de setembro de 2026	10h00
LOCAL	
Câmara Municipal de Murça	

Ata da 18.ª Reunião de Câmara [ordinária] realizada na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Murça, no dia 18 de setembro de 2026.

Presenças

Mário Artur Correia Lopes
Presidente da Câmara

André Filipe Morais Lage
Vereador em regime de não permanência

Avelino José Marques dos Santos
Vice-Presidente da Câmara

Paula Alexandra Ribeiro Catarino
Vereadora em regime de não permanência

Ana Cristina Pinto Martins
Vereadora em regime de permanência

Marcos José da Silva Barroco
Secretário da Reunião

I. ABERTURA

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas.----------

II. ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi aberto o período antes da ordem do dia pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

Intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Avelino José Marques dos Santos.----------

A Autarquia renovou a sua aposta na promoção da atividade física e do desporto para todos os munícipes, através de um conjunto de sete projetos que abrangem diferentes faixas etárias, com início no dia 28 de outubro.---

Integram esta oferta a Escola de Andebol, destinada a crianças e jovens dos 6 aos 12 anos; a Escola de Voleibol, dirigida a jovens dos 12 aos 18 anos; a Escola de Basquetebol, para jovens dos 4 aos 12 anos, a Escola de Natação, aberta a crianças e adultos; o Zumba Kids, organizado em dois escalões

etários, dos 4 aos 9 anos e dos 10 aos 15 anos; e o programa Fitness em Forma, direcionado para a população adulta.----------

O projeto Seniores Ativos, destinado a pessoas com idade superior a 55 anos, tem como objetivo promover a prática regular de atividade física orientada, contribuindo para a melhoria da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. Este projeto desenvolve-se em duas vertentes: aulas de hidroginástica na Piscina Municipal e ações de reabilitação físico-motora, que percorrem semanalmente todas as freguesias do concelho de Murça.----------

Está tudo preparado para a abertura ao público das Piscinas Municipais Cobertas, prevista para o dia 21 de setembro de 2026, reforçando assim a oferta desportiva e de lazer disponibilizada aos munícipes.----------

Intervenção da Senhora Vereadora da Câmara Municipal em regime de permanência, Ana Cristina Pinto Martins.----------

A Senhora Vereadora em regime de permanência, Ana Cristina Pinto Martins, informou que, no dia 15 de setembro, foram entregues os livros de atividades aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, iniciativa que reforça o compromisso do Município com a educação e com o apoio às famílias do concelho.---------

Intervenção do Senhor Vereador da Câmara Municipal em regime de não permanência, André Filipe Morais Lage.----------

Na semana em que arrancou mais um ano escolar, início com uma palavra de apreço a toda a comunidade educativa do concelho de Murça. Nos tempos tão incertos que vivemos, Investir na educação, particularmente na educação para a cidadania e no pensamento crítico é essencial para fortalecer a democracia Uma democracia depende não só das suas instituições, mas também de cidadãos capazes de se informar, participar, respeitar a diversidade de opiniões. A escola mais do que nunca tem hoje um papel fulcral na nossa sociedade. Aos alunos, professores, auxiliares, pais e demais intervenientes no meio escolar, votos dos maiores sucessos e desejo de um bom ano letivo.----------

Na localidade de Monfebres e desde o início do funcionamento da ETAR compacta, muitas habitações são invadidas através das canalizações por cheiros nauseabundos e também nos próprios arruamentos junto das caixas de saneamento. Trata-se de uma situação inqualificável e que demonstra certamente alguma deficiência no funcionamento deste equipamento.----------

Sei que essa situação, que afeta a qualidade de vida e bem-estar da população, já é do conhecimento desta câmara municipal, pergunto que diligências foram feitas e quando.----------

A publicitação das reuniões do executivo municipal eram prática habitual na

página oficial do Facebook do município de Murça, onde além da hora e local se colocava um link para conhecimento da ordem do dia. Esse hábito não tem vindo a ser seguido, pergunto motivo.----------

A comunidade inter municipal terras de trás os montes lançou, no início de agosto e pelo menos até ao passado dia 14 de setembro, uma linha de serviço público de transporte gratuita com passagem por murça em horário útil, de manhã as 8h 10m com destino a Vila Real, e ao final da tarde com saída de Vila Real às 17:45 com destino a Bragança e paragem na nossa vila. Não vi em lado nenhum qualquer publicitação do município ou no próprio interface a este serviço que embora não proporcionado pela CIM territorialmente competente constitui uma mais-valia para a população do concelho. Questiono a razão.".-

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes.----------

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara informou que, relativamente à situação verificada em Monfebres, têm sido realizadas diversas diligências e que a ADIN, entidade responsável pela gestão do sistema, já foi alertada por várias vezes para o problema.----------

Quanto à divulgação das reuniões do Executivo Municipal, designadamente das convocatórias e ordens do dia na página oficial do Município na rede social Facebook, o Senhor Presidente registou o reparo apresentado.----------

No que respeita ao serviço de transporte mencionado, esclareceu que os respetivos horários se encontram afixados no Interface de Transportes e que se trata de uma ligação inter-regional promovida pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.----------

Gabinete de Apoio à Presidência - GAP

1.Resumo diário de tesouraria;----------

A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

Divisão de Gestão Financeira - DGF

2.Proposta N.º 43/DGF/2026 - Relatório semestral do Revisor de Contas - 1.º Semestre de 2026;----------

A Câmara Municipal tomou conhecimento. Mais deliberou, submeter o assunto ao conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo n.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual.----------

Divisão de Planeamento e Gestão Urbana - DPGU

3. Informação dos Processos de Obras e Outros Objeto de Despacho;----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

III. ORDEM DO DIA

Gabinete da Apoio à Presidência - GAP

4. Aprovação da ata da reunião n.º 17/2026;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata.----------

5. Proposta N.º 24/GAP/2026 - Parecer prévio para a celebração de contratos de aquisição de serviços;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Parecer prévio para a celebração de contratos de aquisição de serviços, nos termos exarados na Proposta N.º 24/GAP/2026.----------

6. Proposta N.º 25/GAP/2026 - Apoio financeiro à União de Freguesias Noura e Palheiros para a aquisição de um conjunto de edifícios.-----

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro à União de Freguesias Noura e Palheiros para a aquisição de um conjunto de edifícios, nos termos exarados na Proposta N.º 25/GAP/2026. Mais deliberou, submeter o assunto a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.----------

7. Proposta N.º 26/GAP/2026 - Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Jou para as obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso.--------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro à Junta de Freguesia de Jou para as obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso, nos termos exarados na Proposta n.º 26/GAP/2026. Mais deliberou, submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.----------

8. Proposta N.º 27/GAP/2026 - Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Jou para apoio ao funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso no ano de 2026;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro à Junta de Freguesia de Jou para apoio ao funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso no ano de 2026, nos termos exarados na Proposta N.º 27/GAP/2026. Mais deliberou, submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.----------

9. Proposta N.º 28/GAP/2026 - Celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais - Instalação transitória do Centro de Saúde de Murça;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais - Instalação transitória do Centro de Saúde de Murça, bem como ratificar a celebração de contrato promessa de arrendamento, nos termos exarados na Proposta N.º 28/GAP/2026.----------

Os Vereadores do Partido Socialista declararam que votam favoravelmente a presente proposta, atendendo que, de acordo com as informações prestadas, as alternativas eram mais dispendiosas.------

Divisão de Gestão Financeira - DGF

10. Proposta N.º 7/DGF/2026 - Reposição de verbas da Operação NORTE-09-5762-FSE-000064;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a reposição de verbas da Operação NORTE-09-5762-FSE-000064, nos termos exarados na Proposta N.º 7/DGF/2026.----------

11. Proposta N.º 8/DGF/2026 - Reposição de verbas da Operação NORTE-07-4234-FSE-000022;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a reposição de verbas da Operação NORTE-07-4234-FSE-000022, nos termos exarados na Proposta N.º 8/DGF/2026.----------

12. Proposta N.º 9/DGF/2026 - Liberação de garantias bancárias e reversões de retenções de valores;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação de garantias bancárias e reversões de retenções de valores, nos termos exarados na Proposta N.º 9/DGF/2026. Notifique-se.--------

13. Proposta N.º 10/DGF/2026 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de serviços, em regime de avença, para diversas áreas para a integração de Equipa Multidisciplinar";----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de serviços, em regime de avença, para diversas áreas para a integração de Equipa Multidisciplinar", nos termos exarados na Proposta N.º 10/DGF/2026. Mais deliberou, submeter o assunto ao conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026.----------

14. Proposta N.º 11/DGF/2026 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Prestação de serviços de gestão de resíduos urbanos do concelho de Murça de 2027 a 2034";----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Prestação de serviços de gestão de resíduos urbanos do concelho de Murça de 2027 a 2034", nos termos exarados na Proposta N.º 11/DGF/2026. Mais deliberou, submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026.----------

15. Proposta N.º 46/DGF/2026 - Prestação de Contas da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr E. M. LDA. de 2025;----------

O Vereador do Partido Socialista, André Lage, saiu da sala por volta das 10:53, não tendo participado na votação deste assunto.----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr E. M. LDA. de 2025, nos termos exarados na Proposta N.º 46/DGF/2026. Mais

deliberou, submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do disposto no artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.----------

O Vereador do Partido Socialista, André Lage, regressou à sala por volta das 10:56.----------

16. Proposta N.º 49/DGF/2026 - Nomeação de Revisor Oficial de Contas para o Município de Murça de 2026 a 2028;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Nomeação de Revisor Oficial de Contas para o Município de Murça de 2026 a 2028, nos termos exarados na Proposta N.º 49/DGF/2026. Mais deliberou, submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua redação atual.----------

17. Proposta N.º 50/DGF/2026 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Arrendamento para instalação do Centro de Saúde de Murça";----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Arrendamento para instalação do Centro de Saúde de Murça", nos termos exarados na Proposta N.º 50/DGF/2026. Mais deliberou, submeter o assunto ao conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026.----------

Divisão Jurídica e Administrativa - DJA

18. Proposta N.º 19/PEC/2026 - Atribuição de apoios à produção pecuária 2026;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de apoios à produção pecuária 2026, nos termos exarados na Proposta N.º 19/PEC/2026. Notifique-se.----------

19. Proposta N.º SUB_61/2026 - Apoio financeiro a Daniel Filipe Rodrigues Teixeira - Promoção do Desenvolvimento e Valorização do Concelho de Murça - Desporto Automóvel;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Apoio financeiro a Daniel Filipe Rodrigues Teixeira - Promoção do

Desenvolvimento e Valorização do Concelho de Murça - Desporto Automóvel, nos termos exarados na Proposta N.º SUB_61/2026. Notifique-se.----------

20. Proposta N.º SUB_63/2026 - Apoio financeiro à Comissão de utentes da USF de Murça;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Apoio financeiro à Comissão de utentes da USF de Murça, nos termos exarados na Proposta N.º SUB_63/2026. Notifique-se.----------

---

O Presidente da Câmara propôs ao executivo municipal que, nos termos legais, as deliberações tomadas na presente reunião possam ter executoriedade imediata, sendo, nesse sentido, aprovadas, nos termos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, sob a forma de minuta para todos os efeitos legais.----------

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara. Proceda-se em conformidade.----------

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, em forma de minuta, e eu, Marcos José da Silva Barroco, redigi e vou assinar junto do Presidente.----------

O Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário da Reunião de Câmara,

TESOUREIRO	FUNCIONÁRIO	ORGÃO EXECUTIVO

ENTIDADE	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 179	DATA	ANO	PÁGINA
CMMURÇA	Data : 2026/09/18 (desconsideração dos depósitos a prazo)	2026/09/18	2026	1

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		Caixa	4.563.896,44	4.558.736,57			4.563.896,44	4.558.736,57	5.159,87	
11.1		Caixa A	4.555.901,20	4.553.741,33			4.555.901,20	4.553.741,33	2.159,87	
	CX1	CX1 - CX 1 TESOURARIA MUNICIPAL	3.550.054,91	3.547.895,04			3.550.054,91	3.547.895,04	2.159,87	
	CX7	CX7 - TES. MUNICIPAL (SUBSTITUTO)	1.005.846,29	1.005.846,29			1.005.846,29	1.005.846,29		
11.8		Fundo fixo	7.995,24	4.995,24			7.995,24	4.995,24	3.000,00	
11.8.2		Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
	FM2	FM2 - Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
11.8.4		Fundo de Maneio - GAP	6.645,28	4.645,28			6.645,28	4.645,28	2.000,00	
	FUN	FUN - Fundo de Maneio - GAP	6.645,28	4.645,28			6.645,28	4.645,28	2.000,00	
11.8.5		Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
	FM4	FM4 - Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
11.8.6		Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
	FM5	FM5 - Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
11.8.7		Fundo de Maneio - CPCJ	523,86	323,86			523,86	323,86	200,00	
	FM6	FM6 - Fundo de Maneio - CPCJ	523,86	323,86			523,86	323,86	200,00	
12		Depósitos à ordem	11.750.243,72	9.432.983,63			11.750.243,72	9.432.983,63	2.317.260,09	
12.2		Depósitos bancários	11.750.243,72	9.432.983,63			11.750.243,72	9.432.983,63	2.317.260,09	
12.2.1		Caixa Geral de Depósitos	9.913.713,09	9.234.205,96			9.913.713,09	9.234.205,96	679.507,13	
	0035/00000080730	CGD	7.961.669,87	7.898.711,65			7.961.669,87	7.898.711,65	62.958,22	
	0035/00012101273085	CGD	682.019,25	680.494,31			682.019,25	680.494,31	1.524,94	
	0035/00012513830	CGD	1.270.023,97	655.000,00			1.270.023,97	655.000,00	615.023,97	
12.2.2		Novo Banco	20.388,10	9.077,37			20.388,10	9.077,37	11.310,73	
	0007/00001650002	GNB	20.388,10	9.077,37			20.388,10	9.077,37	11.310,73	
12.2.3		Millenium BCP	1.165.450,70	190,50			1.165.450,70	190,50	1.165.260,20	
	0033/00010536715	BCP	1.112.718,18	160,50			1.112.718,18	160,50	1.112.557,68	
	0033/45337614343	BCP	52.732,52	30,00			52.732,52	30,00	52.702,52	
12.2.4		Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	543.955,33	114.898,74			543.955,33	114.898,74	429.056,59	
	0045/40082356944	CCAM	543.955,33	114.898,74			543.955,33	114.898,74	429.056,59	
12.2.6		Banco Português de Investimento	106.736,50	74.611,06			106.736,50	74.611,06	32.125,44	
	0010/21059890101	BPI	106.736,50	74.611,06			106.736,50	74.611,06	32.125,44	
13		Outros depósitos	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3		Depósitos de garantias e cauções	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3.2		Depósitos bancários	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3.2.1		Caixa Geral de Depósitos	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
	0035/00014479530	CGD	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	16.730.475,69	14.028.471,08			16.730.475,69	14.028.471,08	2.702.004,61	
		SALDO GERÊNCIA	11.223.977,42	8.521.972,81			11.223.977,42	8.521.972,81	2.702.004,61	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	10.807.537,76	8.484.621,93			10.807.537,76	8.484.621,93	2.322.915,83	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	416.439,66	37.350,88			416.439,66	37.350,88	379.088,78	

Oito Séculos de História

PRESENTE À REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO A Câmara Municipal tomou conhecimento.

CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, informa-se para conhecimento a Ex.ª Câmara Municipal, dos processos de obras objeto de despacho e outros, no período de 25 de agosto a 15 de setembro de 2026, ao abrigo das competências delegadas nas reuniões do Executivo Municipal 05 de novembro de 2025.

Aprovação de Projetos de Arquitetura. Especialidades, Prorrogações e outras:

Requerente	Localidade	Tipo de Operação Urbanística	Data do Pedido	Data da Aprovação/ Resposta
Otília de Jesus Teixeira Silva	Vilares	Construção de um armazém	12/06/2026	01/09/2026
Diogo Filipe Tomé dos Santos Macedo	Ribeirinha	Legalização de Habitação	16/08/2026	01/09/2026

Emissão de Licenças, Utilização, Certidões e Outros

Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação Prévia / Certidão e outros	Data do Pedido	Data da Emissão
Maria do Rosário Franco de Sousa Pacheco	Murça	Atribuição de n.º de polícia	10/08/2026	25/08/2026
António Manuel Constantino de Jesus Pereira	Murça	Atribuição de n.º de polícia	07/08/2026	28/08/2026
Carlos Alberto Alves Gonçalves	Carva	Atribuição de n.º de polícia	03/08/2026	04/09/2026
Cabeça de Casal de Herança de António Manuel Alves	Murça	Certidão de compropriedade	17/07/2026	31/08/2026
João Miguel Vilhena de Sousa Fonseca	Asnela	Certidão de Isenção de autorização de utilização	26/06/2026	31/08/2026
Comissão Fabriqueira da Igreja de Carva	Carva	Autorização para realização de procissão	14/08/2026	02/09/2026
Saraiva & Irmão, Lda	Murça	Renovação de licença provisória	27/07/2026	04/09/2026
João Luis Rodrigues Dias	Fiolhoso	Comunicação para utilização	23/04/2026	14/09/2026
Fábrica da Igreja Paroquial de Murça	Murça	Licença especial de ruído n.º 58/26	04/09/2026	08/09/2026

Murça, 15 de setembro de 2026

A Coordenadora Técnica,
Paula Martins Rodrigues

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

PRESENTE À REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO A Câmara Municipal tomou conhecimento. Remeter para a AM para conhecimento - Aprovado

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.º DGF / 03 – INF43/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para conhecimento.
04-09-2026-14:28:50 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo.
Para os devidos efeitos, ao PC sugerindo o agendamento, deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para conhecimento e, bem assim, para conhecimento em sede de próxima sessão ordinária da AM.
03-09-2026-16:37:23 - marcelo

ASSUNTO

RELATÓRIO SEMESTRAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 1º SEMESTRE 2026

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, prevê, no seu artigo 77.º, a intervenção de um auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do referido artigo, compete ao auditor externo:

"remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira."

A obrigação legal abrange, assim, a apresentação da informação semestral ao órgão executivo — Câmara Municipal e subsequentemente ao órgão deliberativo — Assembleia Municipal.

O relatório semestral constitui um instrumento de acompanhamento e fiscalização da situação económica e financeira do Município, distinto da certificação legal das contas e do parecer sobre os documentos anuais de prestação de contas previstos na alínea e) do n.º 2 do mesmo artigo.

2. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O auditor externo do Município, Fonseca, Paiva, Carvalho e Associado, apresentou o relatório semestral relativo ao período compreendido entre 01-01-2026 e 30-06-2026.

O documento procede à apreciação da situação económica, financeira, patrimonial e orçamental do Município, incidindo, designadamente, sobre:

- A execução da receita e da despesa;
- A evolução da situação financeira e patrimonial;
- As disponibilidades e os compromissos assumidos;
- A regra de equilíbrio;
- A situação perante terceiros;
- O cumprimento dos princípios e regras contabilísticas e financeiras aplicáveis;
- As situações, observações ou recomendações consideradas relevantes pelo auditor externo.

3. SÍNTESE DO EXERCÍCIO

Da análise efetuada pelo auditor externo, destacam-se, em síntese, as seguintes conclusões:

1. **Execução orçamental:**

Grau de execução da receita total	**42,05%**
Grau de execução da receita corrente	47,65%
Grau de execução da receita de capital	17,89%
Grau de execução da despesa total	**26,65%**
Grau de execução da despesa corrente	37,20%
Grau de execução da despesa de capital	14,23%

2. **Situação económica e patrimonial:**

Total de rendimentos	5.257.966,51 €
Total de gastos	5.217.964,20 €
Resultado líquido do período	40.002,31 €
Disponibilidades (caixa + bancos)	3.788.899,75 €

3. **Cumprimento de princípios legais:**

- O Município de Murça encontra-se em cumprimento da Regra de Equilíbrio Orçamental prevista no número 2 do artigo 40 ei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- Inexistência de Pagamentos em atraso nos termos da Lei n.º 8/2012
- Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2026 ascendiam a 1.634.716,37€

4. **Controlo interno e regularidade contabilística:** nenhuma insuficiência ou reserva reportada;
5. **Recomendações do auditor externo:** nenhuma recomendação reportada;

4. PROPOSTA

Face ao exposto, propõe-se que o Senhor Presidente da Câmara Municipal determine:

1. A submissão à Câmara Municipal, para tomada de conhecimento, do relatório semestral do auditor externo relativo ao período em análise;
2. A posterior remessa do relatório à Assembleia Municipal, para tomada de conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

Murça, 01-09-2026

À consideração superior

O Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

Mário José Pinto Sampaio

O Dirigente de 3.º Grau da Unidade de Contabilidade e Finanças

João Victor Gomes Teixeira

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2026

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2026, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 5.560.898,03 € de despesa paga e um total de 8.774.038,97 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 48.212.284,09 € e um total de Património Líquido de 42.669.840,66 €, incluindo um resultado líquido positivo de 40.002,31 €) e na Demonstração dos resultados.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:

- **a)** a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- **b)** a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- **c)** a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
- **d)** a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
- **e)** a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC n.º 282

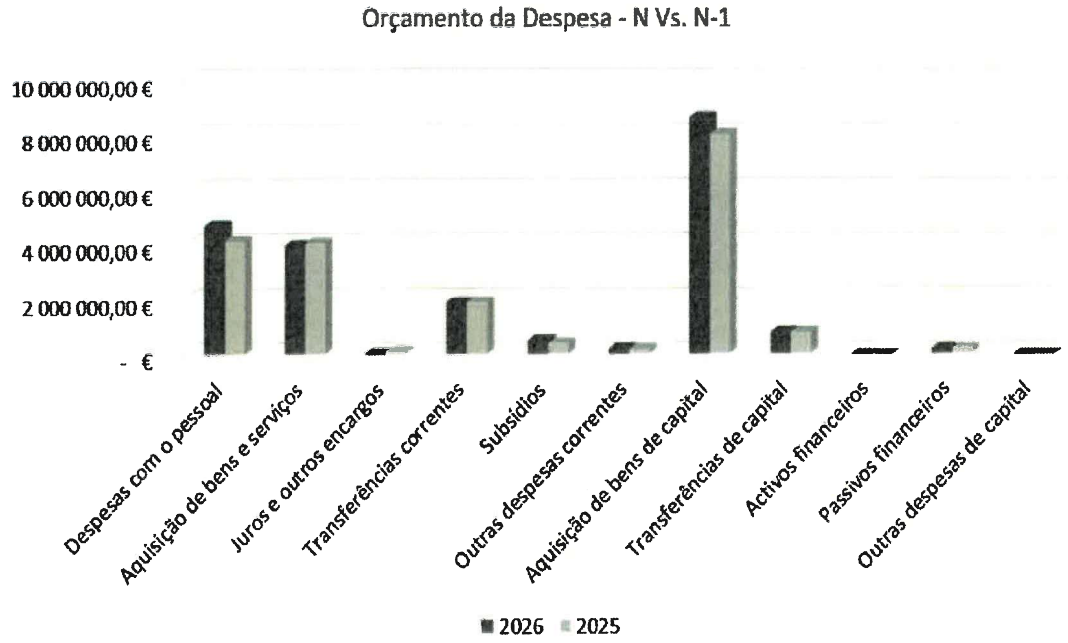
ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

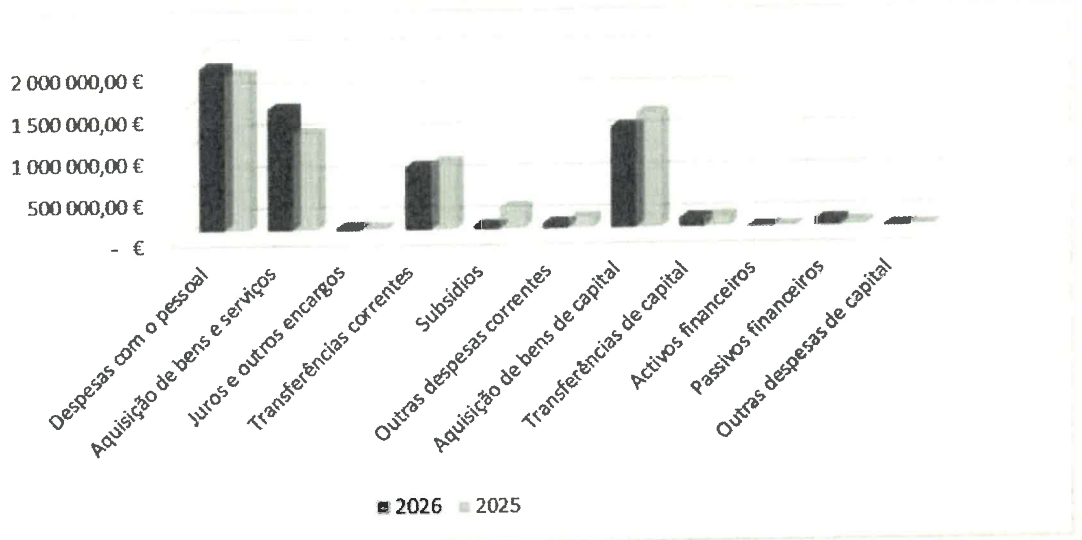
Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Obrigações	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Jun 26	Grau Exec. Jun 25	Grau Exec. Dez 25
Cl.	Designação										
01	Despesas com o pessoal	4 699 269,34	3 958 997,17	2 012 922,65	740 272,17	84,25%	1 919 470,62	2 779 798,72	40,85%	44,76%	93,91%
02	Aquisição de bens e serviços	3 960 733,33	2 850 892,60	1 560 212,20	1 109 840,73	71,98%	1 435 090,57	2 525 642,76	36,23%	27,98%	69,11%
03	Juros e outros encargos	57 500,00	56 212,45	20 435,86	1 287,55	97,76%	20 435,86	37 064,14	35,54%	15,68%	41,56%
04	Transferências correntes	1 895 000,00	1 344 499,95	775 709,91	550 500,05	70,95%	736 600,47	1 158 399,53	38,87%	41,68%	82,73%
05	Subsídios	490 000,00	481 776,49	64 263,04	8 223,51	98,32%	31 611,34	458 388,66	6,45%	63,69%	93,12%
06	Outras despesas correntes	180 000,00	69 252,44	53 896,79	110 747,56	38,47%	53 896,79	126 103,21	29,94%	73,65%	95,82%
	DESPESAS CORRENTES	**11 282 502,67**	**8 761 631,10**	**4 487 440,45**	**2 529 871,57**	**77,66%**	**4 197 105,65**	**7 085 397,02**	**37,20%**	**38,70%**	**82,69%**
07	Aquisição de bens de capital	8 637 592,10	5 456 921,47	1 482 446,46	3 180 670,63	63,18%	1 191 900,72	7 445 691,38	13,80%	16,94%	71,01%
08	Transferências de capital	776 000,00	511 948,16	147 633,86	264 051,84	65,97%	100 295,38	675 704,62	12,92%	15,18%	39,53%
09	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
10	Passivos financeiros	170 000,00	167 235,73	71 596,28	2 764,27	98,37%	71 596,28	98 403,72	42,12%	26,28%	74,78%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	DESPESAS DE CAPITAL	**9 583 592,10**	**6 136 105,36**	**1 701 676,60**	**3 447 486,74**	**64,03%**	**1 363 792,38**	**8 219 799,72**	**14,23%**	**16,99%**	**66,71%**
	TOTAL DE DESPESAS	**20 866 094,77**	**14 897 736,46**	**6 189 117,05**	**5 968 358,31**	**71,40%**	**5 560 898,03**	**15 305 196,74**	**26,65%**	**28,81%**	**76,50%**

Gráfico 1–Evolução comparativa do orçamento da despesa (junho 2026 Vs. junho 2025)



Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

Gráfico 2–Evolução comparativa da despesa paga (junho 2026 Vs. junho 2025)



Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Liquida		Jun 26	Jun 25	Dez 25
01	Impostos directos	651 287,52	480 996,84	-170 290,68	73,85%	54,30%	111,35%
02	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
04	Taxas, multas e outras penalidades	55 991,98	17 043,80	-38 948,18	30,44%	36,35%	82,97%
05	Rendimentos da propriedade	287 600,00	68 632,75	-218 967,25	23,86%	48,24%	98,70%
06	Transferências correntes	8 764 899,00	4 099 318,73	-4 665 580,27	46,77%	40,54%	90,82%
07	Venda de bens e serviços correntes	423 600,00	187 738,05	-235 861,95	44,32%	48,94%	99,91%
08	Outras receitas correntes	25 200,00	10 784,55	-14 415,45	42,80%	18,38%	178,03%
	RECEITAS CORRENTES	**10 208 578,50**	**4 864 514,72**	**-5 344 063,78**	**47,65%**	**41,76%**	**92,86%**
09	Venda de bens de investimento	15 500,00	500,00	-15 000,00	3,23%	2564,10%	2564,10%
10	Transferências de capital	8 201 355,08	1 469 353,62	-6 732 001,46	17,92%	16,17%	77,45%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	32,03%	52,31%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	RECEITAS DE CAPITAL	**8 216 855,08**	**1 469 853,62**	**-6 747 001,46**	**17,89%**	**20,67%**	**69,62%**
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 000,00	1 009,44	-990,56	n.a.	0,00%	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	2 438 661,19	2 438 661,19	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	**2 440 661,19**	**2 439 670,63**	**-990,56**	**99,96%**	**100,00%**	**100,00%**
	TOTAL DE RECEITAS	**20 866 094,77**	**8 774 038,97**	**-12 092 055,80**	**42,05%**	**38,80%**	**86,24%**

Capital Social 8 400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

Gráfico 3–Evolução comparativa do orçamento da receita (junho 2026 Vs. junho 2025)

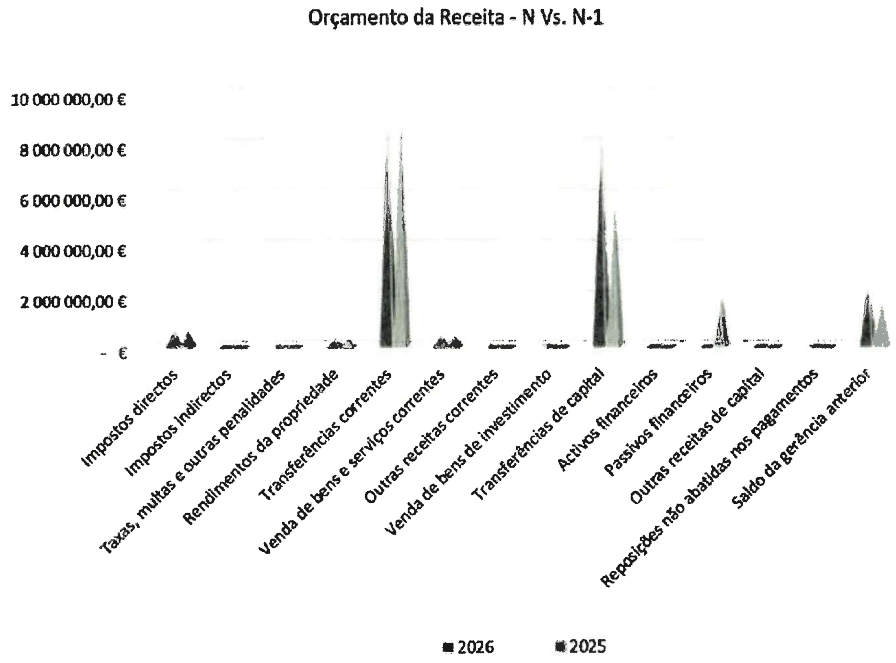
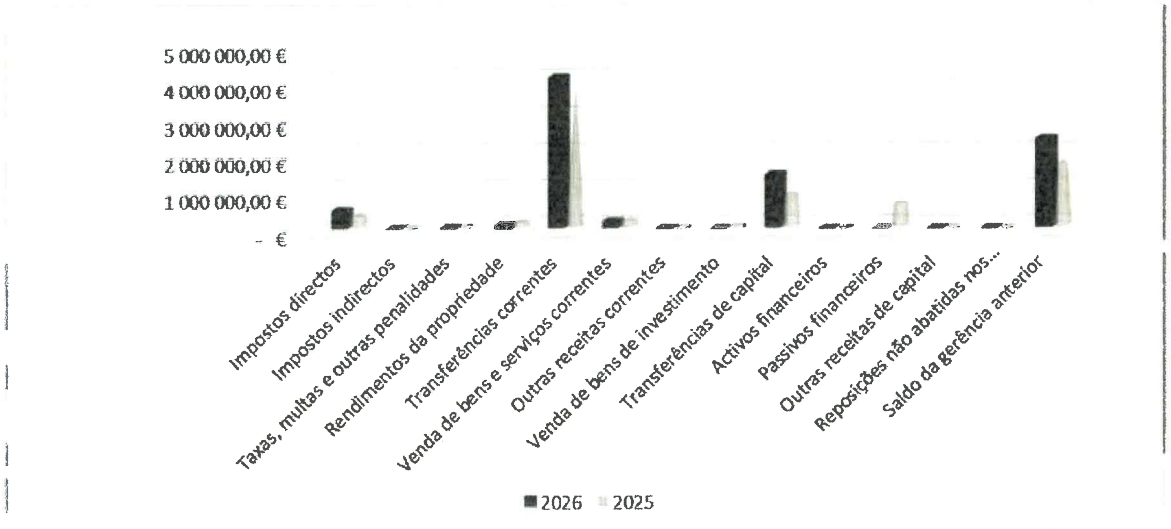


Gráfico 4 - Evolução Comparativa da Receita Cobrada (junho 2026 Vs. junho 2025)



Capital Social 8.400 € | NIPC 510 557 473 | Insc. OROC nº 282

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/26	jun/25	jun/26	jun/25
Receita total / Despesa total	157,78%	134,67%	58,90%	55,19%
Receita corrente / Despesa corrente	115,90%	104,90%	55,52%	51,78%
Receita capital / Despesa capital	107,78%	102,26%	23,95%	28,66%
Despesa Pessoal / Despesa Total	34,52%	32,45%	26,57%	28,48%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	25,81%	19,95%	19,14%	18,95%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	21,43%	23,90%	36,63%	33,36%
Serviço da Dívida / Despesa Total	1,29%	0,89%	1,12%	1,12%
Receitas próprias / Despesa Total	57,64%	42,75%	21,52%	17,52%
Transferências recebidas / Despesa Total	100,14%	80,76%	37,38%	33,09%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,37%	0,31%	0,38%	0,72%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/26	jun/25
Receitas próprias / Receita total	36,53%	31,74%
Transferências recebidas / Receita Total	63,47%	59,97%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2026, verifica-se que a execução das despesas correntes ascende a 37,20% (38,70% em junho de 2025) e a execução das despesas de capital foi de 14,23% (16,99% em junho de 2025). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 71,40% (contra 70,30% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 77,66% (78,41% em junho de 2025) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 64,03% (60,62% em junho de 2025) da dotação existente. Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 26,65%, apresentando uma redução de cerca de 2,16 p.p. comparativamente ao seu período homólogo anterior, cuja execução ascendeu a 28,81%.

A nível da despesa corrente, começando pelas despesas com o pessoal, o grau de execução ascende a 40,85% (contra 44,76% em igual período do exercício anterior). A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 36,23% (27,98% em igual período do exercício anterior) e a despesa comprometida desta natureza ascende a 71,98 % (64,85% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 38,87%, abaixo do expectável para o período em análise e inferior com o verificado em junho

Capital Social 8.400 € | NIPC 510 557 473 | Insc. OROC nº 282

de 2025 (41,68%). De referir que as rubricas de "despesas com o pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado mais de metade da despesa paga no semestre em análise, com os pesos de 34,52% e 25,81%, respetivamente.

Globalmente, o grau de execução da despesa corrente, apresentou valores abaixo do expectável para o semestre (teoricamente, tendo por pressuposto a linearidade da execução da despesa ao longo do ano, os valores semestrais deveriam aproximar-se de 50%). Em termos comparativos, o grau de execução da despesa corrente (37,20%) apresentou um decréscimo de 1,50 pontos percentuais face ao período homólogo do ano transato (38,70%).

No que toca à execução do orçamento de despesas de capital até junho de 2026, também se verificou um decréscimo, apresentando uma diminuição de 2,76 pontos percentuais face ao primeiro semestre do ano anterior, diminuiu do grau de execução de 16,99% em junho de 2025 para 14,23% em junho de 2026.

O grau de execução das despesas de capital mencionado acima, resulta, essencialmente, da execução da rubrica "Aquisição de bens de capital", cuja dotação corrigida tem o montante de 8.637.592,10 € e representa 90,13% da dotação corrigida das despesas de capital, cujo valor é de 9.583.592,10 €, em junho de 2026. Com referência a junho de 2025, a dotação corrigida da rubrica "Aquisição de bens de capital" foi 8.018.499,21 € e representava 89,22% da dotação corrigida das despesas de capital (8.987.499,21 €). O desempenho da rubrica "Aquisição de bens de capital" em junho de 2026 explica-se, em larga medida, pelo facto de a dotação corrigida ter aumentado de junho de 2025 para junho de 2026 e da despesa paga ter sido inferior no primeiro semestre de 2026 (1.191.900,72 € e execução orçamental de 13,80%) face ao período homólogo de 2025 (1.358.441,18 € e execução orçamental de 16,94%). A contribuir para o desempenho da rubrica referida anteriormente no período até junho de 2026, destacam-se as componentes:

- "Investimento" (dotação corrigida de 5.310.661,19 € e execução orçamental de 18,37%): "Edifícios", "Construções diversas" e "Equipamento básico", com dotações corrigidas, respetivamente, de 3.736.000,00 €, 562.000,00 € e 320.500,00 €. As execuções orçamentais situam-se nos 15,85%, 30,96% e 46,46%, pela mesma ordem;
- "Bens de Domínio Público" referentes a "Outras Construções e infraestruturas", apresentam uma dotação corrigida de 3.318.430,91 € com uma despesa executada de 212.463,80 € (6,40%) enquanto no período homólogo a dotação era de 4.379.200,00 € e a despesa executada foi de 22,45% (despesa paga de 982.959,87 €).

Assim, conclui-se que, de uma forma genérica, o grau de execução da despesa corrente é superior ao grau de execução da despesa de capital e o grau de execução global da despesa surge afetado, principalmente, pelo desempenho das "Aquisições de bens de capital".

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução é superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 42,05% contra 38,80% no período homólogo. As previsões corrigidas cresceram de 19.725.716,17 € em junho de 2025 para 20.866.094,77 € em junho de 2026, o que se traduz num aumento de 5,78%.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 47,65% (41,76% no período até junho de 2025). Este aumento é essencialmente resultante do desempenho superior ao nível da rubrica das "Transferências correntes" - previsão corrigida de 8.764.899,00 € (peso de 85,86% na receita corrente) -, cujo grau de execução foi de 46,77% em junho de 2026, face aos 40,54% de junho de 2025. A justificação para o aumento verificado nesta rubrica, é devido à componente "Estado" que apresenta uma execução de 51,13% de uma previsão corrigida de 7.595.938,00 € enquanto no período homologo anterior esta subrubrica apresentava uma execução de 45,89% (para uma previsão corrigida de 7.306.055,00 €).

Note-se que, a execução da receita das rubricas "Impostos diretos" e "Venda de bens e serviços correntes" cifrou-se nos 73,85% e 44,32%, respetivamente, em junho de 2026. Não obstante o bom desempenho destas rubricas, o seu peso combinado nas receitas correntes é 13,75%, pelo que o efeito positivo no desempenho global da execução das receitas correntes foi residual.

Foram executados 17,89% de receita de capital, menos 2,78 p.p. face aos 20,67% apurados em igual período do ano anterior. A principal rubrica das receitas de capital são as "Transferências de capital", com previsão corrigida em junho de 2026 no valor de 8.201.355,08 € (99,81% das receitas de capital, cujo montante ascende a 8.216.855,08 €). Esta rubrica apresenta uma execução orçamental de 17,92%, apresentando um aumento face ao verificado no período homólogo de 2025 (onde apresentou uma execução da receita de "Transferências de capital" de 16,17%). A explicar o exposto temos o facto de a execução da receita proveniente das transferências do "Estado" – com previsão corrigida de 2.660.674,40 € em junho de 2026 – ter evoluído positivamente de 26,38% em junho de 2025 para 52,67% em junho de 2026. Contudo, a receita proveniente do "Estado – Participação comunitária projectos co-financiados", apresentar uma redução da execução, passando de 9,78% no primeiro semestre de 2025 para 2,30% no primeiro semestre de 2026.

Ao contrário dos períodos homólogos anteriores, no primeiro semestre de 2026, a rubrica de "Passivos financeiros" não apresenta uma execução orçamental dado não apresentar qualquer valor em orçamento.

Em suma, o valor total da receita cobrada líquida no primeiro semestre de 2026 (8.774.038,97 €) foi superior ao verificado no primeiro semestre de 2025 (7.652.950,16 €), resultado de uma maior execução orçamental da receita passando de 38,80% para 42,05 %. As rubricas com maior importância na explicação desta variação são as "Transferências correntes" e as "Transferências de capital".

Capital Social 5.400 € | NIPC 510 557 473 | INSC. OROC nº 282

8. Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 115,90%, quando em igual período do ano anterior havia sido de 104,90%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 55,52% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 51,78%. As receitas correntes são superiores em 667.409,07 € às despesas correntes na ótica da despesa paga.

Na ótica da despesa paga, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, até junho de 2026, em 107,78% e em 102,26% até junho de 2025. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2026 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 23,95% pelas receitas de capital, valor inferior ao verificado em igual período de 2025, em que as despesas de capital se encontravam cobertas em 28,66%. Tal significa que as receitas de capital foram superiores às despesas de capital em 106.061,24 € na ótica da despesa paga.

9. No que se refere às receitas próprias (incluindo o saldo de gerência), considerando a informação reportada a junho de 2026, identifica-se uma evolução positiva face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 2.429.249,66 € em junho de 2025 para 3.205.366,62 € em junho de 2026 (mais 776.116,96 €). De igual modo, se excluirmos o efeito do saldo da gerência anterior, constata-se também, um aumento da receita própria face ao ano 2025 em +69.667,00 €. Na ótica da despesa paga, as receitas próprias passaram a representar 57,64% da despesa total no primeiro semestre de 2026, ao passo que em igual período do ano anterior esse rácio era de 42,75%. Este acréscimo de 14,89 p.p., explica-se essencialmente pelo aumento do saldo de gerência anterior e pelo crescimento dos impostos diretos, que de 2025 para 2026, apresentou um aumento de 706.449,96 € e 157.773,50 €, respetivamente. Por sua vez, na ótica da despesa comprometida, as receitas próprias ascenderam a 21,52% em junho de 2026 e a 17,52% em junho de 2025.

10. A despesa comprometida até 30 de junho de 2026 mostrou-se superior em 6.123.697,49 € em relação à receita cobrada, quando em junho de 2025, a mesma relação era de 6.214.595,50 €. De referir ainda que, as receitas próprias representam 36,53% da receita total, quando em igual período do ano transato representavam 31,74%. Quanto às transferências recebidas (correntes e de capital), estas representam no semestre em análise 63,47% da receita total obtida, tendo sido 59,97% no período homólogo de 2025.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os gastos e os rendimentos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura de Rendimentos (em Euros)

Rendimentos		jun/26	%	jun/25	%	dez/25	%
Cl.	Designação						
70	Impostos, contribuições e taxas	452 208,67	8,60%	387 872,83	7,29%	743 345,03	7,00%
71	Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões	339 658,17	6,46%	307 530,18	5,78%	660 390,64	6,22%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	4 056 864,91	77,16%	4 249 800,58	79,82%	8 138 843,66	76,60%
76	Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5,00	0,00%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Outros rendimentos	408 948,06	7,78%	378 801,43	7,11%	1 075 592,37	10,12%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	286,70	0,01%	0,00	0,00%	6 645,45	0,06%
	TOTAL DE RENDIMENTOS	**5 257 966,51**	**100,00%**	**5 324 005,02**	**100,00%**	**10 624 822,15**	**100,00%**

Mapa 6 – Estrutura de Gastos (em Euros)

Gastos		jun/26	%	jun/25	%	dez/25	%
Cl.	Designação						
60	Transferências e subsídios concedidos	1 063 283,47	20,38%	1 247 254,53	24,14%	2 096 757,55	20,15%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	38 897,35	0,75%	70 333,29	1,36%	180 338,73	1,73%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 417 377,69	27,16%	1 205 804,21	23,34%	2 436 489,24	23,42%
63	Gastos com o pessoal	1 986 358,85	38,07%	1 868 912,87	36,17%	3 938 948,80	37,86%
64	Gastos de depreciação e de amortização	653 639,84	12,53%	644 245,73	12,47%	1 307 279,67	12,56%
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	57 471,97	0,55%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
67	Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	Outros gastos	39 474,54	0,76%	104 518,01	2,02%	337 868,72	3,25%
69	Gastos por juros e outros encargos	18 932,46	0,36%	25 963,76	0,50%	49 523,44	0,48%
	TOTAL DE GASTOS	**5 217 964,20**	**100,00%**	**5 167 032,40**	**100,00%**	**10 404 678,12**	**100,00%**

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

12. A estrutura de rendimentos apresenta um decréscimo de 66.038,51 € (- 1,24%) face a igual período do ano anterior. O efeito é desencadeado pela evidente diminuição na rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos" (variação negativa de 4,54%, ou seja, menos 192.935,67 €, em valor que se justifica com o menor recebimento relacionado com o Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013). É importante referir que, apesar das restantes rubricas ("Impostos, contribuições e taxas", "Prestações de serviços e concessões" e "Outros rendimentos") terem crescido consideravelmente (respetivamente 64.335,84 €, 32.127,99 € e 30.146,63 €), a diminuição da primeira foi superior e absorveu estes aumentos, desencadeando o decréscimo da estrutura de rendimentos acima descrito. Por fim, ainda relativamente aos aumentos discriminados anteriormente, é de todo o interesse mencionar que a rubrica de "Impostos, contribuições e taxas" foi a que representou o maior dos aumentos apurados na estrutura de rendimentos do Município (16,59 %), neste primeiro semestre. Por sua vez, a rubrica de "Outros rendimentos" apresentou o menor dos aumentos (+286,70 €) face ao primeiro semestre de 2025.

13. No que se refere à estrutura de gastos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 50.931,80 € (correspondente a um acréscimo de 0,99%) face a junho de 2025. Para tal contribuíram os aumentos apresentados pelas rubricas de "Fornecimentos e serviços externos" (acréscimo de 211.573,48 €, o que corresponde a +17,55%), "Gastos com o pessoal" (mais 117.445,98 €, isto é, mais 6,28%) e "Gastos de depreciação e de amortização" (mais 9.394,11 € ou +1,46%). Contudo, apesar destes aumentos, as restantes rubricas que compõem a estrutura de custos quase eliminaram este efeito. Neste sentido destacam-se as seguintes rubricas "Transferências e subsídios concedidos" (menos 183.971,06 €, isto é, menos 14,75%), "Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas" (menos 31.435,94 € ou -44,70%), "Outros gastos" (menos 65.043,47 € ou -62,23%) e "Gastos por juros e outros encargos" (decréscimo de 7.031,30 €, o que corresponde a -27,08%). No quadro abaixo, detalhamos as principais variações ocorridas nos fornecimentos e serviços externos:

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

Conta	Designação	30 de junho 2026	30 de junho 2025	Variação Absoluta	Variação %
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 417 377,69 €	1 205 804,21 €	211 573,48 €	17,55%
621	**Subcontratos e parcerias**	**500 684,48 €**	**305 152,60 €**	**195 531,88 €**	**64,08%**
6213	Serviços de transporte	164 389,85 €	54 715,62 €	109 674,23 €	200,44%
6214	Serviços de alojamento e de restauração	74 319,28 €	70 841,66 €	3 477,62 €	4,91%
6215	Espaços de desporto, cultura e lazer	1 374,08 €	- €	1 374,08 €	-
6217	Serviços de recolha e tratamento de RSU	167 714,73 €	147 170,77 €	20 543,96 €	13,96%
6218	Tecnologias de informação e comunicação	8 286,51 €	- €	8 286,51 €	-
6219	Outros subcontratos ou parcerias	84 600,03 €	32 424,55 €	52 175,48 €	160,91%
622	**Serviços especializados**	**351 548,61 €**	**256 704,59 €**	**94 844,02 €**	**36,95%**
6221	Trabalhos especializados	161 001,74 €	117 175,65 €	43 826,09 €	37,40%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	42 207,16 €	33 558,65 €	8 648,51 €	25,77%
6223	Vigilância e segurança	2 583,00 €	7 416,95 €	- 4 833,95 €	-65,17%
6224	Honorários	83 410,92 €	40 716,05 €	42 694,87 €	104,86%
6225	Comissões	8 937,48 €	9 242,60 €	- 305,12 €	-3,30%
6226	Conservação e reparação	53 408,31 €	48 594,69 €	4 813,62 €	9,91%
623	**Materiais de consumo**	**14 783,92 €**	**4 425,78 €**	**10 358,14 €**	**234,04%**
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	279,87 €	- €	279,87 €	-
6232	Livros e documentação técnica	200,00 €	- €	200,00 €	-
6233	Material de escritório	3 224,70 €	3 425,78 €	- 201,08 €	-5,87%
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	495,20 €		495,20 €	-
6235	Material de educação, cultura e recreio	2 339,29 €		2 339,29 €	-
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e art. pessoais	8 244,86 €	1 000,00 €	7 244,86 €	724,49%
624	**Energia e fluidos**	**181 532,06 €**	**235 940,91 €**	**- 54 408,85 €**	**-23,06%**
6241	Eletricidade	102 805,88 €	150 637,91 €	- 47 832,03 €	-31,75%
6242	Combustíveis e lubrificantes	64 816,79 €	71 976,84 €	- 7 160,05 €	-9,95%
6243	Água	13 909,39 €	13 326,16 €	583,23 €	4,38%
625	**Deslocações, estadas e transportes**	**- 649,38 €**	**18 629,97 €**	**- 19 279,35 €**	**-103,49%**
6251	Deslocações e estadas	685,58 €	2 556,13 €	- 1 870,55 €	-73,18%
6252	Transportes de pessoal	- €	15 991,78 €	- 15 991,78 €	-100,00%
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	- €	82,06 €	- 82,06 €	-100,00%
6254	Transporte escolar	- 1 334,96 €	- €	- 1 334,96 €	-
626	**Serviços diversos**	**369 478,00 €**	**384 950,36 €**	**- 15 472,36 €**	**-4,02%**
6261	Rendas e alugueres	119 136,35 €	165 143,94 €	- 46 007,59 €	-27,86%
6262	Comunicação	27 817,69 €	26 160,72 €	1 656,97 €	6,33%
6263	Seguros	17 177,31 €	24 838,29 €	- 7 660,98 €	-30,84%
6265	Contencioso e notariado	210,00 €	3 196,13 €	- 2 986,13 €	-93,43%
6266	Despesas de representação dos serviços	2 232,00 €	1 433,67 €	798,33 €	55,68%
6269	Outros serviços	202 904,65 €	164 177,61 €	38 727,04 €	23,59%

Os principais aumentos verificados na rubrica de fornecimentos e serviços externos registaram-se nas contas de "Serviços de transporte" (mais 109.674,23 €, associado ao aumento do custo do transporte escolar, pelo facto de todo o transporte escolar estar a ser prestado recorrendo a aquisição de serviços). Seguidamente, surgiram como rubricas com maiores crescimentos os "Outros subcontratos ou parcerias" (com um acréscimo de 52.175,48 €), "Trabalhos especializados" (acréscimo de 43.826,09 €), "Honorários" (mais 42.694,87 €) e "Outros Serviços" (+38.727,04 €).

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

No sentido inverso, as maiores quedas registaram-se na rubrica de "Eletricidade", "Rendas e alugueres", nos "Transporte de pessoal", "Seguros" e "Combustíveis e lubrificantes", apresentando gastos inferiores aos do semestre homólogo de 2025 em 47.832,03€, 46.007,59 €, 15.991,78 €, 7.660,98 € e 7.160,05 €, respetivamente. Relativamente ao crescimento acentuado da rubrica "Outros subcontratos ou parcerias" (+52.175,48) e à diminuição acentuada da rubrica "Eletricidade" (-47.832,03 €), constata-se terem resultado de uma reclassificação de um fornecimento de energia elétrica.

Se analisado o contributo de cada subrubrica para a estrutura final de gastos com fornecimentos e serviços externos, há a realçar a preponderância de cinco subrubricas que, agregadamente, compõem cerca de 59,17% desse total. Designadamente, "Outros serviços" (representam 14,23%), "Serviços de recolha e tratamento de RSU" (11,83%), os "Serviços de transporte" (representam 11,60%), "Trabalhos especializados" (11,36%) e "Rendas e alugueres" (8,41%).

Tendo em consideração os valores acima referidos e as explicitações efetuadas, o resultado líquido do período foi positivo em 40.002,31 €, inferior em 116.970,31 € ao resultado apresentado em igual período do ano anterior, cujo valor foi de 156.972,62 €. O decréscimo entre períodos dos rendimentos provenientes das "Transferências e subsídios correntes obtidos" combinado com o aumento geral dos Fornecimentos e Serviços Externos é o principal catalisador para da referida variação do resultado.

14. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada período económico, uma vez que, neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos gastos e rendimentos, sobretudo para as situações de menor relevância contabilística. Contudo, é de salientar a correta aplicação de critérios ao nível da especialização dos exercícios, relativamente às rubricas de maior significado.

ANÁLISE FINANCEIRA

15. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Contas a receber (em Euros)

Designação	jun/26	%	jun/25	%	dez/25	%
Devedores por transferências e subsídios	5 311 486,26	65,28%	6 036 041,73	66,91%	6 300 340,75	68,20%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	102 073,19	1,25%	126 673,56	1,40%	82 648,34	0,89%
Estado e outros entes públicos	38 239,21	0,47%	5 852,38	0,06%	38 199,04	0,41%
Outras contas a receber	1 058 769,87	13,01%	1 205 167,24	13,36%	1 174 238,63	12,71%
Total corrente	6 510 568,53	80,01%	7 373 734,91	81,74%	7 595 426,76	82,22%
Outros Ativos Financeiros	1 626 167,00	19,99%	1 626 167,00	18,03%	1 626 167,00	17,60%
Outras contas a receber	0,00	0,00%	21 000,00	0,23%	15 960,00	0,17%
Total não corrente	1 626 167,00	19,99%	1 647 167,00	18,26%	1 642 127,00	17,78%
TOTAL DE CONTAS A RECEBER	8 136 735,53	100,00%	9 020 901,91	100,00%	9 237 553,76	100,00%

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

Mapa 8 – Contas a pagar (em Euros)

Designação	jun/26	%	jun/25	%	dez/25	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	169 128,11	4,12%	260 645,47	5,94%	91 496,89	2,49%
Fornecedores	513 754,09	12,52%	1 001 975,21	22,83%	395 079,18	10,76%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	86 855,70	2,12%	84 123,09	1,92%	43 308,43	1,18%
Financiamentos obtidos	93 631,19	2,28%	716 689,07	16,33%	167 958,56	4,58%
Fornecedores de investimentos	284 903,07	6,94%	54 300,09	1,24%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	705 305,18	17,18%	762 771,36	17,38%	696 354,40	18,97%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total corrente	**1 853 577,34**	**45,16%**	**2 880 504,29**	**65,64%**	**1 394 197,46**	**37,98%**
Financiamentos obtidos	1 889 643,95	46,04%	1 156 401,63	26,35%	1 889 643,95	51,48%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	361 266,49	8,80%	351 715,80	8,01%	386 657,95	10,53%
Total não corrente	**2 250 910,44**	**54,84%**	**1 508 117,43**	**34,36%**	**2 276 301,90**	**62,02%**
TOTAL DE CONTAS A PAGAR	**4 104 487,78**	**100,00%**	**4 388 621,72**	**100,00%**	**3 670 499,36**	**100,00%**

Capital Social 8400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

16. O valor de contas a receber ascende aos 8.136.735,53 € e são maioritariamente provenientes de devedores por transferências e subsídios (5.311.486,26 €, equivalente a 65,28% das dívidas de terceiros para com o Município de Murça, sendo referente a comparticipações a obter de fundos comunitários em resultado de projetos de investimento, conforme detalhe no quadro abaixo). São provenientes de "outras contas a receber", que englobam entre outros, o contrato de concessão da EDP, que ascendem a 1.058.769,87 €, representando 13,01% das dívidas a receber (sendo composta essencialmente por Impostos a receber no valor de 664.590,62 €, valor a receber do contrato de concessão no valor de 197.795,95 € e Outros acréscimos de rendimentos no valor de 196.380,38 €). Também de "Outros Ativos Financeiros" (1.626.167,00 €, representando 19,99% das dividas de terceiros para como Município), respeitantes a prestações suplementares efetuadas à ADIN em anos anteriores e pelos montantes ainda por pagar de "Clientes, contribuintes e utentes" que está cifrado nos 102.073,19 €, ou seja, 1,25%.

Detalhe da rubrica de Transferências e Subsídios a Receber	
Designação	Valor por receber
PROTOCOLO Nº 7 - ROTEIRO DAS TERRAS DE MIRANDA, SABOR E TUA - MURÇA	2 280 858,73 €
Requalificação do Centro de Saúde de Murça,	1 287 500,00 €
Obras de Remodelação Ampliação do Posto Territorial da GNR de Murça	222 850,65 €
NORTE2030-FSE+-02628300-PIPSE MURÇA	137 596,76 €
NORTE2030-FSE+-03308000-PAIIA-"Murça+Inclusiva"	103 180,45 €
PESSOAS-FSE 01453100 - CLDS 5G Murça 360º	428 399,99 €
Interface de Murça	27,00 €
Meios materiais para a proteção civil	90 599,00 €
Murça + Conectada	244 917,00 €
PRR_RADAR SOCIAL - Criação de Equipas para Projeto Piloto	39 263,60 €
Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	55 369,20 €
Condomínio de Aldeia	263 805,73 €
Projeto AMA - SI'E Murça + Selo de Ouro Site Institucional	90 000,00 €
Programas CEI+ IEFP	67 118,15 €
Total	**5 311 486,26 €**

17. O valor global das dívidas a pagar no final do primeiro semestre ascende a 4.104.487,78 €, muito por conta dos "financiamentos obtidos" que representam 48,32% (equivalente a 1.983.275,14 €) da dívida total do Município, 93.631,19 € dos quais são exigíveis num prazo inferior a 12 meses. Por conta das "Outras contas a pagar" que incorporam as cauções, remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos e que representam 25,99% (equivalente a 1.066.571,67 €) do total de dívidas a pagar. Também por conta das dívidas a fornecedores e fornecedores de investimentos, cujo total agregado se fixa nos 798.657,16 €, ou 19,46% do total desse mesmo total. A dívida de curto prazo fixou-se nos 1.853.577,34 €, correspondente a 45,16% do total de contas a pagar, sendo a dívida de médio longo prazo de 2.250.910,44 €, ou seja, os 54,84% remanescentes.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

18. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

a) O número 2 do artigo 40º refere que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Analisando o valor da receita cobrada bruta do 1.º semestre de 2026, verifica-se que esta ascendeu a 4.869.149,06 €, enquanto a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo se fixou em 4.347.723,19 €. Deste modo, verifica-se que a entidade se encontra em cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

b) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação por mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

c) Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2026 ascendiam a 1.634.716,37 €.

Viseu, 28 de agosto de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Ricardo Filipe Macias Carvalho

Dados: 2026.08.28 11:46:45 +01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

MUNICÍPIO DE MURÇA

PRESENTE À REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade e em Execução
DGF

PROPOSTA N.º 24/GAP/2026

Parecer prévio para celebração de contratos de aquisição de serviços (Avença);

Artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

Artigo 4º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

I - Áreas de Intervenção

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, designadamente no domínio da educação.

2. A concretização da transferência de competências no domínio da educação foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, reconhecendo aos municípios e às entidades intermunicipais um papel relevante na conceção, execução e acompanhamento das políticas educativas de âmbito local e intermunicipal.

3. A proximidade das autarquias locais às comunidades educativas permite uma identificação mais rigorosa das necessidades das crianças e dos jovens, das respetivas famílias e dos estabelecimentos de educação e ensino, favorecendo a criação de respostas territorialmente adequadas, articuladas e orientadas para a promoção do sucesso escolar.

4. Neste enquadramento, os Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE constituem instrumentos de intervenção educativa destinados a prevenir e reduzir o insucesso e o abandono escolares, promover a inclusão e a equidade no acesso à educação e reforçar a capacidade de resposta das comunidades educativas.

5. As intervenções apoiadas no âmbito dos PIPSE procuram desenvolver respostas educativas locais inovadoras e inclusivas, dirigidas, designadamente, às crianças e jovens que apresentem dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, vulnerabilidades sociais ou outras necessidades suscetíveis de comprometer o respetivo percurso educativo.

6. Estas intervenções assentam numa abordagem multidisciplinar e integrada, envolvendo os municípios, as entidades intermunicipais, os agrupamentos de escolas, as famílias e os demais agentes da comunidade, de modo a assegurar uma atuação precoce, preventiva e ajustada às necessidades concretas dos destinatários.

7. O Município de Murça integra a execução territorial do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE, encontrando-se

obrigado a assegurar a realização das atividades, o cumprimento dos objetivos e a obtenção dos resultados contratualizados.

8. O Município de Murça pretende dar continuidade às ações de promoção do sucesso escolar desenvolvidas no concelho, designadamente através do acompanhamento especializado de crianças e jovens, do apoio às famílias e à comunidade educativa, da realização de atividades de capacitação e inclusão e da articulação permanente com o Agrupamento de Escolas de Murça e com os demais parceiros locais.

9. A adequada execução destas ações exige a intervenção de técnicos especializados, integrados numa abordagem multidisciplinar, muito concretamente, nas áreas de Psicologia, Assistência Social, Informação e Comunicação e Línguas Estrangeiras Aplicadas, dotados de formação e experiência adequadas às necessidades identificadas, capazes de desenvolver metodologias de intervenção específicas e de assegurar o acompanhamento técnico dos respetivos destinatários.

10. Para além da intervenção direta junto das crianças, jovens e famílias, importa assegurar o planeamento das atividades, a articulação com os estabelecimentos de educação e ensino, a produção dos registos e relatórios técnicos necessários e a recolha e organização da informação destinada à monitorização dos indicadores de realização e de resultado da operação.

11. O Município de Murça não dispõe, na presente data, de recursos humanos próprios, em número suficiente e com a especialização técnica necessária, que possam ser afetos, de forma plena e imediata, à execução das atividades previstas no âmbito do PIPSE, sem comprometer o normal funcionamento dos serviços municipais.

12. Acresce que os contratos de prestação de serviços que atualmente asseguram parte destas atividades terminam os seus efeitos no corrente ano, tornando-se necessário promover uma nova aquisição de serviços para garantir a continuidade das intervenções em curso e evitando interrupções no acompanhamento das crianças, dos jovens, das famílias e da comunidade educativa, até 30 de junho de 2027, acautelando, nesta justa medida, o ano letivo em curso.

13. A interrupção das atividades poderia comprometer a continuidade das metodologias de acompanhamento já iniciadas, prejudicar os respetivos destinatários e afetar o cumprimento dos objetivos, metas, indicadores e obrigações assumidos no âmbito da operação cofinanciada.

14. Os serviços a contratar deverão ser prestados com autonomia técnica e organizativa, sem sujeição à disciplina, à direção ou ao horário próprios de uma relação jurídica de emprego público, cabendo ao prestador organizar os meios e as metodologias necessários ao cumprimento das atividades, dos resultados e dos prazos contratualmente estabelecidos, sem prejuízo da indispensável articulação funcional com o Município, o Agrupamento de Escolas e os restantes parceiros envolvidos na operação.

II - Quadro Sinóptico

Em vista ao bom desenvolvimento dos projetos e ações descritas no capítulo anterior, e em face da falta de recursos internos suficientes para garantir a prossecução dos mesmos, regista-se a necessidade, entre Agosto e Dezembro de 2026, inclusive, de proceder à contratação, em regime de avença, dos seguintes recursos externos especializados, em função das áreas já assinaladas:

Área a contratar	*Valor Mensal S/Iva*	*Duração*	*Valor global do contrato S/IVA*	*Valor global por área S/IVA*
Psicologia	*1.135,00 €*	*9 meses*	10.215,00 €	*49.940,00€*
Psicologia	*1.135,00 €*	9 meses	10.215,00€	
Assistente Social	*1.135,00 €*	8 meses	9.080,00 €	
Técnico de Informação e Comunicação	*1.135,00 €*	9 meses	10.215,00 €	
Línguas Estrangeiras e Aplicadas	*1.135,00 €*	9 meses	10.215,00 €	

III - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio

1. Por força do disposto no n.° 2, do artigo 32°, da LTFP, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, relativamente à verificação do requisito previsto na alínea a) do número um, sendo os termos e tramitação desse parecer regulados por portaria dos mesmos membros do Governo.

2. Por sua vez, que o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/091, determina no seu artigo 6º, estatuí que *"sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, a celebração de contratos de tarefa e avença depende de prévio parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública."*

3. No pretérito dia 26 de maio de 2015, foi publicada a Portaria n.º 149/2015[2], diploma legal que, conforme decorre do seu artigo 1º, regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

4. Por força do disposto no n.º 1, do artigo 2.º, da retro citada Portaria, os termos e tramitação previstos na mesma aplicam-se a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e ou cujo objeto seja a consultadoria técnica;

5. De acordo com o estatuído no n.º 1, do artigo 10º, da LTFP, o contrato de prestação de serviço para o exercício de funções públicas é celebrado para a prestação de trabalho em órgão ou serviço sem sujeição à respetiva disciplina e direção, nem horário de trabalho.

6. O contrato de prestação de serviço para o exercício de funções públicas pode revestir a modalidade de contrato de tarefa quando o objeto seja a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido (vide a alína a), do n.º 2, do referido artigo 10.º).

IV - Do pedido de autorização genérica

Assim, considerando as razões de facto e de direito acima enunciadas, bem como os contributos prestados pelas unidades orgânicas municipais, tomo a liberdade de propor ao órgão executivo municipal o seguinte:

---

[1] Embora este diploma faça referência à Lei n.º 12-A/2008, o mesmo nunca foi objeto de revogação expressa. Sendo certo que, por força do disposto no n.º 3, do artigo 42º, da Lei n.º 35/2014, de 20/06, diploma que aprovou a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, todas as referências aos diplomas revogados pelo mesmo artigo, entre os quais a Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, entendem-se feitas para as correspondentes normas da LTFP.

[2] A referida Portaria, de acordo com o disposto no seu artigo 6º, entrou em vigor no pretérito dia 27 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE MURÇA

a) Que, ao abrigo da Portaria n.º 149/2015 e do disposto no n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, seja emitido parecer prévio favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços de avença nos termos referido no quadro sinóptico constante do capítulo II, da presente proposta;

b) A contratação dos serviços objeto do presente parecer prévio deverá ser assegurada pela Divisão de Gestão Financeira, no estrito cumprimento das regras de contratação pública e orçamentais.

Murça, 15 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade
Executa-se ADJA e ao GAP. Para agendamento para a Assembleia Municipal.

PROPOSTA N. º 25 /GAP/2026

Aprovação da atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Noura e Palheiros para aquisição de um conjunto de edifícios em Palheiros, destinados à instalação de um museu dedicado ao antigo lagar de azeite e de um salão para atividades e eventos.

I - Da Justificação

1. Considerando que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios previstos no artigo 7.º, n.º 2, alíneas a) e i), e n.º 3, e no artigo 23.º, n.º 2, alíneas a), e) e m), ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

2. Considerando que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício, pelos respetivos órgãos, das competências legalmente previstas, no respeito pelos princípios da descentralização administrativa, subsidiariedade, complementaridade, prossecução do interesse público e proteção dos direitos e interesses dos cidadãos;

3. Considerando a União de Freguesias de Noura e Palheiros remeteu ao Município de Murça o ofício n.º 07/2026, de 5 de maio de 2026, através do qual solicitou apoio financeiro, na modalidade de repartição 70/30, para a aquisição de um conjunto de edifícios situados em Palheiros, juntando a avaliação efetuada, com data de 15 de abril de 2026;

4. Considerando que, de acordo com o relatório de avaliação apresentado, o conjunto de edifícios, na sua maioria centenários, constituído por apenas um piso, encontra-se descrito sob o artigo urbano 231°, da União de Freguesias de Noura/palheiros, com uma área de implantação aproximada de 530m2, com uma área total de terreno de aproximadamente 1952,00 m2, tendo sido atribuído, pelo respetivo perito, um valor de 68.000,00€, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e se junta ao presente documento,

5. Considerando que, por ofício n.º 07/2026, de 5 de maio de 2026, a União de Freguesias esclareceu que o conjunto de edifícios corresponde a uma antiga azenha ou lagar de azeite e que pretende instalar no local um museu destinado a preservar e divulgar o património e os métodos tradicionais de produção de azeite, reservando o espaço remanescente para um salão destinado à realização de atividades e eventos;

6. Considerando que a finalidade projetada enquadra-se nas atribuições da freguesia e do município nos domínios do equipamento rural e urbano, da cultura, do património e da promoção do desenvolvimento, contribuindo para a preservação da memória coletiva, a transmissão intergeracional do

conhecimento, a dinamização cultural e a criação de um espaço de utilização comunitária;

7. Considerando que o preço global de aquisição ascende a 68.000,00 € (sessenta e oito mil euros), conforme pedido e avaliação juntos ao processo;

8. Considerando que a concretização da aquisição reveste interesse público local, por permitir preservar um elemento representativo da atividade económica e da identidade local, criar um espaço museológico de caráter pedagógico e disponibilizar um salão para atividades e eventos comunitários, beneficiando diretamente a população da União de Freguesias de Noura e Palheiros e contribuindo para a coesão territorial;

9. Considerando que as freguesias, pela sua proximidade às populações e ao território, encontram-se em posição particularmente adequada para identificar necessidades locais concretas e executar investimentos destinados à satisfação dos interesses próprios das respetivas populações;

10. Considerando que a União de Freguesias de Noura e Palheiros dispõe de recursos financeiros limitados para suportar autonomamente um investimento desta dimensão, justificando-se a cooperação financeira do Município de Murça;

11. Considerando que se mostra adequado aplicar ao investimento um critério de financiamento de 70% pelo Município de Murça e de 30% pela União de Freguesias de Noura e Palheiros;

12. Considerando que o investimento total de 68.000,00 €, a comparticipação municipal corresponderá ao montante máximo de 47.600,00 €, cabendo à União de Freguesias suportar o montante remanescente de 20.400,00 €, sem prejuízo de a comparticipação ser recalculada sobre o preço efetivamente pago, caso este seja inferior ao estimado;

13. Considerando que a atribuição do apoio deve ficar condicionada à aprovação pelos órgãos competentes das duas autarquias, à verificação da legalidade da aquisição, à efetiva realização da despesa, à apresentação dos documentos comprovativos e ao cumprimento das condições previstas na minuta anexa;

14. Considerando que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos do artigo 25.°, n.° 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

15. Considerando que o contrato a celebrar tem por objeto principal a atribuição de uma subvenção, pelo que a respetiva formação se encontra excluída da Parte II do Código dos Contratos Públicos, nos termos do artigo 5.°, n.° 4, alínea c), sem prejuízo da aplicação dos princípios previstos no artigo 5.°-B e do regime substantivo aplicável aos contratos administrativos e

interadministrativos, designadamente dos artigos 278.°, 280.°, 290.°-A e 338.° do mesmo Código;

16. Considerando que a aquisição dos imóveis pela União de Freguesias constitui uma relação jurídica autónoma e encontra-se excluída do Código dos Contratos Públicos nos termos do artigo 4.°, n.° 2, alínea c), sem prejuízo do cumprimento das regras de competência, autorização da despesa, avaliação, registo e demais legislação aplicável;

17. Considerando que a despesa municipal encontra-se sujeita às regras de cabimento, fundos disponíveis e compromisso previstas na Lei n.° 8/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.° 127/2012, de 21 de junho, ambos na redação atual, bem como às regras orçamentais e contabilísticas aplicáveis;

II - Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal que adote deliberação traduzida na:

a) Aprovação da atribuição de uma comparticipação financeira à União de Freguesias de Noura e Palheiros, no montante máximo de 47.600,00 € (quarenta e sete mil e seiscentos euros), correspondente a 70% do preço efetivamente suportado com a aquisição do conjunto de edifícios em Palheiros, destinado à instalação de um museu dedicado ao antigo lagar de azeite e de um salão para atividades e eventos;

b) Aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira a celebrar entre o Município de Murça e a União de Freguesias de Noura e Palheiros, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta;

c) Submeter a presente proposta e a respetiva minuta à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.°, n.° 1, alínea j), do Anexo I ,da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

d) Simultaneamente, legitimar o Presidente da Câmara Municipal a outorgar o contrato definitivo, após a deliberação da Assembleia Municipal e a verificação das formalidades legais, patrimoniais, orçamentais e financeiras aplicáveis;

e) Designar como gestora do contrato, para efeitos do artigo 290.°-A do Código dos Contratos Públicos, competindo-lhe acompanhar a execução material e financeira e verificar a documentação apresentada;

f) Os encargos relativos ao presente apoio encontram-se inscritos nas correspondentes classificações orgânica e económica, do orçamento municipal em vigor, tendo sido emitido o cabimento n.° 2026/781, bem como o compromisso de fundos disponíveis n.° 2026/784;

MUNICÍPIO DE MURÇA

g) Por último, determinar a publicitação das deliberações e do apoio nos termos do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e das demais normas legais aplicáveis.

Murça, 15 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

Em anexo: Minuta de contrato interadministrativo de comparticipação financeira.

MUNICÍPIO DE MURÇA

ANEXO

MINUTA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Considerando que:

a) A União de Freguesias de Noura e Palheiros, através do ofício de 5 de maio de 2026, solicitou apoio financeiro para a aquisição de um conjunto de edifícios em Palheiros, correspondente a uma antiga azenha ou lagar de azeite;

b) A União de Freguesias pretende instalar no local um museu dedicado à preservação e divulgação do antigo lagar e dos métodos tradicionais de produção de azeite, destinando o espaço remanescente a um salão para atividades e eventos;

c) A aquisição prossegue atribuições próprias das autarquias outorgantes e reveste interesse público local pelos fundamentos constantes da Proposta n.º 25 /GAP/2026;

d) A Assembleia Municipal de Murça deliberou aprovar o apoio e a presente minuta em sessão ordinária realizada no dia _____, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal em reunião datada do dia _____;

e) Os órgãos competentes da União de Freguesias aprovaram a aquisição, a aceitação do apoio e a celebração do contrato por deliberações de _____;

f) O contrato tem por objeto principal a atribuição de uma subvenção, encontrando-se a respetiva formação excluída da Parte II do CCP pelo artigo 5.º, n.º 4, alínea c), e sujeita ao artigo 5.º-B e ao regime substantivo aplicável aos contratos interadministrativos.

MUNICÍPIO DE MURÇA

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Murça, pessoa coletiva n.º 506 806 193, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes, com poderes para o ato;

E

Segunda Outorgante: União de Freguesias de Noura e Palheiros, pessoa coletiva n.º **[NIPC]**, com sede em **[MORADA]**, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, **Carlos Alberto Gomes**, com poderes para o ato;

é celebrado o presente Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto e finalidade

1. O contrato tem por objeto a atribuição, pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, de uma comparticipação financeira destinada exclusivamente à aquisição de um conjunto de edifícios em Palheiros, para instalação de um museu dedicado ao lagar e aos métodos tradicionais de produção de azeite e de um salão para atividades e eventos.
2. O conjunto de edifícios, constituído por apenas um piso e designado por "casa terrea com lagar de fazer azeite", encontra-se descrito na matriz sob o artigo urbano 231º, da União de Freguesias de Noura/palheiros.

Cláusula Segunda

Montante e taxa de comparticipação

1. O custo total elegível estimado da aquisição é de 68.000,00 € (sessenta e oito mil euros), conforme relatório de avaliação constante do Anexo I ao presente contrato.
2. O Primeiro Outorgante concede uma comparticipação correspondente a 70% do custo elegível efetivamente suportado, até ao limite máximo de 47.600,00 € (quarenta e sete mil e seiscentos euros).
3. O Segundo Outorgante suporta os restantes 30% do valor total, estimados em 20.400,00 € (vinte mil e quatrocentos euros).
4. Se o preço efetivamente pago for inferior ao estimado, a comparticipação é reduzida para 70% desse preço.

Cláusula Terceira

Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do primeiro outorgante:

a) Disponibilizar a comparticipação nas condições previstas no presente contrato;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução material e financeira por intermédio do gestor do contrato;

c) Solicitar os esclarecimentos e documentos necessários à verificação da regularidade da aquisição e da aplicação do apoio;

d) Comunicar ao Segundo Outorgante quaisquer desconformidades detetadas e fixar prazo razoável para a sua regularização, quando esta seja possível.

Cláusula Quarta

Obrigações do Segundo Outorgante

São obrigações do Segundo outorgante:

a) Obter as autorizações dos seus órgãos e cumprir as regras legais e financeiras aplicáveis à aquisição;

b) Verificar a titularidade dos vendedores e a situação registral, matricial, urbanística e fiscal dos imóveis, bem como a inexistência de ónus, encargos, ocupações ou limitações incompatíveis com a finalidade pública;

d) Celebrar o título de aquisição, escritura pública, e promover o registo dos imóveis em seu nome;

e) Aplicar a comparticipação exclusivamente à finalidade contratada e manter arquivo autónomo dos documentos da operação;

f) Apresentar ao Primeiro Outorgante os documentos previstos na cláusula seguinte e quaisquer outros justificadamente solicitados;

g) Comunicar, no prazo de 10 dias úteis, qualquer facto suscetível de impedir, atrasar ou alterar a aquisição, o preço ou a finalidade;

h) Restituir as quantias indevidamente recebidas ou não aplicadas, nos termos do presente contrato;

i) Assegurar que a soma deste apoio com outros financiamentos públicos não excede o custo efetivamente suportado nem reduz a participação própria abaixo de 30%, salvo deliberação expressa em contrário dos órgãos competentes.

Cláusula Quinta

Condições e modalidade de pagamento

1. A comparticipação é paga numa única prestação, por transferência bancária para o IBAN do Segundo Outorgante.
2. O pagamento depende da apresentação e validação dos seguintes documentos:
   a) Deliberações dos órgãos competentes do Segundo Outorgante;
   b) Certidões prediais e matriciais atualizadas do prédio objeto de aquisição;
   c) Contrato-promessa de compra e venda, se existir;
3. O pagamento da presente comparticiopação será concretizado nos termos previsto no n.º 1, no dia da outorga da erspetiva escritura pública tendo como objeto a aquisição do imóvel.

Cláusula Sexta

Acompanhamento, controlo e conservação documental

1. É gestor do contrato, pelo Primeiro Outorgante, a Técnica Superior,

2. O gestor acompanha a execução material e financeira, verifica os documentos e comunica ao órgão competente quaisquer desvios ou desconformidades, propondo medidas corretivas.

Cláusula Sétima

Incumprimento, resolução e restituição

1. Constituem fundamento de resolução, designadamente:
   a) a prestação de informações falsas ou inexatas com influência na atribuição ou no montante do apoio;
   b) a aplicação das verbas a finalidade diferente;
   c) a recusa injustificada de fiscalização;
   d) outro incumprimento definitivo e grave.
2. Salvo quando a urgência ou a natureza do incumprimento o impeça, a resolução é precedida de audiência e da concessão de prazo não inferior a 10 dias úteis para sanação.
3. A resolução determina a restituição das quantias recebidas, acrescidas de juros legais desde a data da respetiva disponibilização, sem prejuízo de restituição proporcional quando a gravidade, o período de cumprimento e o benefício público efetivamente alcançado o justifiquem e a lei o permita.
4. As quantias a restituir devem ser pagas no prazo de 30 dias após notificação, podendo ser autorizada a compensação ou um plano de reposição nos termos legalmente admissíveis.

Cláusula Oitava

Revogação e caducidade

1. As partes podem revogar o contrato por acordo escrito, precedido das deliberações ou autorizações competentes e com definição dos respetivos efeitos financeiros.
2. O contrato caduca com a integral realização material e financeira do objeto e aprovação das contas finais, sem prejuízo das obrigações de conservação documental, afetação dos imóveis, fiscalização e restituição que devam subsistir.

Cláusula Nona

Vigência, eficácia e publicidade

1. O contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. As deliberações que aprovam o apoio e o contrato são publicitadas nos termos do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sem prejuízo de outras obrigações legais de transparência e publicidade.
3. Os dados pessoais e os elementos sujeitos a reserva são tratados e publicitados apenas na medida legalmente necessária.

Cláusula Décima

Comunicações e foro

1. As comunicações são efetuadas por escrito, preferencialmente por correio eletrónico institucional com comprovativo de envio, para os endereços indicados pelas partes.
2. Para os litígios emergentes da interpretação, validade ou execução do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sem prejuízo das regras imperativas de competência territorial e da possibilidade de resolução consensual.

Cláusula Décima Primeira

Cabimento e compromisso

Foram emitidos o cabimento n.º 2026/781, bem como o compromisso de fundos disponíveis n.º 2026/784., no montante máximo de 47.600,00 €.

O presente contrato é elaborado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, e corresponde à vontade das partes, que o assinam.

Murça, ____ de _____ de 2026.

O Primeiro Outorgante	**O Segundo Outorgante**
_____	_____
[NOME E QUALIDADE]	[NOME E QUALIDADE]

União das Freguesias de Noura e Palheiros

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
Dr. Mário Artur Correia Lopes
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Sua referência	Sua Comunicação:	Nossa Referência	Localidade e data
		07/2026	Noura e Palheiros, 05-05-2026

ASSUNTO: **"Apoio Financeiro (70/30)"**

Na resposta indicar as referências deste documento

Carlos Alberto Gomes, Presidente da União das Freguesias de Noura e Palheiros, no âmbito do apoio a investimentos apresentado às Juntas de Freguesia em Assembleia Municipal, vem por este meio, solicitar um apoio financeiro para a compra de um conjunto de edifícios em Palheiros.

O Valor global é de 68.000,00€.

Face ao exposto, vimos solicitar a Vossa Ex.ª o enquadramento deste apoio financeiro, para as referidas obras, na modalidade referenciada (70/30). Junto em anexo a avaliação feita.

Certos de que este assunto, merecerá a Vossa melhor atenção,

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da União das Freguesias de Noura e Palheiros

(Carlos Alberto Gomes)

Contribuinte 510 838 316
Rua da Cumieira *** 5090-200 Noura** Telef. 259 511 214
Largo da Junta *** 5090-210 Palheiros ** Telef./Fax: 259 518 415

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	781	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/09

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA/PALHEIROS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 70/30

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TRFR-TRANSFERÊNCIAS P/ FREGUESIAS - CAPITAL
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 08050102 FREGUESIAS
PLANO : 2019 A 17
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
124.832,85
A CABIMENTAR
47.600,00
SALDO APÓS CABIMENTO
77.232,85

EXTENSO
QUARENTA E SETE MIL E SEISCENTOS EUROS

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 781 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	595.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
Classificação Económica : 08050102 CONTINENTE
FREGUESIAS
N.º Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	500.000,00	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	95.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	595.000,00	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	470.167,15				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	124.832,85	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	47.600,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	77.232,85	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11305

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/781
APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA/PALHEIROS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 70/30

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	859	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE		N.º COMP.
510838316	6462	FREG	2026 / 784

UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA E PALHEIROS
Rua da Cumieira

5090-200 NOURA

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/09	

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	PROCESSADO POR COMPUTADOR GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA/PALHEIROS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 70/30

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TRFR	TRANSFERÊNCIAS P/ FREGUESIAS - CAPITAL		ISENTO	47.600,000		47.600,000	

EXTENSO
QUARENTA E SETE MIL E SEISCENTOS EUROS

Documento n.º 2026/859, Compromisso n.º 2026/784, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/781

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	47.600,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	47.600,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.717.043,71 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 47.600,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.669.443,71 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	781	1	TRFR	02	08050102	2019	A	17	93.4.1.1.04.01	128.969,50	47.600,00	81.369,50

ANEXO III
INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 784 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	595.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
Classificação Económica : 08050102 CONTINENTE
FREGUESIAS
N.° Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	500.000,00	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	95.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	595.000,00	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	466.030,50				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	128.969,50	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	47.600,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	81.369,50	250.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11306

Outras Observações :

Documento n.° 2026/859, Compromisso n.° 2026/784 APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA/PALHEIROS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 70/30
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1626 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade da DIA e do GAP para ser presente à Assembleia Municipal

PROPOSTA N. º 26/GAP/2026

Aprovação da atribuição de comparticipação financeira à Freguesia de Jou para comparticipação nas obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso.

I - Da Justificação

a) Considerando que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da ação social, da saúde, do equipamento rural e urbano e da promoção do desenvolvimento, nos termos dos artigos 7.º e 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

b) Considerando que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício, pelos respetivos órgãos, das competências legalmente previstas, no respeito pelos princípios da legalidade, subsidiariedade, complementaridade, prossecução do interesse público, eficiência e boa administração;

c) Considerando que a Freguesia de Jou solicitou ao Município de Murça a atribuição de apoio financeiro para comparticipação nas obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso, sito na mesma freguesia, documento com registo de entrada nos serviços administrativos desta autarquia local n.º 5/2026, datado do dia 24/02/2026;

d) Considerando que as obras decorreram entre 22 de novembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2026 e apresentam um custo global declarado de 121.000,00 € (cento e vinte e um mil euros);

e) Para instrução do pedido, a Freguesia de Jou juntou cópias das faturas, dos autos de medição e fotografias das intervenções executadas;

f) Considerando que, de acordo com as informações prestadas pela freguesia, as quantias faturadas ainda não se encontram pagas na sua totalidade, incidindo o presente apoio na parte que ainda não foi regularizada;

g) Considerando que as intervenções realizadas no Centro de Apoio ao Idoso destinaram-se a melhorar as condições físicas, funcionais, de conforto e de segurança de uma infraestrutura de apoio à população idosa, prosseguindo uma finalidade de manifesto interesse público local;

h) Considerando que a população idosa constitui um grupo particularmente relevante no contexto demográfico e social do concelho, justificando-se o reforço das respostas locais destinadas ao seu acompanhamento, bem-estar, proteção e inclusão;

i) Considerando que a Freguesia de Jou, pela sua proximidade à população e conhecimento das necessidades locais, encontra-se em posição adequada para promover e apoiar respostas sociais de proximidade, em articulação com o Município;

j) Considerando que o apoio financeiro proposto ascende a 10.000,00 € (dez mil euros), correspondendo a aproximadamente 8,26% do custo global declarado das obras, permanecendo a parte não comparticipada a cargo da Freguesia de Jou ou de outras fontes de financiamento legalmente admissíveis;

k) Considerando que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º,do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

l) Considerando que o contrato a celebrar tem por objeto principal a atribuição de uma subvenção, encontrando-se a respetiva formação excluída da Parte II do Código dos Contratos Públicos pelo artigo 5.º, n.º 4, alínea c), sem prejuízo da aplicação do artigo 5.º-B e do regime substantivo dos contratos administrativos e interadministrativos, designadamente dos artigos 278.º, 280.º, 290.º-A e 338.º do mesmo Código.

II - Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdadee de sugerir que a Câmara Municipal adote deliberação traduzida na:

a) Aprovação da atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Jou, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), destinada a comparticipar parcialmente os encargos com as obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso, cujo custo global declarado ascende a 121.000,00 €;

b) Aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira a celebrar entre o Município de Murça e a Freguesia de Jou, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta;

c) Sequencialmente, submeter a presente proposta e a respetiva minuta, à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

d) Simultaneamente, legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar o contrato definitivo após aprovação pela Assembleia Municipal e verificação das formalidades legais, documentais, orçamentais e financeiras aplicáveis;

e) Designar como gestora do contrato, para efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, competindo-lhe proceder ao acompanhamento e à verificação documental e financeira do apoio;

MUNICÍPIO DE MURÇA

f) Os encargos relativos ao presente apoio encontram-se inscritos nas correspondentes classificações orgânica e económica, do orçamento municipal em vigor e em cumprimento da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.°127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações, tendo sido emitido o cabimento n.° 2026/785, bem como o compromisso de fundos disponíveis n.° 2026/1636

g) Por último, determinar a publicitação das deliberações e do apoio nos termos do artigo 56.° do Anexo I à Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, e das demais normas legais aplicáveis.

Murça, 15 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Lopes

Em anexo: Minuta de Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira.

ANEXO

MINUTA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Considerando que:

a) A Freguesia de Jou solicitou apoio financeiro para comparticipação nas obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso, sito na mesma freguesia;

b) As obras decorreram entre 22 de novembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2026, com um custo global declarado de 121.000,00 €, tendo sido apresentadas cópias das faturas, dos autos de medição e fotografias;

c) O apoio municipal aprovado ascende a 10.000,00 €, destinando-se a comparticipar parcialmente despesas de investimento comprovadas e não pagas;

d) A Câmara Municipal aprovou a atribuição do apoio e a presente minuta em reunião de _____, tendo a Assembleia Municipal deliberado sobre a forma de apoio em sessão ordinária realizada no dia _____;

e) Os órgãos competentes da Freguesia de Jou aprovaram a aceitação do apoio e a celebração do presente contrato por deliberações de _____;

f) O contrato tem por objeto principal a atribuição de uma subvenção, estando a sua formação excluída da Parte II do CCP nos termos do artigo 5.º, n.º 4, alínea c), e sujeita ao artigo 5.º-B e ao regime substantivo aplicável aos contratos interadministrativos.

Entre:

MUNICÍPIO DE MURÇA

Primeiro Outorgante: Município de Murça, pessoa coletiva n.º 506 806 193, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes, com poderes para o ato;

e

Segundo Outorgante: Freguesia de Jou, pessoa coletiva n.º **[NIPC]**, com sede em **[MORADA]**, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, **[NOME]**, com poderes para o ato;

é celebrado o presente Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
Objeto

1. O contrato tem por objeto a atribuição, pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, de uma comparticipação financeira destinada a suportar parcialmente os encargos com as obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso, sito na Freguesia de Jou.
2. As obras comparticipadas são as constantes das faturas e dos autos de medição validados e decorreram entre 22 de novembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2026.
3. O contrato não tem por objeto a execução de trabalhos futuros nem implica a assunção, pelo Primeiro Outorgante, das responsabilidades do dono da obra.

Cláusula Segunda
Montante da comparticipação

1. O custo global declarado das obras é de 121.000,00 € (cento e vinte e um mil euros).
2. O Primeiro Outorgante atribui à Segunda Outorgante uma comparticipação financeira de 10.000,00 € (dez mil euros), tendo em vista comparticipar nos valores assumidos e ainda não pagos pela Segunda Outorgante.

Cláusula Terceira

Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do primeiro outorgante:

a) Pagar a comparticipação após verificação das condições previstas no contrato;

c) Proceder, quando necessário, à verificação física das intervenções realizadas;

d) Comunicar as desconformidades detetadas e solicitar os esclarecimentos ou documentos necessários.

Cláusula Quarta

Obrigações da Segunda Outorgante

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

a) Apresentar as faturas, autos de medição, fotografias e demais elementos solicitados;

b) Garantir a correspondência entre os trabalhos executados, medidos e faturados;

c) Declarar todos os apoios ou financiamentos obtidos ou solicitados para as mesmas obras;

d) Manter o Centro de Apoio ao Idoso afeto a uma finalidade de interesse público social, sem prejuízo do regime de utilização ou gestão que legalmente vigore;

e) Restituir as quantias indevidamente recebidas ou não justificadas.

Cláusula Quinta

Condições de elegibilidade e pagamento

1. O apoio é pago numa única prestação, por transferência bancária.
2. O pagamento depende da apresentação ou confirmação dos seguintes elementos:
   a) deliberações dos órgãos competentes da Freguesia;
   b) autos de medição;
   c) faturas emitidas em nome da Freguesia;
   d) fotografias;
   e) auto de receção, declaração de conclusão ou documento equivalente.

3. Os serviços municipais podem selecionar documentos para conferência por amostragem, sem prejuízo do direito de exigir a totalidade do processo quando detetem divergências ou quando tal seja necessário à validação.
4. A falta de documentos essenciais suspende o pagamento até à respetiva regularização.

Cláusula Sexta

Acompanhamento e controlo

5. É gestora do contrato que subscreve a declaração de inexistência de conflitos de interesses legalmente exigível.
6. O gestor verifica a execução documental e financeira do apoio, podendo promover vistoria ao local e solicitar apoio dos serviços técnicos e financeiros.
7. A verificação municipal para efeitos de apoio financeiro não substitui as competências do dono da obra, da fiscalização, do autor do projeto ou de outras entidades competentes, nem constitui receção técnica das obras pelo Município.

Cláusula Sétima

Incumprimento e restituição

8. Constituem fundamento de suspensão do pagamento, resolução ou restituição, consoante o caso:
   a) prestação de informações falsas ou inexatas;
   b) inexistência ou insuficiência de despesa elegível paga;
   c) desconformidade relevante entre faturas, autos de medição e trabalhos;
   d) recusa injustificada de fiscalização;
   e) afetação incompatível com a finalidade pública declarada.
9. Salvo urgência ou impossibilidade, a decisão é precedida de audiência e da concessão de prazo não inferior a 10 dias úteis para regularização.
10. As quantias indevidamente recebidas são restituídas no prazo de 30 dias após notificação, acrescidas de juros legais desde a data do pagamento, sem prejuízo de outras responsabilidades legalmente aplicáveis.

Cláusula Oitava

Modificação, revogação e resolução

1. O contrato pode ser modificado ou revogado por acordo escrito, mediante deliberação ou autorização dos órgãos competentes e respeito pelas regras orçamentais e financeiras.
2. Sem prejuízo dos fundamentos gerais, qualquer das partes pode resolver o contrato por incumprimento definitivo imputável à outra parte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
3. A modificação não pode ampliar o objeto nem aumentar a comparticipação sem nova autorização, cabimento e compromisso.

Cláusula Nona

Vigência e eficácia

1. O contrato entra em vigor na data da assinatura.
2. A identificação do período de execução das obras como despesa elegível não confere eficácia retroativa ao contrato.

Cláusula Décima

Comunicações e publicidade

1. As comunicações são efetuadas por escrito para os endereços institucionais indicados pelas partes.
2. As deliberações e o apoio são publicitados nos termos do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sem prejuízo da proteção de dados pessoais e de outros elementos sujeitos a reserva.

Cláusula Décima Primeira

Foro competente

Para a resolução dos litígios emergentes da interpretação, validade ou execução do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sem prejuízo das regras imperativas de competência e da tentativa de resolução consensual.

Cláusula Décima Segunda

Cabimento e compromisso

Os encargos relativos ao presente contrato encontram-se inscritos nas correspondentes classificações orgânica e económica, do orçamento municipal em vigor e em cumprimento da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações, foi emitido o cabimento n.º 2026/785, bem como o compromisso de fundos disponíveis n.º 2026/1636 no montante de 10.000,00 €.

O presente contrato é elaborado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, e corresponde à vontade das partes, que o assinam.

Murça, ____ de _____ de 2026.

O Primeiro Outorgante

_____

[NOME E QUALIDADE]

O Segundo Outorgante

_____

[NOME E QUALIDADE]

Freguesia de Jou
Município de Murça
(Cartão de pessoa coletiva Nº 506845648)
Cimo de Vila - Jou. 5090 – 076 Murça Telf 259539155

Exmo.(a) Senhor(a)
Presidente da
Camara Municipal de Murça

Sua Ref.	Sua comunicação	Nossa refª.	Data
		N.º05/2026	24/02/2026

Assunto: Pedido de Apoio Financeiro para Obras do Centro de Apoio ao Idoso

Exmo. Senhor Presidente,

A Junta de Freguesia de Jou vem, por este meio, solicitar a V. Exa. e ao Executivo da Câmara Municipal de Murça a atribuição de um apoio financeiro no valor de 10.000€ (dez mil euros), destinado a comparticipar as obras realizadas no Centro de Apoio ao Idoso (CAI) desta freguesia.

O referido equipamento, inaugurado no passado dia 21 de fevereiro, representa um investimento de grande relevância social, visando melhorar as condições de apoio e acompanhamento à população idosa, promovendo o seu bem-estar, segurança e qualidade de vida.

Atendendo à importância desta infraestrutura para a comunidade local e ao esforço financeiro envolvido na sua concretização, vimos solicitar a colaboração dessa Câmara Municipal através da concessão do apoio acima mencionado, fundamental para assegurar o equilíbrio financeiro da intervenção realizada.

Certos da melhor atenção de V. Exa. para este pedido, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e ficamos a aguardar uma resposta favorável.

Com elevada consideração,

O Presidente da Junta de Freguesia de Jou

Luís Filipe Damas Noura

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	782	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/09

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TCFR-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FREGUESIAS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 04050102 FREGUESIAS
PLANO : 2019 A 17
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
30.000,01
A CABIMENTAR
10.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
20.000,01

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

ANEXO II
INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 782 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	280.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
Classificação Económica : 04050102 CONTINENTE FREGUESIAS
N.° Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	280.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	249.999,99				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	10.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	20.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11310

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/782
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	860	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.º COMP.
506845648	7066 FREG	2026 / 785

JUNTA DE FREGUESIA DE JOU
CIMO DE VILA

5090-076 JOU

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/09/09			

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/09	

(rosa)

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	PROCESSADO POR COMPUTADOR GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TCFR	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FREGUESIAS		ISENTO	10.000,000		10.000,000	

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

Documento n.º 2026/860, Compromisso n.º 2026/785, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/782

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	10.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	10.000,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.669.443,71 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 10.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.659.443,71 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	782	1	TCFR	02	04050102	2019	A	17	93.2.3.1.03.01.01	30.000,01	10.000,00	20.000,01

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 785 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	280.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
Classificação Económica : 04050102 CONTINENTE
FREGUESIAS
N.º Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	280.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	249.999,99				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	10.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	20.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11311

Outras Observações :

Documento n.º 2026/860, Compromisso n.º 2026/785 APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1627 do diário dos fundos disponíveis

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/11	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/11	785	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/11

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NO CAI - TRANSFERÊNCIA PARA FREGUESIAS - CAPITAL

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TRFR-TRANSFERÊNCIAS P/ FREGUESIAS - CAPITAL
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 08050102 FREGUESIAS
PLANO : 2019 A 17
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
77.232,85
A CABIMENTAR
10.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
67.232,85

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade de 11 votos a favor

MUNICÍPIO DE MURÇA

PROPOSTA N. º 27/GAP/2026

Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Jou para apoio ao funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso no ano de 2026.

I - Da Justificação

1. Considerando que constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da ação social, nos termos do artigo 23.º, n.º 2, alínea h), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

2. Considerando que a Freguesia de Jou solicitou ao Município de Murça a atribuição de apoio financeiro destinado a contribuir para o funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso, através de pedido datado de 25 de agosto de 2026, integrado no processo com o registo DOC: 2026,Geral,E,G,5155;

3. Considerando que, do pedido apresentado, resulta que o Centro de Apoio ao Idoso constitui uma resposta social de proximidade destinada à população da freguesia de Jou, sendo gerido exclusivamente pela respetiva Junta de Freguesia, que suporta os encargos inerentes ao seu funcionamento;

4. Considerando que o Plano de Atividades para 2026 contempla, entre outras iniciativas regulares, geromotricidade, pintura e desenho, estimulação cognitiva, práticas manuais, jogos de mesa, atividades de promoção da saúde, horta e jardim, bem como diversas atividades comemorativas e de convívio ao longo do ano;

5. Considerando que a manutenção desta resposta social reveste manifesto interesse público local, atendendo à sua natureza de apoio de proximidade à população idosa e ao contributo que presta para a prevenção do isolamento, promoção do envelhecimento ativo, convívio e participação comunitária;

6. Considerando que o apoio, ora proposto, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), destina-se exclusivamente a apoiar o desenvolvimento do plano de atividades do Centro;

7. Considerando que, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

8. Considerando que compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal propostas sobre matérias da competência desta, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do mesmo diploma legal;

9. Considerando que a despesa, associada ao presente apoio, encontra-se prevista no orçamento municipal, tendo sido emitido o cabimento n.º 2026/782 e o

compromisso n.º 2026/785, ambos no montante de 10.000,00 €, na classificação económica 04.05.01.02 – Freguesias;

II – Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdadee de sugerir que a Câmara Municipal adote deliberação traduzida na:

a) Aprovação da atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Jou, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), destinado a comparticipar no desenvolvimento do plano de atividades do Centro de Apoio ao Idoso durante o ano de 2026;

b) Aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Comparticipação Financeira a celebrar entre o Município de Murça e a Freguesia de Jou, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta;

c) Submeter a presente proposta à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

d) Simultaneamente, autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar o contrato, após a deliberação da Assembleia Municipal e a verificação das formalidades legais, patrimoniais, orçamentais e financeiras aplicáveis;

e) Designar como gestora do contrato, para efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, competindo-lhe acompanhar a execução material e financeira e verificar a documentação apresentada;

f) Os encargos relativos ao presente apoio encontram-se inscritos nas correspondentes classificações orgânica e económica do orçamento municipal em vigor, tendo sido emitido o cabimento n.º 2026/782 e o compromisso de fundos disponíveis n.º 2026/785, no montante de 10.000,00 €;

g) Por último, determinar a publicitação das deliberações e do apoio nos termos do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e das demais normas legais aplicáveis.

Murça, 15 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

Em anexo: Minuta de Contrato de Interadministrativo de Apoio Financeiro ao Funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso de Jou.

MUNICÍPIO DE MURÇA

MINUTA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE APOIO FINANCEIRO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE APOIO AO IDOSO DE JOU

Considerando que:

a) A Freguesia de Jou solicitou ao Município de Murça a atribuição de apoio financeiro destinado a contribuir para o funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso, através de pedido datado de 25 de agosto de 2026, integrado no processo DOC: 2026,Geral,E,G,5155;

b) De acordo com o pedido apresentado, o Centro de Apoio ao Idoso constitui uma resposta social de proximidade dirigida à população da Freguesia de Jou, sendo gerido exclusivamente pela respetiva Junta de Freguesia, que suporta os encargos inerentes ao seu funcionamento;

c) O Plano de Atividades para 2026 prevê a continuidade e o relançamento da atividade do Centro, contemplando, entre outras, atividades de geromotricidade, pintura e desenho, estimulação cognitiva, práticas manuais, jogos de mesa, promoção da saúde, horta e jardim e diversas iniciativas de convívio e participação comunitária;

d) O referido Plano identifica encargos correntes com o funcionamento do Centro, designadamente com colaboradores, refeições, transportes, produtos de higiene e proteção individual, atividades e outras despesas necessárias à manutenção da resposta social;

e) A manutenção desta resposta social reveste manifesto interesse público local, contribuindo para o acompanhamento da população idosa, prevenção do isolamento, promoção do envelhecimento ativo, autonomia, convívio e inclusão social;

f) O Município de Murça deliberou atribuir à Freguesia de Jou um apoio financeiro no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), destinado exclusivamente a comparticipar o desenvolvimento do plano de atividades do Centro de Apoio ao Idoso durante o ano de 2026;

g) A Câmara Municipal aprovou a atribuição do apoio e a presente minuta em reunião de [DATA], tendo a Assembleia Municipal deliberado sobre a forma de apoio em sessão de [DATA];
h) Para a despesa foi emitido o cabimento n.º 2026/782 e o compromisso de fundos disponíveis n.º 2026/785, ambos no montante de 10.000,00 €, na classificação económica 04.05.01.02 - Freguesias.

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Murça, pessoa coletiva n.º 506 806 193, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, com poderes para o ato;

e

Segunda Outorgante: Freguesia de Jou, pessoa coletiva n.º 506 845 648, com sede em Cimo de Vila, 5090-076 Jou, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Luís Filipe Damas Noura, com poderes para o ato;

é celebrado o presente Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a atribuição, pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, de um apoio financeiro destinado a comparticipar o desenvolvimento do plano de atividades do Centro de Apoio ao Idoso durante o ano de 2026.
2. O apoio visa contribuir para a continuidade da resposta social de proximidade prestada pelo Centro à população idosa da freguesia, em conformidade com as atividades e finalidades identificadas no respetivo Plano de Atividades.
3. O presente apoio não se destina a financiar obras, aquisição de bens de investimento ou quaisquer outras despesas de capital.

Cláusula Segunda

(Montante e pagamento)

1. O Primeiro Outorgante atribui à Segunda Outorgante um apoio financeiro no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).
2. O apoio financeiro é pago numa única prestação, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), por transferência bancária para conta indicada pelo Segundo Outorgante, após a entrega do relatório referido na alínea e), da clausula quarta do presente contrato.
3. Não há lugar a qualquer pagamento para além do montante máximo previsto no n.º 1.

Cláusula Terceira

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

a) Proceder ao pagamento do apoio nos termos previstos no presente contrato;

b) Acompanhar a execução financeira do apoio e solicitar, quando necessário, os elementos comprovativos da respetiva aplicação;

c) Comunicar ao Segundo Outorgante eventuais desconformidades detetadas e fixar prazo razoável para a sua regularização.

Cláusula Quarta

(Obrigações da Segunda Outorgante)

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

a) Afetar integralmente o apoio financeiro ao funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso de Jou, nos termos do presente contrato;

b) Manter organizados e disponíveis os documentos contabilísticos e demais elementos comprovativos das despesas suportadas;

c) Não utilizar o apoio em obras, aquisição de bens de investimento ou outras despesas de capital;

d) Comunicar ao Município quaisquer outros apoios ou financiamentos que incidam sobre as mesmas despesas, sempre que tal seja relevante para evitar duplicação de financiamento;

e) Apresentar ao Primeiro Outorgante, até 31 de dezembro de 2026, um relatório sucinto de execução do apoio, identificando as principais despesas e atividades de funcionamento suportadas com a comparticipação municipal;

f) Prestar os esclarecimentos e facultar os documentos que venham a ser solicitados pelos serviços municipais para verificação da correta aplicação da verba;

g) Restituir as quantias indevidamente recebidas ou utilizadas em desconformidade com o objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta

(Acompanhamento e controlo)

1. A execução do presente contrato é acompanhada pelos serviços municipais competentes, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços da Freguesia.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, é gestora do contrato a para efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, competindo-lhe acompanhar a execução material e financeira e verificar a documentação apresentada, que subscreve a declaração de inexistência de conflitos de interesses legalmente exigível.
3. O Primeiro Outorgante pode solicitar documentos, esclarecimentos ou outros elementos necessários à verificação da aplicação do apoio.
4. A verificação municipal incide sobre a afetação financeira da comparticipação e não substitui as competências próprias da Freguesia em matéria de autorização, realização e pagamento das respetivas despesas.

Cláusula Sexta

(Incumprimento e restituição)

1. Constituem fundamento de suspensão do pagamento, resolução do contrato ou restituição total ou parcial do apoio, consoante o caso:

   a) A utilização do apoio para finalidade diferente da prevista no presente contrato;

   c) A prestação de informações falsas ou inexatas com relevância para a atribuição ou execução do apoio;

   e) A recusa injustificada de prestação de informações ou de apresentação dos documentos solicitados.
2. Salvo situação de urgência ou impossibilidade, a decisão é precedida de audiência do Segundo Outorgante e da concessão de prazo para esclarecimento ou regularização.

3. As quantias cuja restituição seja determinada devem ser devolvidas ao Município no prazo indicado na respetiva notificação, sem prejuízo das demais consequências legalmente aplicáveis.

Cláusula Sétima

(Vigência e eficácia)

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O contrato vigora até à aprovação da execução final do apoio pelo Primeiro Outorgante, sem prejuízo das obrigações de conservação documental, fiscalização e restituição que devam subsistir.
3. A comparticipação financeira reporta-se exclusivamente ao funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso durante o ano de 2026.

Cláusula Oitava

(Cabimento e compromisso)

Os encargos relativos ao presente contrato encontram-se inscritos nas correspondentes classificações orgânica e económica do orçamento municipal em vigor, tendo sido emitido o cabimento n.º 2026/782 e o compromisso de fundos disponíveis n.º 2026/785, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), na classificação económica 04.05.01.02 - Freguesias.

Cláusula Nona

(Comunicações e publicidade)

1. As comunicações entre as partes relativas à execução do presente contrato são efetuadas por escrito para os respetivos endereços institucionais.
2. O apoio e as deliberações que o fundamentam são publicitados nos termos legalmente aplicáveis, sem prejuízo da proteção de dados pessoais e de outros elementos sujeitos a reserva.

Cláusula Décima

(Disposições finais)

1. O presente contrato é elaborado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

2. Em tudo o que não se encontre expressamente previsto aplicam-se as normas legais e regulamentares em vigor pertinentes à matéria.

Murça, ___ de _____ de 2026

O Primeiro Outorgante	O Segundo Outorgante
_____	_____
Mário Artur Lopes	Luís Filipe Damas Noura
Presidente da Câmara Municipal	Presidente da Junta de Freguesia de Jou

Freguesia de Jou

Município de Murça

(Cartão de pessoa coletiva Nº 506845648)
Cimo de Vila - Jou. 5090 – 076 Murça Telf 259539155

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Murça
Dr. Mário Artur Lopes

Assunto: Apoio ao Centro de Apoio ao Idoso

Exmo. Senhor, os meus cumprimentos.

Como é do seu conhecimento, o Centro de Apoio ao Idoso serve para colmatar a inexistência de um apoio social à população de Jou. O Centro é gerido exclusivamente pela Junta de Freguesia e os gastos mensais são avultados, mas é de extrema importância a continuidade deste projeto. Assim sendo, serve o presente para solicitar um apoio financeiro, tal como tem acontecido em anos anteriores. Em anexo segue o relatório de atividades para 2026.

Grato pela atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos

Jou, 25 de Agosto de 2026

O Presidente da Junta de Freguesia de Jou

Luís Filipe Damas Noura

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	782	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/09

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TCFR-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FREGUESIAS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 04050102 FREGUESIAS
PLANO : 2019 A 17
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
30.000,01
A CABIMENTAR
10.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
20.000,01

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 782 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :			Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)	Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	280.000,00 (€)	100.00 (%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)	Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
Classificação Económica : 04050102 CONTINENTE
FREGUESIAS
N.° Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	280.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	249.999,99				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	10.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	20.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11310

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/782
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/09	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/09	860	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE		N.º COMP.
506845648	7066	FREG	2026 / 785

JUNTA DE FREGUESIA DE JOU
CIMO DE VILA

5090-076 JOU

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/09/09			

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/09	

(rosa)

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	PROCESSADO POR COMPUTADOR GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TCFR	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FREGUESIAS		ISENTO	10.000,000		10.000,000	

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	10.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	10.000,00

Documento n.º 2026/860, Compromisso n.º 2026/785, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/782

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.669.443,71 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 10.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.659.443,71 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	782	1	TCFR	02	04050102	2019	A	17	93.2.3.1.03.01.01	30.000,01	10.000,00	20.000,01

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 785 Data do registo (1) : 2026/09/09

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	280.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 4.2.1.4. 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

Classificação Económica : 04050102 CONTINENTE FREGUESIAS

N.° Rubrica do Plano : 2019 A 17

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	280.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	249.999,99				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	10.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	20.000,01	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/09 Número de lançamento no diário do orçamento: 11311

Outras Observações :

Documento n.° 2026/860, Compromisso n.° 2026/785 APOIO FINANCEIRO JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA FUNCIONAMENTO DO CAI ANO 2026
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1627 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/11	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/11	785	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/11

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE JOU PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NO CAI - TRANSFERÊNCIA PARA FREGUESIAS - CAPITAL

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TRFR-TRANSFERÊNCIAS P/ FREGUESIAS - CAPITAL
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 08050102 FREGUESIAS
PLANO : 2019 A 17
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
77.232,85
A CABIMENTAR
10.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
67.232,85

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade da DDT, da DPGV e da DGF
Executo-se.

PROPOSTA 28/GAP/2026

Celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais – Instalação transitória do Centro de Saúde de Murça

I - Enquadramento e necessidade da solução transitória

1. Considerando que se encontra em desenvolvimento a requalificação do edifício onde funciona o Centro de Saúde de Murça, circunstância que determina a necessidade de assegurar, durante o período de realização das obras, a transferência transitória do serviço para instalações alternativas;

2. Considerando que a continuidade do funcionamento do Centro de Saúde constitui uma necessidade essencial para a população, impondo-se que a solução transitória garanta condições adequadas de atendimento, funcionalidade, privacidade, acessibilidade, segurança e instalação dos equipamentos necessários à prestação de cuidados de saúde;

3. Considerando que a saúde integra o elenco das atribuições municipais, nos termos da alínea g), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

4. Considerando que, no âmbito do processo de descentralização administrativa, foram transferidas para os municípios competências no domínio da saúde, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

5. Considerando que, neste contexto, compete aos órgãos municipais participar na gestão e realização de investimentos relativos às unidades de prestação de cuidados de saúde primários, incluindo a respetiva manutenção, bem como assegurar a gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos à prestação desses cuidados, sendo tais competências, salvo disposição em contrário, exercidas pela Câmara Municipal;

6. Considerando que, numa fase inicial, foi ponderada a instalação transitória do Centro de Saúde em estruturas modulares/contentores, solução que, apesar da sua aparente rapidez de implementação, apresenta limitações relevantes ao nível da organização funcional dos espaços, conforto térmico e acústico, privacidade dos utentes, acessibilidade, ligações às infraestruturas, logística de instalação e adaptação às exigências próprias de um serviço de saúde;

7. Considerando, ainda, que a solução baseada em contentores implicaria um custo global elevado, resultante, designadamente, da aquisição ou aluguer dos módulos, respetivo transporte, montagem, preparação do terreno,

execução de ligações às redes, adaptações técnicas, manutenção e posterior desmontagem e remoção;

8. Considerando que, ponderadas as alternativas disponíveis e tendo presente o período estimado de utilização de 8 (oito) meses, a utilização temporária de um edifício existente, com dimensão e configuração compatíveis com a instalação do Centro de Saúde, se revela mais adequada à prossecução do interesse público e concretiza, em termos comparativos, uma solução de maior eficácia, eficiência e economicidade, em consonância com o princípio da boa administração previsto no artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo;

9. Considerando que, nos termos da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, compete à Câmara Municipal proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

10. Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 1024.º do Código Civil, a locação de coisas imóveis se designa arrendamento e que o contrato de arrendamento urbano deve ser celebrado por escrito, nos termos do artigo 1069.º do mesmo Código;

11. Considerando que, tratando-se de arrendamento para fins não habitacionais, as regras relativas à duração, denúncia e oposição à renovação são livremente estabelecidas pelas partes, nos termos do artigo 1110.º do Código Civil;

12. Considerando que, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, este Código não é aplicável aos contratos de compra e venda, doação, permuta e arrendamento de bens imóveis ou contratos similares;

13. Considerando, por último, que a celebração de contrato de arrendamento deve observar o disposto no Regime de Arrendamento Urbano, designadamente quanto à sua redução a escrito e assinatura por ambas as partes.

II - Dos imóveis e da entidade proprietária

1. Considerando que, de acordo com a documentação predial e matricial constante do processo, as instalações a utilizar integram o prédio urbano sito na Variante da Estrada Nacional 15, Murça, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Murça sob o artigo 1914 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 906, constituído em propriedade horizontal;

2. Considerando que o objeto do arrendamento é constituído pelas seguintes frações autónomas:

a) Fração autónoma "E", localizada no piso 0, área bruta privativa de 396,00 m² e área bruta dependente de 125,00 m², inscrita na matriz sob o artigo 1914-E;

b) Fração autónoma "F", localizada no piso 0, com a área bruta privativa de 60,00 m² e área bruta dependente de 12,50 m², inscrita na matriz sob o artigo 1914-F;

3. Considerando que as referidas frações são propriedade da sociedade CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA., NIPC 514 915 129, com sede na Variante da Estrada Nacional 15, s/n, 5090-118 Murça;

4. Considerando que as características, localização e dimensão conjunta das frações permitem, sem prejuízo das adaptações técnicas que se mostrem necessárias e do cumprimento das exigências legais aplicáveis, a instalação transitória do Centro de Saúde de Murça durante o período de execução das obras no edifício atualmente afeto a esse serviço;

5. Considerando que, conforme informação técnica emitida pela DPGU em 16 de setembro de 2026, a utilização do espaço objeto do presente procedimento se encontra titulada pelo depósito dos documentos para efeitos do artigo 62.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) - regime de utilização;

6. Considerando que o valor da renda mensal, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), foi objeto de avaliação por perito, constando o respetivo relatório do processo administrativo, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

III - Da necessidade de celebração de contrato promessa de arrendamento

1. Considerando que, por razões de calendarização da operação de transferência e de preparação do funcionamento provisório do Centro de Saúde, se tornou necessário garantir a deslocação para as novas instalações e o início da instalação dos serviços já no dia 16 de setembro de 2026, não sendo compatível com a continuidade do serviço público de saúde aguardar pela tramitação ordinária do processo deliberativo;

2. Considerando que a necessidade de assegurar essa instalação imediata configurou uma circunstância excecional e urgente, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal em tempo oportuno antes da prática do ato necessário à disponibilização do espaço;

3. Considerando que o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, estabelece que, em circunstâncias excecionais e quando, por motivo de urgência, não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a

ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade;

4. Considerando que, ao abrigo da referida norma e com fundamento na urgência acima descrita, o Presidente da Câmara Municipal celebrou, em 16/09/2026, com a sociedade CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA., o contrato-promessa de arrendamento relativo às frações autónomas "E" e "F", permitindo, desde essa data, o acesso e a instalação dos serviços no espaço, sem produção de efeitos financeiros antes de 1 de outubro de 2026 e sem prejuízo da necessária celebração do contrato definitivo;

5. Considerando, por conseguinte, que a celebração do referido contrato-promessa deve ser submetida a ratificação da Câmara Municipal na primeira reunião realizada após a prática do ato, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

IV - Da proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a Liberdade de sugerir que a Câmara Municipal tome deliberação no sentido de:

a) Ratificar, nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a celebração, pelo Presidente da Câmara Municipal, em 16/09/2026, do contrato-promessa de arrendamento com a sociedade CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA., NIPC 514 915 129, tendo por objeto as frações autónomas "E" e "F" do prédio urbano sito na Variante da Estrada Nacional 15, Murça, inscrito na matriz sob o artigo 1914 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 906, destinado à instalação transitória do Centro de Saúde de Murça;

b) Ratificar, igualmente, as condições essenciais constantes do contrato-promessa celebrado, designadamente a renda mensal global de 10.000,00 € (dez mil euros), o prazo certo de 8 (oito) meses do arrendamento definitivo, com início em 1 de outubro de 2026 e termo em 31 de maio de 2027, e o encargo global máximo de 80.000,00 € (oitenta mil euros), documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta;

c) Autorizar a celebração de contrato definitivo de arrendamento, em conformidade com as obrigações e direitos decorrentes da minuta de contrato cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa ao presente;

d) Os efeitos financeiros do arrendamento, designadamente o vencimento e pagamento das rendas, apenas se iniciam em 1 de outubro de 2026 e dependem

da prévia celebração do contrato definitivo de arrendamento, não sendo devida qualquer renda antes de tal período, nem havendo lugar a adiantamento de rendas ou prestação de caução;

e) A despesa, no valor global máximo de 80.000,00 € (oitenta mil euros), dispõe do cabimento n.º 2026/792 e o compromisso n.º 2026/831, devendo ser assegurada a correspondente repartição pelos anos económicos de 2026 e 2027[1];

f) Simultaneamente, legitimar o Presidente da Câmara Municipal para outorgar o contrato definitivo de arrendamento, bem como para praticar os atos de execução material necessários à instalação transitória do Centro de Saúde;

g) Designar como responsável pelo acompanhamento da execução contratual a

a quem incumbirá articular com a proprietária e com os serviços de saúde as matérias relacionadas com a ocupação, manutenção, consumos, adaptações e restituição do imóvel;

h) Promover à publicitação do contrato de arrendamento, nos termos legais.

Murça, 16 de setembro de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Artur Correia Lopes

Anexos: Minuta de Contrato de arrendamento; Cadernetas prediais urbanas das frações E e F; Certidão permanente do registo predial; Relatório de avaliação do valor locativo; Minuta de Contrato-promessa de arrendamento;

[1] A matéria relacionada com a repartição dos encargos por mais do que um ano económico será objeto de sancionamento por parte do órgão executivo municipal, ao abrigo da delegação existente, com o consequente conhecimento à Assembleia Municipal, na sua próxima sessão ordinária (setembro do corrente ano).

CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS

ENTRE:

PRIMEIRA OUTORGANTE / SENHORIA: CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA., pessoa coletiva n.º 514 915 129, com sede na Variante Estrada Nacional 15, s/n, 5090-118 Murça, representada neste ato pelo seu gerente, Osvaldo José dos Santos, NIF 188 802 169, adiante designada por "Senhoria" ou "Primeira Outorgante";

E

SEGUNDO OUTORGANTE / ARRENDATÁRIO: MUNICÍPIO DE MURÇA, pessoa coletiva n.º 506 862 763, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes, com poderes para o ato ao abrigo da deliberação da Câmara Municipal de [•], adiante designado por "Arrendatário" ou "Segundo Outorgante".

É celebrado, de boa-fé, o presente contrato de arrendamento para fins não habitacionais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto e identificação dos imóveis)

1. A Primeira Outorgante declara ser proprietária das frações autónomas "E" e "F" integradas no prédio urbano sito na Variante da Estrada Nacional 15, Murça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 906 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Murça sob o artigo 1914.
2. A fração autónoma "E", inscrita na matriz sob o artigo 1914-E, situa-se no piso 0, área bruta privativa de 396,00 m² e área bruta dependente de 125,00 m².

3. A fração autónoma "F", inscrita na matriz sob o artigo 1914-F, situa-se no piso 0, área bruta privativa de 60,00 m² e área bruta dependente de 12,50 m².

4. Pelo presente contrato, a Primeira Outorgante dá de arrendamento ao Segundo Outorgante, e este toma de arrendamento, as frações identificadas nos números anteriores, em conjunto, nos termos e condições constantes do presente clausulado.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Finalidade)

1. O arrendamento tem por objeto a instalação transitória do Centro de Saúde de Murça, durante a execução das obras no edifício onde aquele serviço funciona habitualmente.

2. O Segundo Outorgante poderá instalar no locado os serviços, mobiliário, equipamentos clínicos e administrativos, sistemas informáticos, comunicações, sinalética e demais meios necessários ao funcionamento do Centro de Saúde, observadas as normas legais e técnicas aplicáveis.

3. Qualquer alteração estrutural ou obra que afete elementos resistentes, fachadas, coberturas ou partes comuns depende de autorização prévia e escrita da Primeira Outorgante.

4. Do processo administrativo consta informação técnica emitida pela DPGU em 16 de setembro de 2026, segundo a qual a utilização do espaço objeto do presente contrato se encontra titulada pelo depósito dos documentos para efeitos do artigo 62.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) - regime de utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Entrega e autorização de instalação a partir de 16 de setembro de 2026)

1. A Primeira Outorgante autorizou o Segundo Outorgante a aceder e a utilizar as frações identificadas na cláusula primeira, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026, exclusivamente para efeitos de preparação, montagem, adaptação funcional e instalação dos serviços do Centro de Saúde de Murça.

2. A autorização prevista no número anterior compreende a instalação de mobiliário, equipamentos clínicos e administrativos, sistemas informáticos, comunicações, sinalética e demais meios necessários ao posterior funcionamento transitório do Centro de Saúde, observadas as condições técnicas e administrativas aplicáveis.

3. A utilização autorizada entre 16 e 30 de setembro de 2026 teve natureza meramente preparatória, transitória e instrumental relativamente ao presente contrato e não constituiu, por si só, início do arrendamento nem determinou o vencimento ou pagamento de qualquer renda.

4. O presente contrato produz efeitos financeiros a partir de 1 de outubro de 2026, data a partir da qual são devidas as rendas correspondentes ao período contratual acordado.

5. Não há lugar, em qualquer momento, ao pagamento de rendas adiantadas nem à prestação de caução, garantia ou depósito de segurança.

CLÁUSULA QUARTA

(Renda, encargo global e inexistência de adiantamento ou caução)

1. A renda mensal global acordada para o conjunto das frações "E" e "F" é de 10.000,00 € (dez mil euros), sendo exigível nos termos do presente contrato.

2. Considerando o prazo de 8 (oito) meses, o encargo global máximo correspondente às rendas é de 80.000,00 € (oitenta mil euros).

3. As partes reconhecem que o valor da renda mensal foi objeto de avaliação por perito, cujo relatório integra o processo administrativo do Município.

4. A obrigação de pagamento das rendas produz efeitos financeiros a partir de 1 de outubro de 2026.

5. Em face do disposto no número anterior, não é devida qualquer renda pela autorização de instalação e utilização preparatória do espaço no período compreendido entre 16 e 30 de setembro de 2026.

6. Não é devido qualquer adiantamento de rendas, caução, garantia ou depósito de segurança.

CLÁUSULA QUINTA

(Prazo certo)

1. O arrendamento é celebrado pelo prazo certo de 8 (oito) meses, com início em 1 de outubro de 2026 e termo em 31 de maio de 2027.
2. O contrato não se renova automaticamente, cessando no termo referido no número anterior, sem necessidade de denúncia.
3. Qualquer extensão do período de ocupação para além de 31 de maio de 2027 depende de novo acordo escrito e da prévia obtenção das deliberações, autorizações e demais pressupostos orçamentais e financeiros legalmente exigíveis.

CLÁUSULA SEXTA

(Estado, adaptações e conservação do imóvel)

1. Na data da entrega será elaborado, se as partes o entenderem necessário, auto de entrega contendo o estado das instalações, registo fotográfico, leituras de contadores e relação de chaves ou meios de acesso entregues.
2. O Segundo Outorgante poderá realizar as adaptações interiores não estruturais estritamente necessárias à instalação transitória do Centro de Saúde, desde que previamente comunicadas à Primeira Outorgante e salvaguardadas as autorizações legalmente exigíveis.
3. As obras de conservação estrutural, extraordinária ou destinadas a sanar vícios não imputáveis à utilização pelo Segundo Outorgante permanecem a cargo da Primeira Outorgante.
4. O Segundo Outorgante responde pelas deteriorações causadas por uso imprudente ou anormal do imóvel, não respondendo pelo desgaste decorrente de uma utilização normal e prudente.
5. No termo da utilização, as benfeitorias ou adaptações amovíveis poderão ser levantadas pelo Segundo Outorgante desde que tal não cause dano ao imóvel, sendo o destino das demais adaptações definido por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Encargos e fornecimentos)

1. A partir de 1 de outubro de 2026, os consumos de água, eletricidade, telecomunicações e outros diretamente associados ao funcionamento dos serviços serão suportados pelo Segundo Outorgante, podendo este celebrar os contratos de fornecimento necessários em seu nome.
2. Os impostos, encargos de propriedade e despesas que, por lei, incumbam ao proprietário são suportados pela Primeira Outorgante.

CLÁUSULA OITAVA

(Incumprimento e cessação do contrato)

1. O incumprimento grave das obrigações emergentes do presente contrato confere à parte não faltosa, o direito à respetiva resolução, nos termos previstos na lei.
2. Em caso de cessação antecipada do presente contrato por motivo não imputável ao Segundo Outorgante, este dispõe do prazo de [15] dias após comunicação escrita para desocupar e restituir as frações, salvo se as partes acordarem prazo diferente por razões relacionadas com a continuidade do serviço público de saúde.
3. A restituição será formalizada por auto, devendo ser entregues as chaves e demais meios de acesso e efetuadas as leituras finais dos consumos.

CLÁUSULA NONA

(Comunicações)

1. As comunicações entre as partes relacionadas com a execução do presente contrato serão efetuadas por escrito, por correio eletrónico institucional ou por carta registada, para os contactos que cada uma indicar.
2. Qualquer alteração de morada, endereço eletrónico ou contacto relevante deve ser comunicada à outra parte no prazo de cinco dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Legislação aplicável e foro)

1. O presente contrato rege-se pelo disposto no Código Civil e no regime jurídico aplicável ao arrendamento para fins não habitacionais.

2. Sem prejuízo das regras legalmente imperativas de competência, para qualquer litígio emergente da interpretação ou execução do presente contrato é competente o tribunal territorialmente competente da área de Murça.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Disposições finais)

O presente contrato é celebrado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

A despesa decorrente da celebração do contrato de arrendamento, no montante global máximo de € 80.000,00 (oitenta mil euros), tem enquadramento na rubrica da classificação económica 02.02.20 - "Locação de edifícios".

Celebrado em Murça, em ____ de _____ de 2026.

A Primeira Outorgante O Segundo Outorgante

_____ _____

CONTRATO-PROMESSA DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS

ENTRE:

PRIMEIRA OUTORGANTE / PROMITENTE-SENHORIA: CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA., pessoa coletiva n.º 514 915 129, com sede na Variante Estrada Nacional 15, s/n, 5090-118 Murça, representada neste ato pelo seu gerente, Osvaldo José dos Santos, NIF 188 802 169, adiante designada por "Promitente-Senhoria" ou "Primeira Outorgante";

E

SEGUNDO OUTORGANTE / PROMITENTE-ARRENDATÁRIO: MUNICÍPIO DE MURÇA, pessoa coletiva n.º 506 862 763, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes, com poderes para o ato ao abrigo da deliberação da Câmara Municipal de [•], adiante designado por "Promitente-Arrendatário" ou "Segundo Outorgante".

É celebrado, de boa-fé, o presente contrato-promessa de arrendamento para fins não habitacionais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
(Objeto e identificação dos imóveis)

1. A Primeira Outorgante declara ser proprietária das frações autónomas "E" e "F" integradas no prédio urbano sito na Variante da Estrada Nacional 15, Murça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 906 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Murça sob o artigo 1914.
2. A fração autónoma "E", inscrita na matriz sob o artigo 1914-E, situa-se no piso 0, área bruta privativa de 396,00 m² e área bruta dependente de 125,00 m².
3. A fração autónoma "F", inscrita na matriz sob o artigo 1914-F, situa-se no piso 0, área bruta privativa de 60,00 m² e área bruta dependente de 12,50 m².
4. Pelo presente contrato, a Primeira Outorgante promete dar de arrendamento ao Segundo Outorgante, e este promete tomar de arrendamento, as frações identificadas nos números anteriores, em conjunto, nos termos e condições constantes do presente clausulado.

CLÁUSULA SEGUNDA
(Finalidade)

1. O arrendamento prometido tem por objeto a instalação transitória do Centro de Saúde de Murça, durante a execução das obras no edifício onde aquele serviço funciona habitualmente.
2. O Segundo Outorgante poderá instalar no locado os serviços, mobiliário, equipamentos clínicos e administrativos, sistemas informáticos, comunicações, sinalética e demais meios

necessários ao funcionamento do Centro de Saúde, observadas as normas legais e técnicas aplicáveis.
3. Qualquer alteração estrutural ou obra que afete elementos resistentes, fachadas, coberturas ou partes comuns depende de autorização prévia e escrita da Primeira Outorgante.
4. Do processo administrativo consta informação técnica emitida pela DPGU em 16 de setembro de 2026, segundo a qual a utilização do espaço objeto do presente contrato se encontra titulada pelo depósito dos documentos para efeitos do artigo 62.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) – regime de utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA
(Entrega e autorização de instalação a partir de 16 de setembro de 2026)

1. Com a celebração do presente contrato-promessa, a Primeira Outorgante autoriza o Segundo Outorgante a aceder e a utilizar as frações identificadas na cláusula primeira, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026, exclusivamente para efeitos de preparação, montagem, adaptação funcional e instalação dos serviços do Centro de Saúde de Murça.
2. A autorização prevista no número anterior compreende a instalação de mobiliário, equipamentos clínicos e administrativos, sistemas informáticos, comunicações, sinalética e demais meios necessários ao posterior funcionamento transitório do Centro de Saúde, observadas as condições técnicas e administrativas aplicáveis.
3. A utilização autorizada entre 16 e 30 de setembro de 2026 tem natureza meramente preparatória, transitória e instrumental relativamente ao contrato definitivo e não constitui, por si só, início do arrendamento definitivo nem determina o vencimento ou pagamento de qualquer renda.
4. A obrigação de pagamento das rendas depende da prévia celebração do contrato definitivo de arrendamento, cujos efeitos financeiros serão reportados a 1 de outubro de 2026, data a partir da qual são devidas as rendas correspondentes ao período contratual acordado.
5. Não há lugar, em qualquer momento, ao pagamento de rendas adiantadas nem à prestação de caução, garantia ou depósito de segurança.

CLÁUSULA QUARTA
(Celebração do contrato definitivo e intervenção dos órgãos municipais)

1. O contrato definitivo de arrendamento será celebrado logo que se encontrem concluídos os procedimentos e obtidas as deliberações e autorizações legalmente exigíveis, reconhecendo as partes que a respetiva celebração carece da intervenção da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.
2. A intervenção referida no número anterior abrange, designadamente, as deliberações necessárias à celebração do contrato e à assunção do respetivo encargo, incluindo, quando

aplicável, a autorização do compromisso plurianual correspondente à repartição da despesa pelos anos económicos de 2026 e 2027.
4. A Primeira Outorgante obriga-se a fornecer ao Segundo Outorgante, em tempo útil, todos os documentos relativos à titularidade e utilização do imóvel necessários à formalização do arrendamento, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula segunda.
5. Sempre que, por força de ónus registados, vínculos contratuais ou outra limitação jurídica incidente sobre o imóvel, seja necessário consentimento ou autorização de terceiro para a celebração ou manutenção do arrendamento, compete à Primeira Outorgante obtê-lo e comprová-lo antes da celebração do contrato definitivo.

CLÁUSULA QUINTA
(Renda, encargo global e inexistência de adiantamento ou caução)

1. A renda mensal global acordada para o conjunto das frações "E" e "F" é de 10.000,00 € (dez mil euros), sendo apenas exigível após a celebração do contrato definitivo de arrendamento.
2. Considerando o prazo de 8 (oito) meses, o encargo global máximo correspondente às rendas é de 80.000,00 € (oitenta mil euros).
3. As partes reconhecem que o valor da renda mensal foi objeto de avaliação por perito, cujo relatório integra o processo administrativo do Município.
4. A obrigação de pagamento das rendas apenas se constitui com a celebração do contrato definitivo, produzindo este efeitos financeiros a partir de 1 de outubro de 2026.
5. Em face do disposto no número anterior, não é devida qualquer renda pela autorização de instalação e utilização preparatória do espaço no período compreendido entre 16 e 30 de setembro de 2026.
5. Não é devido qualquer adiantamento de rendas, caução, garantia ou depósito de segurança.

CLÁUSULA SEXTA
(Prazo certo)

1. O arrendamento prometido é celebrado pelo prazo certo de 8 (oito) meses, com início em 1 de outubro de 2026 e termo em 31 de maio de 2027.
2. O contrato não se renova automaticamente, cessando no termo referido no número anterior, sem necessidade de denúncia.
3. Qualquer extensão do período de ocupação para além de 31 de maio de 2027 depende de novo acordo escrito e da prévia obtenção das deliberações, autorizações e demais pressupostos orçamentais e financeiros legalmente exigíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA
(Estado, adaptações e conservação do imóvel)

1. Na data da entrega será elaborado, se as partes o entenderem necessário, auto de entrega contendo o estado das instalações, registo fotográfico, leituras de contadores e relação de chaves ou meios de acesso entregues.
2. O Segundo Outorgante poderá realizar as adaptações interiores não estruturais estritamente necessárias à instalação transitória do Centro de Saúde, desde que

previamente comunicadas à Primeira Outorgante e salvaguardadas as autorizações legalmente exigíveis.

3. As obras de conservação estrutural, extraordinária ou destinadas a sanar vícios não imputáveis à utilização pelo Segundo Outorgante permanecem a cargo da Primeira Outorgante.
4. O Segundo Outorgante responde pelas deteriorações causadas por uso imprudente ou anormal do imóvel, não respondendo pelo desgaste decorrente de uma utilização normal e prudente.
5. No termo da utilização, as benfeitorias ou adaptações amovíveis poderão ser levantadas pelo Segundo Outorgante desde que tal não cause dano ao imóvel, sendo o destino das demais adaptações definido por acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA
(Encargos e fornecimentos)

1. A partir de 1 de outubro de 2026, os consumos de água, eletricidade, telecomunicações e outros diretamente associados ao funcionamento dos serviços serão suportados pelo Segundo Outorgante, podendo este celebrar os contratos de fornecimento necessários em seu nome.
2. Os impostos, encargos de propriedade e despesas que, por lei, incumbam ao proprietário são suportados pela Primeira Outorgante.

CLÁUSULA NONA
(Incumprimento e cessação do contrato-promessa)

1. O incumprimento definitivo da obrigação de celebrar o contrato prometido confere à parte não faltosa os direitos previstos na lei, sem prejuízo da possibilidade de resolução por incumprimento grave das obrigações emergentes do presente contrato-promessa.
2. Se o contrato definitivo não puder ser celebrado por motivo não imputável ao Segundo Outorgante, este dispõe do prazo de [15] dias após comunicação escrita para desocupar e restituir as frações, salvo se as partes acordarem prazo diferente por razões relacionadas com a continuidade do serviço público de saúde.
3. A restituição será formalizada por auto, devendo ser entregues as chaves e demais meios de acesso e efetuadas as leituras finais dos consumos.

CLÁUSULA DÉCIMA
(Comunicações)

1. As comunicações entre as partes relacionadas com a execução do presente contrato serão efetuadas por escrito, por correio eletrónico institucional ou por carta registada, para os contactos que cada uma indicar.
2. Qualquer alteração de morada, endereço eletrónico ou contacto relevante deve ser comunicada à outra parte no prazo de cinco dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(Legislação aplicável e foro)

1. O presente contrato-promessa rege-se pelo disposto nos artigos 410.º e seguintes do Código Civil e, em tudo o que seja compatível com a sua natureza, pelo regime aplicável ao contrato de arrendamento prometido.
2. Sem prejuízo das regras legalmente imperativas de competência, para qualquer litígio emergente da interpretação ou execução do presente contrato é competente o tribunal territorialmente competente da área de Murça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(Disposições finais)

O presente contrato-promessa é celebrado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

A despesa decorrente da celebração do contrato de arrendamento, no montante global máximo de € 80.000,00 (oitenta mil euros), tem enquadramento na rubrica da classificação económica 02.02.20 – "Locação de edifícios".

Celebrado em Murça, em 16 de setembro de 2026.

A Primeira Outorgante | O Segundo Outorgante

_____ _____

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/16	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/16	904	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.º COMP.	
514915129	7132	FFCC	2026 / 831

CENTRO COMERCIAL MURÇA XXI, LDA
Variante Estrada Nacional 15, s/n

5090-118 MURÇA

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/09/16			

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/16	

(rosa)

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	PROCESSADO POR COMPUTADOR GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO
1059	1059	MARCOS JOSÉ DA SILVA BARROCO	ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO TRANSITÓRIA DO CENTRO DE SAÚDE DE MURÇA

DESCRIÇÃO DA DESPESA
ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO TRANSITÓRIA DO CENTRO DE SAÚDE DE MURÇA

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
LOCE	LOCAÇÃO DE EDIFICIOS - RENDAS		ISENTO	30.000,000		30.000,000	

EXTENSO
TRINTA MIL EUROS

Documento n.º 2026/904, Compromisso n.º 2026/831, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/792

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	30.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	30.000,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.567.325,67 €
Montante do compromisso A8MP para FD no valor total de 30.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.537.325,67 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	792	1	LOCE	02	020204				94.2.2.1.01.01	30.572,53	30.000,00	572,53

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 831 Data do registo (1) : 2026/09/16

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	36.500,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional :

Classificação Económica : 020204 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS

N.º Rubrica do Plano :

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	30.000,00	50.000,00			
3 = 1+2	Dotação corrigida	36.500,00	56.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	5.927,47	50.000,00			
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.572,53	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	30.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	572,53	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/16 Número de lançamento no diário do orçamento: 11469

Outras Observações :

Documento n.º 2026/904, Compromisso n.º 2026/831 ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO TRANSITÓRIA DO CENTRO DE SAÚDE DE MURÇA
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1672 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 792 Data do registo (1) : 2026/09/16

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	36.500,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional :

Classificação Económica : 020204 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS

N.º Rubrica do Plano :

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	30.000,00	50.000,00			
3 = 1+2	Dotação corrigida	36.500,00	56.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	5.927,47				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	30.572,53	56.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	30.000,00	50.000,00			
8 = 6-7	Saldo Residual	572,53	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/16 Número de lançamento no diário do orçamento: 11467

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/792
ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO TRANSITÓRIA DO CENTRO DE SAÚDE DE MURÇA

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

_____
(assinatura)

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

Município de Murça 1224-2024

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidad.
à DGF Executivo

INFORMAÇÃO

Ref.ª DGF / 03.1 – INFO 7/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:37:17 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo com a proposta de Atuação avançada, sobre a matéria, pela DGF.
Sugere-se que este assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária da CM para deliberar. À consideração do P.C.
15-09-2026

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

ASSUNTO

REPOSIÇÃO DE VERBAS DA OPERAÇÃO NORTE-09-5762-FSE-000064

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 15.09.2026

1. ENQUADRAMENTO

O Município de Murça submeteu uma candidatura ao NORTE 2020 para a "Capacitação dos Serviços da Administração Publica para a Implementação dos Sistemas de Informação Cadastral Simplificada", tendo a mesma sido aprovada pela Comissão Diretiva do Programa operacional Regional NORTE 2020, à qual foi atribuído o código de operação, NORTE-09-5762-FSE-000064, em 5 de maio de

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

2021, com um investimento elegível de 202.112,86€, a que corresponde uma comparticipação FSE (Fundo Social Europeu) de 85% no montante de 171.795,93€. Ao longo da operação foram submetidos pedidos de pagamento quer de adiantamento quer de reembolso, tendo sido submetido o pedido de saldo final. Os pedidos de adiantamento são automáticos no início de cada ano económico da operação, tendo sido pagos no valor de 27.710,52€.

2. SOLICITAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO

A Agência para o Desenvolvimento & Coesão, IP através de ofício com a referência UGF/NGRF/850.20.006/FA/PT2020 vem notificar o Município de Murça para proceder à reposição de verba no montante de 27.710,52€ correspondente ao valor pago nos pedidos de adiantamento, sendo que o prazo de pagamento foi prorrogado até 31 de agosto de 2026.

3. FUNDAMENTO PARA A SOLICITAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO

Ao longo da operação foram submetidos pedidos de pagamento incluindo o pedido de saldo final acontece que no decorrer da operação os indicadores de realização e de resultado submetidos em sede de candidatura não foram cumpridos. No indicador de realização *"Prédios inscritos na matriz rústica objeto de representação gráfica georreferenciada no âmbito do projeto (n.º)" – 40 741* e cujo indicador de resultado correspondia a *"Prédios inscritos na matriz rústica objeto de representação gráfica georreferenciada no âmbito do projeto em relação ao n.º total de prédios inscritos na matriz rústica do(s) município(s) por georreferenciar(%)"* – 100%, foi o que o município se propôs realizar, sendo que na realidade o número de matrizes registadas ao longo da operação ficou muito aquém do esperado, dado que no início da operação os proprietários dos prédios rústicos mostraram alguma relutância para registarem os seus prédios, tendo a equipa técnica do município feito diversas ações de esclarecimentos nas freguesias do concelho bem como atendimento descentralizado para que as pessoas pudessem testemunhar o empenho do município e dos seus técnicos para que se pudesse cumprir o contratualizado com a Autoridade de Gestão

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

e com a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado.

Acresce ao facto de não cumprimento dos indicadores, a Câmara Municipal ter sido notificada pela Autoridade de Gestão, em 22/11/2023, para correção dos pedidos de pagamento que se encontravam em situação de má instrução, os serviços técnicos não procederam à correção dos pedidos de pagamento em tempo útil, o que levou à notificação de caducidade da operação, tendo a operação em causa sido considerada revogada por incumprimento da nossa parte. Tal facto não se prende por incúria ou incapacidade técnica dos serviços técnicos, acontece que à data as notificações do PONorte2020 não se encontravam centralizados num só endereço de correio eletrónico, o que poderá ter levado à não resposta das notificações, sendo certo que a presente situação não deveria ter culminado neste ponto de devolução de verbas.

4. CABIMENTO E COMPROMISSO

A presente despesa tem enquadramento nas despesas nos Instrumentos de Gestão Financeira em vigor na classificação orgânica 02, e classificação económica 06.02.03.01, tendo sido concedida a proposta de cabimento n.º 2026/733 e respetivo compromisso n.º 2026/717.

5. PROPOSTA

Neste sentido, submete-se o presente assunto, à reunião de Executivo Municipal para deliberar a autorização de reposição de verbas no valor de 27.710,52€ à Autoridade de Gestão.

À consideração superior.

A Coordenadora Técnica,

Patrícia Margalho

Patrícia Margalho Anjos

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

800 ANOS Município de Murça 1224-2024

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade.
À DGF. Executo-se

Ref.ª DGF / 03.1 – INFO8/2026

INFORMAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:38:33 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo com a proposta de atuação avançada, sobre a critica, feita pela DGF.
Sugere-se que este assunto fique agendado para a próxima reunião ordinária da CM para deliberar. À consideração do PE.
2026-09-15

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

ASSUNTO

REPOSIÇÃO DE VERBAS DA OPERAÇÃO NORTE-07-4234-FSE-000022

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 15.09.2026

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito do Aviso n.º Norte-34-2019-08, para apresentação de candidatura ao Programa Operacional Norte 2020, Prioridade de Investimento – PI9.1/9i. Inclusão ativa, tendo sido atribuído o código Norte-07-4234-FSE-000022, tendo merecido decisão de aprovação, pela Comissão Diretiva do Norte 2020 em 3 de agosto de 2020,

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

com investimento total de 176.470,12€, tendo uma taxa de financiamento de 85% não reembolsável no montante de 149.999,60€.

Ao longo da operação foram submetidos pedidos de pagamento quer de adiantamento quer de reembolso, tendo sido submetido o pedido de saldo final. Os pedidos de adiantamento são automáticos no início de cada ano económico da operação, tendo sido pagos no valor de 24.393,95€.

2. SOLICITAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO

A Agência para o Desenvolvimento & Coesão, IP através de ofício com a referência UGF/NGRF/850.20.006/FA/PT2020 vem notificar o Município de Murça para proceder à reposição de verba no montante de 24.393,95€ correspondente ao valor pago nos pedidos de adiantamento, sendo que o prazo de pagamento foi prorrogado até 31 de agosto de 2026.

3. FUNDAMENTO PARA A SOLICITAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO

A operação em causa é de cariz social e teve como objetivo principal o apoio a idosos que se encontravam em situação de vida familiar solitária, cujos descendentes pelas vicissitudes da vida tiveram que emigrar e/ou ausentar da sua terra natal, tendo os seus pais e familiares mais idosos ficado pelo concelho e com o avançar da idade e com por vezes a degradação do estado de saúde, necessitarem de um apoio mais próximo, sendo certo que não é fácil por vezes autorizarem a entrada nas suas casas e vidas de pessoas estranhas aos seus núcleos familiares, dificultou a boa concretização do projeto em causa.

Na situação em apreço os serviços técnicos não procederam à submissão de pedido de saldo final, o que levou à notificação de caducidade da operação, tendo a operação em causa sido considerada revogada por incumprimento da nossa parte. Tal facto não se prende por incúria ou incapacidade técnica dos serviços técnicos, sendo certo que a presente situação não deveria ter culminado neste ponto de devolução de verbas.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

4. CABIMENTO E COMPROMISSO

A presente despesa tem enquadramento nas despesas nos Instrumentos de Gestão Financeira em vigor na classificação orgânica 02, e classificação económica 06.02.03.01, tendo sido concedida a proposta de cabimento n.º 2026/734 e respetivo compromisso n.º 2026/718

5. PROPOSTA

Neste sentido, submete-se o presente assunto, à reunião de Executivo Municipal para deliberar a autorização de reposição de verbas no valor de 24.393,95€ à Autoridade de Gestão.

Á consideração superior.

A Coordenadora Técnica,

Patrícia Margalho

Patrícia Margalho Anjos

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira
Unidade de Contabilidade e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

PRESENTE A REUNIÃO DE 16 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unani
DGF
Executiv

INFORMAÇÃO LIBERAÇÃO CAUÇÃO

Ref.º DGF / 03.1
INFO 9/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-11:59:38 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo. Sugere-se que este assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária de Câmara, para deliberação. À consideração do PC.
11-09-2026-16:58:37 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

Visto. Concordo, À consideração superior.
11-09-2026-14:18:36 - msampaio

ASSUNTO

LIBERAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E REVERSÃO DE RETENÇÕES DE VALORES – EMPREITADAS EXECUTADAS PELA EXTINTA EMPRESA SOTELI – SOCIEDADE DE TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRICIDADE LDA

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 11.09.2026

1. ANTECEDENTES

O Banco Santander solicitou através de email o cancelamento das garantias bancárias prestadas a favor do Município de Murça no âmbito da empreitada "Arranjos urbanísticos

do Jardim de S. Miguel", realizada em 2007.

A empresa adjudicatária, SOTELI - Sociedade de Telecomunicações e Electricidade Lda, encontrando-se atualmente extinta e sem administrador de insolvência ativo. Não obstante, a referida empresa executou diversas empreitadas no Concelho de Murça entre os anos de 2003 e 2008, designadamente:

- ✓ Ano de 2003 - Iluminação da Igreja da Carva;
- ✓ Ano de 2004 - Rede de Iluminação Pública e de distribuição particular na Rua dos Fornos;
- ✓ Ano de 2005 - Infraestruturas Elétricas junto ao Bloco Habitacional Av. Militão Bessa Ribeiro;
- ✓ Ano de 2005 - Iluminação da Igreja de Palheiros e do exterior da Junta de Freguesia de Palheiros;
- ✓ Ano de 2005 - Drenagem de Águas Pluviais na Rua dos Fornos e Loteamento da Maroa;
- ✓ Ano de 2005 - Execução de Linha Subterrânea de 30Km entre o PT do Cemitério e o PT na AV. Militão Bessa Ribeiro;
- ✓ Ano de 2008 - Arranjo urbanístico do Jardim de S. Miguel;

Considerando que decorreram mais de 17 anos desde a execução das referidas obras, encontrando-se amplamente ultrapassados todos os prazos gerais de garantia previstos no n.º 1 do artigo 397.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro e ulteriores alterações, doravante designado por CCP, sem que tenha havido qualquer acionamento das respetivas garantias.

Após várias pesquisas nos arquivos físicos (intermedio e geral) e nos documentos digitais

antigos da OBM, constatou-se a impossibilidade de localizar a totalidade dos processos das empreitadas.

Dos sete procedimentos identificados, foram recuperados apenas três:

- ✓ Infraestruturas Elétricas Junto ao Bloco Habitacional Av. Militão Bessa Ribeiro, do ano de 2005, **com receção provisoria datada de 2/08/2004**;
- ✓ Execução de Linha Subterrânea de 30Km entre o PT do Cemitério e o PT na AV. Militão Bessa Ribeiro, **com receção provisoria datada de 2/08/2004**;
- ✓ Arranjo urbanístico do Jardim de S. Miguel, **sem receção provisória**.

Fica, deste modo, formalmente registada a ausência e ou extravio involuntário dos restantes arquivos físicos e digitais.

Em articulação com os serviços da contabilidade, foram cabalmente identificados os valores retidos a título de caução, nestas sete empreitadas, os quais totalizam o montante global de **9.573,14 € (nove mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos)**.

2. PROPOSTA

Neste sentido, face ao atrás exposto, e nos termos do nº 1 do art.º 36.º do CCP, bem como de acordo com o parecer do Chefe de Divisão de Administração Geral, propõe-se ao Executivo Municipal, que delibere sobre:

1. **Aprovar a liberação e o cancelamento definitivo** da garantia bancária constituída a favor do Município de Murça no âmbito da empreitada "Arranjo urbanístico do Jardim de S. Miguel" e das demais empreitadas associadas à extinta empresa SOTELI - Sociedade de Telecomunicações e Electricidade Lda, face ao decurso dos prazos legais;
2. **Autorizar a emissão e o envio de uma declaração formal** ao Banco Santander, a confirmar que o Município de Murça autoriza o cancelamento definitivo da garantia bancária em causa;

3. **Determinar a reversão definitiva para receita própria do Município de Murça**, ao abrigo da alínea d) da proposta/parecer da Divisão de Administração Geral, do

montante global de **9.573,14 € (nove mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos)**, decorrente da impossibilidade de restituição à empresa extinta e sem administrador de insolvência, discriminado por empreitada da seguinte forma:

- ✓ "Iluminação da Igreja da Carva": **valor 417,00 €**
- ✓ "Rede de Iluminação Pública e de distribuição particular na Rua dos Fornos": **valor 1.342,53 €**
- ✓ "Infraestruturas Elétricas junto ao Bloco Habitacional Av. Militão Bessa Ribeiro": **valor 927,22 €**
- ✓ "Iluminação da Igreja de Palheiros e do exterior da Junta de Freguesia de Palheiros": **valor 412,85 €**
- ✓ "Drenagem de Águas Pluviais na Rua dos Fornos e Loteamento da Maroa": **valor 252,02 €**
- ✓ "Execução de Linha Subterrânea de 30Km entre o PT do Cemitério e o PT na AV. Militão Bessa Ribeiro": **valor 1.828,48 €**
- ✓ "Arranjo urbanístico do Jardim de S. Miguel": **valor 4.393,04 €**

Face ao que antecede, propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar, no presente caso o executivo municipal, que delibere sobre a proposta constante no ponto 2 da presente informação.

Á consideração superior.

O Assistente Técnico

Helder Damiro dos Anjos Botelho
11-09-2026 - 12:35:28 - helder

Helder Damiro dos Anjos Botelho

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À DGF.

Ass. Município para conhecimento.

80 ANOS Município de Murça 1224-2024

INFORMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Ref.º DGF / 03.1 – INF 10/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:39:14 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a proposta de atuação referida, sobre a matéria, pela DGF. Assim, deverá-se o agendamento, deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM para deliberar e com conteúdo à 1ª sessão ordinária da AM (Atenção 2026-09-18 17)

ASSUNTO

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA, PARA DIVERSAS ÁREAS PARA INTEGRAÇÃO DE EQUIPA MULTIDISCIPLINAR PIPSE

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 15.09.2026

I. CONSIDERANDO:

1. A proposta de parecer prévio enviada à Câmara Municipal para celebração de contratos de aquisição de serviços (Avença), em diversas áreas para integração de equipa multidisciplinar PIPSE, designadamente, Psicologia, Serviço Social, Tecnologia da Informação e Comunicação e Línguas Estrangeiras Aplicadas;

2. O valor apresentado para a despesa em causa é de 51.075,00€ (cinquenta e um mil e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que o prazo de execução para as aquisições de serviços, em regime de avença, será de 9 meses, pelo que a despesa terá que ser repartida pelos anos económicos 2026 e 2027;

3. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro e dos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é necessário a repartição de encargos e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

Município de Murça 1224-2024

4. Os compromissos plurianuais carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme alínea c), do n.º 1, art.º 6, da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro, cuja competência foi transferida para a Câmara Municipal através da autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme art.º 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026, de 16/12/2025, sempre que os encargos não excedam o limite de 500.000,00€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua celebração e o prazo não exceda 3 anos;

5. Não obstante a competência da Câmara Municipal para autorizar esta despesa, deve o presente ato, após aprovação pela Câmara, ser sujeita a conhecimento da Assembleia Municipal na sessão ordinária imediatamente a seguir, conforme o disposto no n.º 6, do art.º 17.º das normas atrás citadas;

6. A despesa tem enquadramento orçamental na classificação económica 01.01.07 Projeto/Ação 2024 A 1;

7. Assim, apresenta-se na tabela abaixo a repartição de encargos por ano e classificação económica:

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR ANO E POR ECONÓMICA		
ECONÓMICA	**ANO**	**VALOR**
01.01.07	2026	17.025,00 €*
	2027	34.050,00 €*
	Total	**51.075,00 €***

*Valores S/IVA

II. PROPOSTA

Aprovar pelo órgão executivo e submeter a conhecimento da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromissos plurianuais conforme tabela apresentada no ponto 7. da presente informação.

À consideração superior.

A Coordenadora Técnica

Patricia Margalho

Patrícia Margalho Anjos

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Secção de Contratação Pública

PRESENTE A REUNIÃO DE 18/9/2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. A DCG

Município de Murça 1224-2024

INFORMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Ref.º DGF / 03.1 – INF 11/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:40:15 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a proposta de atuação sugerida, sobre a matéria, pela DGF.
Assim, sugere-se o agendamento, deste assunto, para a próxima reunião ordinária de CM e seu ulterior sancionamento, pela Assembleia Municipal, em sede da sua sessão ordinária a ter lugar durante o mês, em curso. A Diretora do DC. 2026-09-15

ASSUNTO

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO CONCELHO DE MURÇA DE 2027 A 2034

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 15.09.2026

I. CONSIDERANDO:

1. A informação de necessidade DPGU / 04.1 – 061/26, do dirigente intermédio da Unidade Objetivos Desenvolvimento Sustentável, Arménio Carvalho Ribeiro, datada de 14/09/2026, onde é levantada a necessidade para a prestação de serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Murça de 2027 a 2034;

2. O valor apresentado para a despesa em causa é de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que o prazo de execução da prestação de serviços em causa será de 8 anos, de 2027 a 2034, pelo que a despesa terá que ser repartida pelos anos económicos 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033 e 2034;

3. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro e dos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é necessário a repartição de encargos e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;

4. Os compromissos plurianuais carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme alínea c), do n.º 1, art.º 6, da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro, cuja competência foi transferida para a Câmara Municipal através da autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme art.º 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026, de 16/12/2025, sempre que os encargos não excedam o

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

limite de 500.000,00€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua celebração e o prazo não exceda 3 anos;

5. Não obstante a competência da Câmara Municipal para autorizar esta despesa, deve o presente ato, após aprovação pela Câmara, ser sujeita a aprovação da Assembleia Municipal na sessão ordinária imediatamente a seguir, conforme o disposto no n.º 6, do art.º 17.º das normas atrás citadas;

6. A despesa tem enquadramento orçamental na classificação económica 02.02.02 Projeto/Ação 2025 A 4;

7. Assim, apresenta-se na tabela abaixo a repartição de encargos por ano e classificação económica:

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR ANO E POR ECONÓMICA		
ECONÓMICA	**ANO**	**VALOR**
02.02.02	2026	0,00 €*
	2027	375.000,00 €*
	2028	375.000,00 €*
	2029	375.000,00 €*
	2030	375.000,00 €*
	2031	375.000,00 €*
	2032	375.000,00 €*
	2033	375.000,00 €*
	2034	375.000,00 €*
	Total	**3.000.000,00 €***

*Valores S/IVA

8. Os encargos a assumir não se encontram a coberto da Autorização Prévia da Assembleia Municipal referida no ponto 4 da presente informação, dado que o prazo de execução excede os 3 anos;

II. PROPOSTA

Aprovar pelo órgão executivo e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromissos plurianuais conforme tabela apresentada no ponto 7. da presente informação.

À consideração superior.

A Coordenadora Técnica

Patrícia Margalho

Patrícia Margalho Anjos

PRESENTE A REUNIAO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade da Dª Def Executiva para a Assembleia Municipal.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de ~~Coordenação Geral~~
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.º DGF / 03 – INF46/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-11:57:35 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo, com a proposta de atuação sugerida. Neste contexto deve o presente assunto ser objeto de deliberação, por parte dos órgãos municipais, sendo o mesmo agendado para a próxima reunião ordinária da CM e sequencialmente, em caso de aprovação, pelo órgão executivo municipal, deve o mesmo ser também agendado para a próxima sessão ordinária da AM (neste mês de setembro em curso).
11-09-2026-17:16:23 - marcelo

Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas da Escola Profissional Marques de Valle Flôr E.M.LDA relativos ao ano económico de 2025.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

Considerando que:

1. Nos termos do n.º 1, do artigo 31.º dos seus Estatutos, a Escola Profissional Marquês de Valle Flôr E.M. Lda, deve submeter a apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Murça até 30 de Março de cada ano, o documento da Prestação de contas. Este ano por razões de ordem técnica, proveniente da alteração do sistema contabilístico para o SNC-AP, as referidas contas foram aprovadas posteriormente.

2. Os documentos que integram a Prestação de Contas relativos ao ano de 2025, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo às Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados, foram devidamente elaborados e aprovados pelo órgão de gestão da referida entidade a 07-07-2026.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

3. O documento mereceu a aprovação por parte da Assembleia Geral da Escola Profissional Marques de Valle Flôr E.M. Lda, bem como a respetiva Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), atestando a regularidade e conformidade das demonstrações financeiras apresentadas.

4. Do ponto de vista da execução financeira e patrimonial refletida no documento, destaca-se que a entidade obteve um resultado líquido do exercício 27.200,89 euros.

5. Em conformidade com as competências da Câmara Municipal consagradas no n.º 1, do artigo 31.º dos Estatutos da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr E.M. Lda, cumpre a este órgão aprovar as contas e relatórios apresentados pela entidade do setor empresarial local para posterior submissão à Assembleia Municipal.

Proposta

Considerando os pressupostos anteriores e documentos devidamente aprovados pelos órgãos da Escola profissional Marquês de Valle Flôr E.M. Lda e certificados pelo Revisor Oficial de Contas, por proposta do Sr. Presidente da Câmara, a Câmara deve deliberar:

1. Aprovar os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício económico do ano de 2025, que incluem o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos, bem como a certificação legal de contas.

2. Submeter os referidos documentos de prestação de contas à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Murça, 08 de setembro de 2026.

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira e contratação Pública

(Mário José Pinto Sampaio)

epm
escola profissional de murça

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Murça
Dr. Mário Artur Correia Lopes

Oficio nº C/ 14/2026

Murça, 1 de setembro de 2026

Assunto: Conta do exercício do ano 2025

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Murça

Nos termos dos Estatutos da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr E.M. Lda, vimos pelo presente remeter a V. Ex.ª o documento da Prestação de Contas do Exercício do ano 2025 aprovados nos seguintes termos:

- Conselho de Administração - Aprovado por unanimidade, na reunião do dia 06/07/2026, nos termos da alínea f), do n.º 2, artigo 12.º
- Assembleia Geral – Aprovado por unanimidade, na reunião do dia 31/08/2026, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 9.º.

Face ao exposto, seguem, em anexo, os referidos documentos, para apreciação e votação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, artigo 31.º.

Cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

Rua Marquês de Valle Flôr, N.º 2 | 5090-138 Murça Tel. 259 511 023 | Fax 259 511 038
epmurca@gmail.com www.epmurca.edu.pt

Cofinanciado por: PESSOAS 2030 2030 Cofinanciado pela União Europeia
Certificação: GARANTIA DA QUALIDADE

epm escola profissional de murça

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas / Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nºs 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Escola Profissional do Marquês de Valle Flôr, Lda.

Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1- APRECIAÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2025, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 27.200,89€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	168 814,16	177 940,83	-9 126,67	-5,13%
Subsídios à exploração	1 176 937,06	1 061 630,48	115 306,58	10,86%
Outros rendimentos	64 424,98	27 881,09	36 543,89	131,07%
Total dos Rendimentos	1 410 176,20	1 267 452,40	142 723,80	11,26%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

epm escola profissional de murça

Quadro da Evolução dos Gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	**26 797,60**	**46 853,34**	**-20 055,74**	**-42,81%**
FSE	**341 861,23**	**292 671,71**	**49 189,52**	**16,81%**
Subcontratos	54 067,12	14 124,89	39 942,23	282,78%
Trabalhos especializados	39 659,41	171 668,35	-132 008,94	-76,90%
Publicidade e propaganda	3 885,22	3 263,20	622,02	19,06%
Vigilância e segurança	648,21	598,40	49,81	8,32%
Honorários	133 096,54	13 242,06	119 854,48	905,10%
Conservação e reparação	2 783,68	3 949,87	-1 166,19	-29,52%
Serviços bancários	773,69	369,49	404,20	109,39%
Ferramentas e utensílios	465,75	1 955,15	-1 489,40	-76,18%
Material de escritorio	1 827,44	5 345,04	-3 517,60	-65,81%
Material didático	15 832,65	12 432,37	3 400,28	27,35%
Eletricidade	6 253,47	5 152,82	1 100,65	21,36%
Combustíveis	7 178,34	6 589,39	588,95	8,94%
Água	651,39	886,21	-234,82	-26,50%
Deslocações e estadas	25 680,27	4 560,80	21 119,47	463,07%
Rendas	39 530,00	39 800,00	-270,00	-0,68%
Comunicação	2 039,62	1 739,12	300,50	17,28%
Seguros	3 107,62	1 647,06	1 460,56	88,68%
Despesas de representação		1 490,64	-1 490,64	-100,00%
Limpeza e hegiene e conforto	2 174,27	2 887,08	-712,81	-24,69%
Outros	2 206,54	969,77	1 236,77	127,53%
Gastos com pessoal	**391 853,03**	**366 399,17**	**25 453,86**	**6,95%**
Depreciações e amortizações	**61 704,01**	**11 791,25**	**49 912,76**	**423,30%**
Outros gastos e perdas	**558 555,25**	**534 505,04**	**24 050,21**	**4,50%**
Juros		45,54	-45,54	-100,00%
Outros gastos e perdas financiamento		574,09	-574,09	-100,00%
Total dos gastos e perdas financ.		**619,63**	**-619,63**	**-100,00%**
Total dos gastos e perdas	**1 380 771,12**	**1 252 840,14**	**127 930,98**	**10,21%**

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios		215 447,67	-215 447,67	-100,00%
Equipamento básico	657 577,36	5 726,88	651 850,48	11382,30%
Equipamento de transporte	4 519,02		4 519,02	
Equipamento administrativo		3 959,96	-3 959,96	-100,00%
Ativos biologicos				
Outros ativos fixos tangíveis				
Total	662 096,38	225 134,51	436 961,87	194,09%

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	186 535,55	220 575.67	-34 040,12	-15,43%
Equipamento básico	794 985,25	137 407,89	657 577,36	478,56%
Equipamento de transporte	30 909,02	26 390,00	4 519,02	17.12%
Equipamento administrativo	135 591,19	135 591,19		
Ativos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	25 820,71	25 820,71		
Total	1 173 841,72	545 785,46	628 056,26	115,07%

5- TERCEIROS

O valor de 565.792,58€ (1.047.477,15€ em 2024) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas do Estado e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 673.515,45€ (416.464,92€ em 2024) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2025 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

8 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

9 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

10- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 27.200.89 para a conta de Reservas Livres.

epm escola profissional de murça

11- ENCERRAMENTO

Aos nossos alunos, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Murça, 06 de Julho de 2026

A Entidade

x Avelino Joaquim dos Santos

x Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

x Marcos José da Silva Barros

epm escola profissional de murça

ANEXO

(Período 2025)

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

a) — Designação da Entidade

Escola Profissional do Marques de Valle Flôr, Lda.

NIPC: 504.537.822

b) — Sede

Rua do Marques de Valle Flôr

5090-138 Murça

c) — Natureza da Atividade

Entidade proprietária e sociedade de gestão da escola profissional de Murça, nas suas vertentes culturais, técnicas, pedagógicas e tecnológicas.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de

setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade).

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.
Não aplicável.

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	2 467,13	3 024,91
Depósitos bancários à ordem	465 554,49	310 131,02
Total	**468 021,62**	**313 155,93**

2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1.1 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a funcional e de apresentação.

2.1.2 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

2.1.3 Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

2.1.4 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 671/2000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No caso dos edifícios e outras construções e bens móveis adquiridos em 2020, foram adotadas as vidas úteis previstas pelo CC. Nestes termos, para os imóveis existentes até 31 de dezembro de 2019, nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística para o Setor Pública de 16 de fevereiro de 2021, foram efetuados os cálculos associados á revisão da vida útil dos imóveis em função do tipo de material utilizado na construção, na perspetiva de que a vida útil do bem é a que resulta das disposições do CC desde a data da sua aquisição, tendo para o efeito, ajustado esses montantes na conta 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo á especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.

2.1.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva (ou mensuradas pelo mesmo valor – em princípio será este o critério a manter), deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

2.1.6 Imparidade de Ativos não Depreciáveis

À data de 31-12-2025 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 6 meses ou para os casos em que se registaram execuções ou estas se encontram em curso, procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

2.1.7 Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

2.1.8 Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

2.1.9 Património/capital

A rubrica de património/capital é resultante dos fundos relativos à constituição da Entidade e devidamente registados aquando da adoção do sistema contabilístico POCAL (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro), assim como da movimentação, por reforço, nos termos da disposição 2.7.3.4 do referido diploma (previa o reforço do património até

que o valor contabilístico da conta "51 – Património/capital" corresponda a 20% do ativo líquido.

2.1.10 Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às "Reservas", estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as "Reservas Legais" seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição (decorrentes da primeira aplicação do MEP).

As "Outras variações no património líquido" resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciáveis), doações, cauções executadas e transferências de ativos.

2.1.11 Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

2.1.12 Financiamentos obtidos

A mensuração inicial dos financiamentos obtidos encontra-se ao justo valor, na mensuração subsequente os financiamentos obtidos são mensurados pelo custo amortizado.

2.1.13 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Após o

reconhecimento inicial e, a cada data de relato, todos os passivos financeiros devem figurar pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

2.1.14 Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em divida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

2.1.15 Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

2.1.16 Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

2.1.17 Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP 1

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.
Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.
Fluxos de caixa - influxos e exfluxos de caixa e equivalentes de caixa.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes.
Não aplicável.

2.3 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.
O processo de relato centra-se no cumprimento do normativo SNC-AP, pelo que excetuando as situações que implicam o cálculo de estimativas, foram seguidos os requisitos de mensuração exigidos pelas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).
Não aplicável.

epm escola profissional de murça

2.6 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

(a) Respetivas naturezas e quantias;

Não aplicável.

(b) Situações em que é impraticável estimar a quantia do efeito em períodos futuros.

Não aplicável

2.7 – Erros materiais de períodos anteriores.

Não aplicável

3 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 2.1.2 na nota 2 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	**2023**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2024**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2025**
Edif. e outras construções	5 128,00	215 447,67		220 575,67		-34 040,12	186 535,55
Equipamento básico	131 681,01	5 726,88		137 407,89	657 577,36		794 985,25
Equipamento de transporte	26 390,00			26 390,00	4 519,02		30 909,02
Equipamento administrativo	131 631,23	3 959,96		135 591,19			135 591,19
Out. ativos fixos tangíveis	25 820,71			25 820,71			25 820,71
Sub-total	**320 650,95**	**225 134,51**		**545 785,46**	**662 096,38**	**-34 040,12**	**1 173 841,72**
Depreciações e perdas por imparidade	**2023**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2024**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2025**
Terrenos e rec. naturais							
Edif. e outras construções	1 952,31	7 284,15		9 236,46	18 243,32	-1 134,67	26 345,11
Equipamento básico	123 026,21	1 582,51		124 608,72	39 557,98		164 166,70
Equipamento de transporte	26 390,00			26 390,00	188,29		26 578,29
Equipamento administrativo	130 569,18	2 271,92		132 841,10	1 319,85		134 160,95
Out. ativos fixos tangíveis	23 790,77	652,67		24 443,44	470,13		24 913,57
Sub-total	**305 728,47**	**11 791,25**		**317 519,72**	**59 779,57**	**-1 134,67**	**376 164,62**
Quantias líquidas escrituradas	**14 922,48**	**213 343,26**		**228 265,74**	**602 316,81**	**-32 905,45**	**797 677,10**

epm escola profissional de murça

4 - Ativos intangíveis

Ver ponto 2.1.3 na nota 2 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	**2023**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2024**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2025**
Programas de computador	5 982,82			5 982,82	17 321,67		23 304,49
Sub-total	**5 982,82**			**5 982,82**	**17 321,67**		**23 304,49**
Amortizações e perdas por imparidade	**2023**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2024**	**Adições**	**Alienações /abates**	**2025**
Programas de computador	5 982,82			5 982,82	1 924,44		7 907,26
Sub-total	**5 982,82**			**5 982,82**	**1 924,44**		**7 907,26**
Quantias líquidas escrituradas					**15 397,23**		**15 397,23**

5 - Custos de empréstimos obtidos

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Nenhum dos empréstimos obtidos está relacionado com Ativos qualificáveis. Nestas condições, os custos decorrentes de tais empréstimos são, de imediato, reconhecidos como gastos do período.

6 – Inventários

6.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela

entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devem ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2025			2024		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período						
Compras		26 797,60	26 797,60		46 853,34	46 853,34
Regularizações						
Inventários no fim do período						
CMVMC		**26 797,60**	**26 797,60**		**46 853,34**	**46 853,34**

escola profissional de murça

7 - Rendimento de transações com contraprestação:

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias recebidas na qualidade de agente ou em representação de outras entidades (como, por exemplo, a cobrança de rendas de imóveis do Estado feita pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças para entregar ao Estado), não são benefícios económicos ou potencial de serviço que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de ativos ou diminuições de passivos e, por isso, são excluídos do rendimento. De forma similar, num relacionamento como agente, os influxos brutos de benefícios económicos ou de potencial de serviço incluem quantias recebidas pelo agente a favor de terceiros que não resultam em aumentos do património líquido para a entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros não são rendimento. Pelo contrário, o rendimento é apenas a quantia da comissão recebida ou a receber relativa à cobrança ou detenção dos fluxos brutos.

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber. Porém, quando o influxo de caixa ou de equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado à transação é reconhecido com

referência à fase de acabamento da transação à data do relato. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando estiverem satisfeitas todas as seguintes condições:

(i) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;

(ii) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;

(iii) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e

(iv) Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rendimento com referência à fase de acabamento de uma transação é referido como o método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

(i) A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

(ii) A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

(iii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;

(iv) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade; e

(v) Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando:

(i) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;

(ii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares é reconhecido usando os seguintes tratamentos contabilísticos:

(i) Os juros devem ser reconhecidos numa base proporcional ao tempo do rendimento real do ativo;

(ii) Os royalties devem ser reconhecidos à medida que são obtidos de acordo com a substância dos acordos relevantes;

e

(iii) Os dividendos ou distribuições similares devem ser reconhecidos quando o direito do acionista ou da entidade de os receber for estabelecido.

7.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Ver nota 2.1.15 da nota 2 deste anexo

Réditos reconhecidas no período	**2025**	**2024**
Venda de bens		
Prestação de serviços	168 814,16	177 940,83
Juros	18,00	
Total	**168 832,16**	**177 940,83**

7.3 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Em 2025 não existiram rendimentos ou gastos de natureza isolada

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Ver ponto 2.1.10 na nota 2 deste anexo

8.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	53 769,12	7 181,60

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2025	2024
POCH	1 065 487,51	1 041 950,48
Modulares	93 987,15	
Programa Erasmus	17 462,40	19 680,00
Total	**1 176 937,06**	**1 061 630,48**

9 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

10 - Instrumentos financeiros

10.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e

- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

10.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado; e

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os únicos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor são os investimentos financeiros detidos pela entidade, correspondentes às contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. Qualquer alteração no justo valor dos mesmos é reconhecida na demonstração de resultados.

epm escola profissional de murça

Entidades	2023	Aumentos	Diminuições	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Fundo Compensação Trabalho	1 131,99			1 131,99			1 131,99
Total	1 131,99			1 131,99			1 131,99

10.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Património/Capital	49 879,78			49 879,78			49 879,78
Reservas Legais	10 487,85			10 487,85			10 487,85
Outras Reservas	129 068,08			129 068,08			129 068,08
Resultados transitados	-37 216,37	29 823,35		-7 393,02	205 484,33		198 091,31
Excedentes de revalorização							
Outras variações no Património Líquido	987 710,63		-7 181,60	980 529,03	2 248,25	-221 839,73	760 937,55
Resultado Líquido	29 823,35	14 612,26	-30 983,81	13 451,80	27 200,89	-13 451,80	27 200,89
Total	1 169 753,32	44 435,61	-38 165,41	1 176 023,52	234 933,47	-235 291,53	1 175 665,46

10.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

10.4.1 – Clientes, fornecedores e outros terceiros.

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2025			2024		
Outros créditos a receber	565 492,65		565 492,65	1 046 505,61		1 046 505,61
Total	565 492,65		565 492,65	1 046 505,61		1 046 505,61
Passivos	2025			2024		
Fornecedores	37 462,33		37 462,33	60 553,78		60 553,78
Fornecedores de investimentos	533 183,20		533 183,20	215 447,67		215 447,67
Outras dívidas a pagar	86 532,35		86 532,35	128 152,10		128 152,10
Total	657 177,88		657 177,88	404 153,55		404 153,55

10.4.2– Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2025	2024
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	299,93	971,54
Total	299,93	971,54
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	4 116,75	2 701,23
EOEP - Segurança Social	12 220,82	9 546,78
EOEP - Outros		63,36
Total	16 337,57	12 311,37

epm escola profissional de murça

11 - Benefícios dos empregados

11.1 — Número médio de empregados:

O número médio de empregados no ano de 2025 foi de 15, em 2024 era de 15.

Gastos com pessoal	2025	2024
Remunerações	319 349,99	298 505,34
Encargos seg. social	70 630,90	65 629,14
Seguros	1 872,14	1 729,94
Outros		534,75
Total	**391 853,03**	**366 399,17**

11.2 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

A Gerência é constituída por dois gerentes, representantes legais dos sócios, e que não auferem rendimentos a título de vencimento pelos serviços prestados.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 - Decreto-lei 411/91 – Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2025.

12.2 - Decreto-lei 534/80 – Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025.

12.3 – A 31 de dezembro de 2025 não existiam salários em divida aos funcionários.

13 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2025	2024
Ativo - Outros créditos a receber		
Adiantamento a funcionários	200,00	1 200,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	238 168,86	550 992,14
Alunos	347,21	
Fornecedores		144,97
PRR - Projeto Centro Tecnológico Especializ	326 776,58	494 168,50
Total	**565 492,65**	**1 046 505,61**
Passivo - Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	533 183,20	215 447,67
Credores por acréscimos de gastos	78 239,06	65 325,55
Santa Casa da Misericórdia de Murça	229,10	229,10
Alunos	7 720,15	62 508,44
Sindicatos	344,04	89,01
Total	**619 715,55**	**343 599,77**

13.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2025	2024
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Orçamento POPH/OSS	238 168,86	527 474,34
Mensalidades Residência		23 517,80
Total	**238 168,86**	**550 992,14**
Passivo - Acréscimos de gastos		
Serviço docente (formadores+psicóloga)	3 668,50	13 295,85
Férias e Sub. Ferias a liquidar	49 898,50	49 876,80
Eletricidade, água, comunicação a liquidar		1 230,40
Trabalhos especializados	24 672,06	922,50
Total	**78 239,06**	**65 325,55**

13.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2025	2024
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1 160,39	2 176,88
Trabalhos especializados		280,75
Total	**1 160,39**	**2 457,63**

13.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2025	2024
Subcontratos	54 067,12	14 124,89
Trabalhos especializados	39 659,41	171 668,35
Publicidade e propaganda	3 885,22	3 263,20
Vigilância e segurança	648,21	598,40
Honorários	133 096,54	13 242,06
Conservação e reparação-edifícios o. const.	1 086,03	2 089,27
Conservação e reparação-eq. Básico	505,12	503,70
Conservação e reparação-eq. transporte	1 192,53	1 356,90
Serviços bancários	773,69	369,49
Ferramentas e utensílios	465,75	1 955,15
Material de escritório	1 827,44	5 345,04
Material didático	15 832,65	12 432,37
Eletricidade	6 253,47	5 152,82
Combustíveis	7 178,34	6 589,39
Água	651,39	886,21
Deslocações e estadas	25 680,27	4 560,80
Rendas e alugueres	39 530,00	39 800,00
Comunicação	2 039,62	1 739,12
Seguros	3 107,62	1 647,06
Contencioso e notariado		835,05
Despesas de representação		1 490,64
Limpeza, higiene e conforto	2 174,27	2 887,08
Outros FSE	2 206,54	134,72
Total	**341 861,23**	**292 671,71**

epm escola profissional de murça

13.5 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2025	2024
Imposto s/ transportes rodoviários	501,26	571,46
Taxas		5,00
Dividas incobráveis		58 350,94
Correções de períodos anteriores	2 248,25	107,11
Subsidios aos alunos	555 805,74	474 166,73
Quotizações		900,00
Despesas não devidamente documentadas		3,80
Multas e penalidades		25,00
Outros		375,00
Total	**558 555,25**	**534 505,04**

13.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

Gastos e perdas de financiamento	2025	2024
Juros suportados		45,54
Despesas bancárias e comissões		574,09
Total		**619,63**

13.7 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2025	2024
Rendimentos suplementares	10 592,50	20 699,42
Descontos pp obtidos		0,01
Correções de períodos anteriores	63,36	
Imputação de Sub. Investimento	53 769,12	7 181,60
Juros obtidos de depósitos bancários	18,00	
Outros		0,06
Total	**64 442,98**	**27 881,09**

epm escola profissional de murça

13.8 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	2 467,13	3 024,91
Depósitos bancários à ordem	465 554,49	310 131,02
Total	**468 021,62**	**313 155,93**

13.9 - Impostos sobre o rendimento

Calculo de impostos sobre o rendimento do período	2025			2024		
	Incidência	Taxa	Imposto	Incidência	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Impostos	26 854,84	12,50%	3 356,85	8 091,19	12,50%	1 011,40
Derrama		21,00%			21,00%	
Tributação Autónomas		5,00%			5,00%	
Tributação Autónomas		10,00%		1 490,64	10,00%	149,06
Estimativa de Imposto			3 356,85			1 160,46
PEC						
Pagamentos por conta	1 110,00		1 110,00	2 132,00		2 132,00
Retenções na fonte						
Imposto a pagar/receber			2 246,85			-971,54

13.10 – Proposta de Aplicação de Resultados

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 27.200,89 para a conta de Reservas Livres.

Murça, 06 de Julho de 2026

A Entidade

x António José Marques dos Santos

x Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

x Marcos José da Silva Barroso

O Contabilista Certificado

Luís Leite

CC n.º 39242

Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda
Contribuinte: 504537822
Exercício: 2025

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Prestações de serviços e concessões	7	168 814,16	177 940,83
Transferências e subsídios correntes obtidos	8	1 176 937,06	1 061 630,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-26 797,60	-46 853,34
Fornecimentos e serviços externos	13.4	-341 861,23	-292 671,71
Gastos com o pessoal	11	-391 853,03	-366 399,17
Imparidades invest. não depreciáveis/amortizaveis (perdas/reversões)	3	1 134,66	
Outros rendimentos	8; 13.7	64 424,98	27 881,09
Outros gastos	13.5	-558 555,25	-534 505,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		92 243,75	27 023,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3; 4	-61 704,01	-11 791,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30 539,74	15 231,89
Juros e rendimentos similares obtidos	6; 13.6	18,00	
Juros e gastos similares suportados			-619,63
Resultado antes de impostos		30 557,74	14 612,26
Imposto sobre o rendimento	13.4.2; 13,9	-3 356,85	-1 160,46
Resultado líquido do período		27 200,89	13 451,80

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Arlindo José Marques da Santa
Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa
Marcos José da Silva Barroso.

Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda
Contribuinte: 504537822
Exercício: 2025

Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	Data 31/12/2025	Data 31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	797 677,10	228 265,74
Ativos intangíveis	4	15 397,23	
Outros ativos financeiros	10.2	1 131,99	1 131,99
		814 206,32	229 397,73
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.4.2	299,93	971,54
Outras contas a receber	10.4.1, 13.1, 13.2	565 492,65	1 046 505,61
Diferimentos	13.3	1 160,39	2 457,63
Caixa e depósitos bancários	13.8	468 021,62	313 155,93
		1 034 974,59	1 363 090,71
Total do ativo		1 849 180,91	1 592 488,44
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	10.3	49 879,78	49 879,78
Reservas	10.3	139 555,93	139 555,93
Resultados transitados	10.3	198 091,31	-7 393,02
Outras variações no Património Líquido	8; 10.3	760 937,55	980 529,03
		1 148 464,57	1 162 571,72
Resultado líquido do período	10.3; 13.10	27 200,89	13 451,80
Total do património líquido		1 175 665,46	1 176 023,52
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.4.1	37 462,33	60 553,78
Estado e outros entes públicos	10.4.2; 12; 13.9	16 337,57	12 311,37
Outras contas a pagar	10.4.1,12; 13.1; 13.2	619 715,55	343 599,77
		673 515,45	416 464,92
Total do passivo		673 515,45	416 464,92
Total do património líquido e do passivo		1 849 180,91	1 592 488,44

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda
Contribuinte: 504537822
Exercício: 2025

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e alunos		179 406,66	220 836,20
Recebimentos de transferências e subsídios correntes (POCH)		1 162 760,46	563 342,95
Pagamentos a fornecedores		-366 933,25	-306 436,86
Pagamentos ao pessoal		-390 831,33	-358 161,93
Pagamentos transferências e ubsídios (Alunos)		-610 941,24	-443 097,60
Caixa gerada pelas operações		-26 538,70	-323 517,24
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-971,54	-1 601,21
Outros Recebimentos/Pagamentos		41 914,49	-2 265,66
Fluxos das atividades operacionais (1)		14 404,25	-327 384,11
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-215 447,67	-5 726,88
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		355 909,11	197 542,13
Fluxos das atividades de investimento (2)		140 461,44	191 815,25
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		35 000,00	15 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-35 000,00	-15 000,00
Juros e gastos similares			-33,27
Fluxos de atividades de financiamento (3)			-33,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	13.8	154 865,69	-135 602,13
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.8	313 155,93	448 758,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		468 021,62	313 155,93
Conciliação entre caixa e seus equvalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		313 155,93	448 758,06
Saldo de gerência anterior (SGA)			
SGA de execução orçamental		313 155,93	448 758,06
SGA de operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		468 021,62	313 155,93
Saldo de gerência seguinte (SGS)			
SGS de execução orçamental		468 021,62	313 155,93
SGS de operações de tesouraria			

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Sócios

Exmo. Conselho de Administração da Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda.

Satisfazendo o estabelecido no artigo 25.º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

1.1. Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

1.2. Verificámos a regularidade dos registos contabilísticos, dos documentos de suporte e das Demonstrações Financeiras apresentadas em obediência ao estipulado pelo SNC-AP.

1.3. Velámos para que a Lei fosse aplicada de forma correta. Contudo, não identificámos evidência formal do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Pacto Social da Sociedade. Adicionalmente, constatou-se que também não foi respeitado o artigo 28.º n.º 2 do Pacto Social, que define que, 10% do resultado líquido do exercício deve ser imputado à conta de reservas legais, após a dedução necessária à cobertura de prejuízos transitados, se aplicável.

1.4. Procurámos confirmar a titularidade, pelo Município, de bens e valores.

1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

1.6. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita quanto ao referido na Certificação Legal das Contas, sobre as demonstrações orçamentais e sobre o relatório de gestão, constante no relato sobre outros requisitos legais e regulamentares.

1.7. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, exceto quanto ao referido na Certificação Legal das Contas, sobre as demonstrações orçamentais, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e, bem assim, os resultados apurados no período findo na mesma data.

1.8. Estamos de acordo com o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados nele incluída e apresentados pelo Conselho de Administração, exceto, quanto ao parágrafo incluído sobre o relatório de gestão no relato sobre outros requisitos legais e regulamentares constante da Certificação Legal das Contas.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral deve, em relação aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração, aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, considerando o referido na Certificação Legal das Contas, sobre as demonstrações orçamentais e sobre o relatório de gestão.

Viseu, 7 de julho de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Ricardo Filipe Macias Carvalho Dados: 2026.07.07 17:39:39 +01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.849.180,91 euros e um total de património líquido de 1.175.665,46 euros, incluindo um resultado líquido de 27.200,89 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Escola Profissional Marquês de Valle Flor, EM, Lda** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024 não foram auditadas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Não auditamos as demonstrações orçamentais da Entidade, uma vez que não foram preparadas.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

O Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.

Viseu, 7 de julho de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Ricardo Filipe Macias Carvalho Dados: 2026.07.07 10:07:48 +01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade, dar conhecimento à AM e à DGF. Deverá ser executado.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.º DGF / 03 – INF49/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:40:53 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a proposta de abertura de procedimento, sobre a matéria, pela DGF. Para os devidos efeitos, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para conhecimento, informo-se, para o efeito, o agendamento deste assunto na ordem do dia da reunião de Câmara de 18/09/2026 e ulterior agendamento, deste assunto, na sessão ordinária da AM do mesmo mês de setembro. À consideração superior.
2026-09-15

ASSUNTO

Assunto: Nomeação de Revisor Oficial de Contas (ROC) para o Município de Murça (2026-2028)

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

PROPOSTA

Considerando que:

1. O regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações (Lei das Finanças Locais - LFL), determina no artigo 77.º que a certificação legal das contas do Município compete a um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC);
2. Compete à Assembleia Municipal proceder à respetiva nomeação, sob proposta fundamentada do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da referida Lei n.º 73/2013;
3. O respetivo procedimento prévio de contratação pública por Ajuste Direto para a aquisição de serviços de revisão e certificação legal de contas, encontra-se em

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

desenvolvimento e convite enviado à entidade Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) com o n.º 282 e NIF 510 557 473, pelo valor global de 19.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

4. Encontram-se reunidas todas as condições técnicas, financeiras e legais para a formalização da prestação de serviços e respetiva submissão ao órgão deliberativo.

Nestes termos, propomos que a Câmara Municipal delibere:

5. **Aprovar** a presente proposta de nomeação da sociedade de revisor de contas Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) com o n.º 282 para o exercício das funções de Revisor Oficial de Contas do Município de Murça, para os anos de 2026-2028.

6. **Submeter** a presente deliberação, acompanhada dos documentos respetivos, à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação e nomeação definitiva, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

DATA: 11-09-2026

À consideração superior.

O Chefe de Divisão

Mário José Pinto Sampaio

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À DGF para execução. À Dr.ª Manuela para conhecimento.

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

INFORMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Ref.º DGF / 03 – INF 50/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:47:27 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo com a proposta de atuação sugerida, sobre a materia, pela DGF.
Deve a mesma ser agendada, para a próxima reunião ordinária da CM, para aprovação e, sequencialmente, deve a mesma ser levada ao conhecimento da AM, em sede da sua próxima sessão ordinária a ter lugar durante o mês de setembro, em curso.
15-09-2026-15:21:20 - marcelo

ASSUNTO

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO TRANSITÓRIA DO CENTRO DE SAÚDE DE MURÇA

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 14.09.2026

I. CONSIDERANDO:

1. A informação do Chefe de Divisão Jurídica e Administrativa, Marcos José da Silva Barroco, com o NIPG 8267/26, datada de 1/09/2026, onde é a emissão de cabimento e compromisso para o contrato de arrendamento destinado à instalação transitória do Centro de Saúde de Murça;

2. O valor apresentado para a despesa em causa é de 80.000,00€ (oitenta mil euros), sendo que o prazo para o referido contrato de arrendamento é de 8 meses, com efeitos a 1 de outubro de 2026, pelo que a despesa terá que ser repartida pelos anos económicos 2026 e 2027;

3. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro e dos n.^{os} 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é necessário a repartição de encargos e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;

4. Os compromissos plurianuais carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme alínea c), do n.º 1, art.º 6, da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro, cuja competência foi transferida para a Câmara Municipal através da autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme art.º 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026, de 16/12/2025, sempre que os encargos não excedam o

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

limite de 500.000,00€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua celebração e o prazo não exceda 3 anos;

5. Não obstante a competência da Câmara Municipal para autorizar esta despesa, deve o presente ato, após aprovação pela Câmara, ser sujeita a conhecimento da Assembleia Municipal na sessão ordinária imediatamente a seguir, conforme o disposto no n.º 6, do art.º 17.º das normas atrás citadas;

6. A despesa tem enquadramento orçamental na classificação económica 02.02.04;

7. Assim, apresenta-se na tabela abaixo a repartição de encargos por ano e classificação económica:

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR ANO E POR ECONÓMICA		
ECONÓMICA	**ANO**	**VALOR**
02.02.04	2026	30.000,00 €
	2027	50.000,00 €
	Total	**80.000,00 €**

II. PROPOSTA

Aprovar pelo órgão executivo e submeter a conhecimento da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromissos plurianuais conforme tabela apresentada no ponto 7. da presente informação.

À consideração superior.

O Dirigente Intermédio da
Unidade Contabilidade e Finanças

João Victor Gomes Teixeira

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 MURÇA

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

APRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unani
mid. à DJA e à DAF
O Presidente

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.ª DAG / 04 – PRO 19/PEC/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:42:56 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo. Ao Presidente da Câmara para sancionamento e com conhecimento à Câmara Municipal, sugerindo-se a integração deste assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara para conhecimento.
15-09-2026-15:31:03 - marcelo

ASSUNTO

- ATRIBUIÇÃO DE APOIOS À PRODUÇÃO PECUÁRIA - 2026

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

.Visto. Concordo com a presente esstratégia, sendo que a mesma carece de sancionamento do PC, bem como levar ao conhecimento do órgão executivo.
À consideração do Diretor de Departamento
15-09-2026-15:18:29 - marcos

I- Antecedentes

1. Nos territórios rurais, a atividade pecuária é de particular importância uma vez que se orienta, fundamentalmente, para a pequena exploração agropecuária de natureza familiar, caracterizada pela notória insustentabilidade financeira, face aos custos associados à produção.

2. Os encargos que os produtores pecuários têm que suportar, potencia o risco crescente do abandono da atividade e do negligenciar das responsabilidades em termos de saúde pública e animal.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

3. A concessão de um apoio financeiro aos produtores pecuários, com o propósito de apoiar a sua manutenção e até o seu rejuvenescimento, atenua as dificuldades dos produtores, alavanca a dinamização da atividade económica local, potencia ganhos económicos e sociais para o Concelho e promove o emprego e o equilíbrio ambiental.

4. Dessa forma, pela exigência imposta pelo Ministério da Agricultura e por este cofinanciada nas medidas de ações de profilaxia sanitária, e com o contributo da Câmara Municipal de Murça no apoio à manutenção da atividade rural, procura-se a garantia do respetivo estatuto de saúde animal e de qualidade do produto final, mas também da existência de produtores pecuários em condições de assegurar a continuidade e expansão desta atividade económica no Concelho de Murça.

5. Neste contexto, o apoio financeiro a conceder aposta não só na produtividade, mas também na sensibilização dos produtores pecuários para importância do cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal.

II- Enquadramento

1. Nos termos do artigo 7.º, do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, de 16 de agosto de 2021, concluído o processo de candidatura elaborado pelos serviços, o Presidente da Câmara aprova as respetivas comparticipações financeiras e apresenta listagens na reunião de Câmara.

2. Por forma a dar cumprimento ao supra referido segue a seguinte listagem com a identificação dos beneficiários, respetiva exploração pecuária, n.º de animais, respetivos valores e cabimento/compromisso de despesa individual:

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa



Ano 2026 Lista apoios à pecuária enquadrados no Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, de 16 de agosto de 2021

Identificação	NIF	Localidade	Exploração pecuária constituída por	N.º Total de animais	Valor do apoio	Cabimento	Compromisso
58/26		Murça	Ovinos/Caprinos	35	140,00 €	2026/786	2026/795
106/26		Jou	Ovinos/Caprinos	25	100,00 €	2026/786	2026/796
411/26		Salgueiro	Ovinos/Caprinos	82	328,00 €	2026/786	2026/797
412/26		Salgueiro	Ovinos/Caprinos	59	236,00 €	2026/786	2026/798
442/26		Toubres	Ovinos/Caprinos	210	840,00 €	2026/786	2026/799
445/26		Toubres	Ovinos/Caprinos	336	1 344,00 €	2026/786	2026/800
472/26		Murça	Ovinos/Caprinos	22	88,00 €	2026/786	2026/801
783/26		Noura	Ovinos/Caprinos	7	28,00 €	2026/786	2026/802
970/26		Jou	Ovinos/Caprinos	35	140,00 €	2026/786	2026/803
1079/26		Salgueiro	Ovinos/Caprinos	54	216,00 €	2026/786	2026/804
1382/26		Jou	Ovinos/Caprinos	149	596,00 €	2026/786	2026/805
1445/26		Jou	Bovinos	12	180,00 €	2026/786	2026/806
1603/26		Cortinhas	Bovinos	36	540,00 €	2026/786	2026/807
5270/26		Fiolhoso	Ovinos/Caprinos	81	324,00 €	2026/786	2026/808
5334/26		Jou	Ovinos/Caprinos	74	296,00 €	2026/786	2026/809
2446/26		Candedo	Ovinos/Caprinos	39	156,00 €	2026/786	2026/810
5687/26		Salgueiro	Bovinos	8	120,00 €	2026/786	2026/811
6110/26		Salgueiro	Bovinos	19	285,00 €	2026/786	2026/812

Somatório dos apoios: 5 957,00 €

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

III- Proposta de Decisão

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Que seja praticada a decisão pelo Presidente da Câmara traduzida na atribuição dos apoios que constam na listagem referida.

b) Agendamento do presente assunto para a próxima reunião de câmara, em vista a que o órgão executivo tome conhecimento do apoio financeiro à exploração pecuária, no montante total de 5.957,00 euros.

c) Dar conhecimento nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, de 16 de agosto de 2021;

d) De imediato, envio do presente assunto para o Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

e) Por último, caso a presente proposta seja aprovada, dever-se-á proceder à notificação dos beneficiários, nos termos do CPA, bem como à publicação dos apoios concedidos nos termos legais.

À consideração superior,

Técnico Superior em Regime de Mobilidade,

Miguel A. B. Morais

15-09-2026-14:46:02 - miguel

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

Município de Murça 1224-2024

PRESENTE A REUNIAO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À DJA e à DGF. Executem-se.

PROPOSTA DE SUBVENÇÃO

Ref.º DJA – SUB_61/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:42:11 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo. Sugiro o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação. À consideração do PC.
15-09-2026-15:36:18 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação. Atendendo à natureza da matéria - Concessão de Apoio - a mesma deverá ser objeto de sancionamento por parte do órgão executivo municipal.
À consideração do Diretor de Departamento.
15-09-2026-15:33:03 - marcos

ASSUNTO

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO, SUBVENÇÃO, A DANIEL FILIPE RODRIGUES TEIXEIRA NIF 220798729, ENQUADRADO NA PROPOSTA N.º 14/GAP/2026.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 02.6.2026

I – Informação preliminar

De acordo com os pedidos (conforme anexo), de apoio financeiro, tenho a propor o seguinte:

II – Enquadramento do pedido

A Câmara Municipal de Murça, no âmbito das suas atribuições e competências legalmente previstas, nomeadamente no domínio da promoção do desenvolvimento local, da valorização dos tempos livres, do fomento da prática desportiva e da promoção e divulgação do território, reconhece o interesse municipal associado à participação do piloto **Daniel Filipe Rodrigues Teixeira** nas três primeiras rondas do Campeonato de Portugal de Velocidade e Iberian Supercars 2026.

A referida participação compreendeu as provas realizadas no Autódromo Internacional do Algarve, de 15 a 17 de maio de 2026, no Circuito de Jarama, de 5 a 7 de junho de 2026, e no Circuito Internacional de Vila Real, de 10 a 12 de julho de 2026, integradas em competições automobilísticas de reconhecida projeção nacional e internacional.

O Município de Murça reconhece a importância do desporto enquanto instrumento de desenvolvimento pessoal e social, bem como o relevante papel desempenhado pelos atletas e pilotos que, através da sua participação em competições de elevado nível competitivo, contribuem para a divulgação e valorização do concelho que representam.

Neste contexto, a participação de um piloto ligado ao concelho de Murça em provas do Campeonato de Portugal de Velocidade e do Iberian Supercars constitui igualmente uma oportunidade de promoção da imagem e notoriedade do Município de Murça, permitindo associar o território a competições desportivas com significativa visibilidade pública e mediática e com capacidade para alcançar públicos de diferentes regiões de Portugal e da Península Ibérica.

Importa ainda salientar a forte ligação existente entre o Concelho de Murça e o desporto automóvel, modalidade com tradição e particular relevância no território, circunstância que reforça o interesse municipal em apoiar e incentivar a participação de pilotos que contribuam para a continuidade, valorização e projeção desta vertente desportiva.

(1) – De acordo com critérios constantes na Proposta n.º 14/GAP/2026.

A participação neste tipo de competições constitui igualmente um importante estímulo ao fomento da prática desportiva, promovendo valores como a dedicação, disciplina, preparação, competitividade e superação, podendo assumir particular relevância enquanto exemplo e incentivo para as gerações mais jovens e para todos aqueles que se interessam pela prática do desporto motorizado.

O Município de Murça prossegue uma política de promoção e dinamização do desporto, reconhecendo a atividade desportiva como um importante fator de desenvolvimento individual e coletivo, de coesão social e de afirmação e promoção do território.

Face ao exposto, e considerando a relevância desportiva das competições em causa, a representação e promoção do Concelho de Murça proporcionada pela participação do piloto Daniel Filipe Rodrigues Teixeira, bem como o contributo desta iniciativa para o incentivo e valorização da prática desportiva, entende-se que o apoio solicitado se encontra devidamente fundamentado no interesse público municipal, justificando-se, assim, a atribuição da correspondente subvenção pública já regulamentada na Proposta n.º 14/GAP/2026, aprovada em reunião de câmara no dia 17/4/2026 e pela Assembleia Municipal em sede de sessão ordinária no dia 30/4/2026.

III – Enquadramento Legal

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea f), g), h) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições no domínio dos Tempos Livres, Saúde, Ação Social e Promoção do Desenvolvimento, colaborando com as Associações na concretização daquele fim;

2. Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

3. Considerando que nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal dispõe de competências sobre as formas de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

(1) – De acordo com critérios constantes na Proposta n.º 14/GAP/2026.

IV – Valor da Subvenção e dados do beneficiário a apoiar

1) Beneficiário a subvencionar: **Daniel Filipe Rodrigues Teixeira,** apoio financeiro no valor de 2.760,00 euros [(1)];
2) Com base regulamentar a proposta 14/GAP/26, através do ponto VII - Regime de Comparticipação Financeira, descreve uma dotação no valor de 15.000,00 euros;
3) Foi verificado na Divisão de Gestão Financeira e essa dotação não atingiu o seu limite, pelo qual existe valor cabimentado para o efeito do presente pedido;
4) O apoio solicitado, em conformidade com a proposta 14/GAP/2026, ponto VI - Termos de referência dos valores a comparticipar, é de 80% dos custos com a rubrica inscrição;
5) Os valores, com a rubrica inscrição, apresentados no pedido correspondem a 3 provas do campeonato de velocidade (conforme documentos em anexo);
6) O montante gasto, com a rubrica inscrição, pelo beneficiário, foi de 3.450,00 euros.
7) Tendo como enquadramento regulamentar a proposta 14/GAP/2026, o apoio financeiro corresponde ao valor de 2.760,00 euros (80% de 3.450,00 euros).

8) A proposta de apoio financeiro, em referência, apresenta em anexo os documentos habilitados designadamente: certidão de não dívida à S.S, certidão de não dívida às finanças, entre outros, mencionados na Proposta n.º 14/GAP/2026.

V – Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Aprovar, ao abrigo da Proposta n.º 14/GAP/2026 a atribuição do valor de 2.760,00€;

b) Designar, com a função de acompanhar permanentemente a execução fazendo cumprir todas as obrigações estabelecidas na referida Proposta;

c) Os efeitos da deliberação que venha a ser praticada sobre o presente assunto deverá ter os seus efeitos retroagidos à data do evento, ao abrigo do artigo 156º do Código do Procedimento Administrativo, tratando-se de um ato com eficácia retroativa;

(1) – De acordo com critérios constantes na Proposta n.º 14/GAP/2026.

d) O valor da subvenção proposta tem enquadramento no plano orçamental 2019 A 19 Desporto Recreio e Lazer Transferências em Valor, dispondo do cabimento n.º 2026/302 e CFD n.º 2026/820;

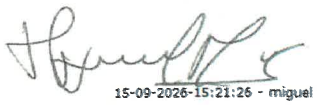
e) Por último, caso a presente proposta seja aprovada, dever-se-á proceder à notificação do beneficiário **Daniel Filipe Rodrigues Teixeira**, termos do CPA, bem como à publicação do respetivo apoio nos termos legais.

Peço deferimento,

DAG,

O Técnico Superior em regime de mobilidade,

Miguel A. B. Morais



(1) – De acordo com critérios constantes na Proposta n.º 14/GAP/2026.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

Município de Murça 1224-2024

PRESENTE A REUNIÃO DE 18 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade de acordo com a DJA e dat. Executa-se.

Ref.º DJA / 04 – SUB_63/2026

PROPOSTA DE SUBVENÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
15-09-2026-17:46:07 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo. Sugiro o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação. À consideração do PC.
15-09-2026-15:28:48 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Visto. Concordo com a presente proposta. Atendendo à natureza da matéria - concessão de apoio - a mesma deve ser objeto de sancionamento por parte do órgão executivo municipal.
À consideração do Diretor de Departamento
15-09-2026-15:19:43 - marcos

ASSUNTO

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO, SUBVENÇÃO, À COMISSÃO DE UTENTES DA USF DE MURÇA, PESSOA COLETIVA N.º 518 708 942, PARA DESENVOLVIMENTO DAS II JORNADAS MULTIDISCIPLINARES DA USF DE MURÇA ATIVIDADE ENQUADRANA NO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 14.9.2026

I – Informação preliminar

De acordo com o pedido (conforme anexo), de apoio financeiro, por parte da **Comissão de Utentes da USF de Murça,** pessoa coletiva n.º 518 708 942, tenho a propor o seguinte:

II – Enquadramento do pedido

A Comissão de Utentes da USF de Murça pretende promover, no concelho de Murça, as II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça, iniciativa que assume particular relevância no contexto da promoção da saúde, da qualificação dos cuidados prestados à população e do reforço da articulação entre os diferentes profissionais e entidades com intervenção nesta área.

Estas Jornadas constituem um espaço privilegiado de formação contínua, atualização de conhecimentos, partilha de experiências e boas práticas e reflexão sobre os atuais desafios da saúde comunitária, proporcionando aos profissionais e demais intervenientes a oportunidade de debater matérias com impacto direto na qualidade, eficiência e humanização dos cuidados de saúde prestados à população.

Num contexto em que os desafios na área da saúde exigem uma intervenção cada vez mais integrada e multidisciplinar, assume especial importância a criação de momentos que promovam a articulação entre profissionais, instituições e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de respostas coordenadas e ajustadas às necessidades concretas do território.

A realização das **II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça** reveste-se, assim, de particular importância para o concelho, não apenas pela sua componente formativa, mas igualmente pela promoção de uma cultura de trabalho em rede, envolvendo profissionais de diferentes áreas, serviços e entidades, favorecendo a cooperação institucional, a interdisciplinaridade e a construção de respostas conjuntas no domínio da saúde e do bem-estar da população.

O trabalho em rede constitui, atualmente, um instrumento fundamental para uma intervenção eficaz ao nível da saúde comunitária, permitindo potenciar recursos, conhecimentos e competências

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

existentes no território, melhorar a comunicação entre os diferentes intervenientes e contribuir para uma abordagem mais próxima, preventiva e integrada das necessidades da população.

Acresce que a realização desta iniciativa no Concelho de Murça contribui igualmente para reforçar a centralidade do território na discussão e reflexão sobre matérias relacionadas com a saúde, valorizando os profissionais e instituições locais e promovendo a participação da comunidade em torno de questões fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos.

Neste âmbito, importa salientar que, nos termos do artigo 23.º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, encontrando-se expressamente previsto, na alínea g) do n.º 2 do mesmo artigo, o domínio da saúde.

Por sua vez, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município.

De igual modo, a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece competir à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

Face ao exposto, considerando a relevância da iniciativa para a formação e valorização dos profissionais, promoção da saúde comunitária, partilha de boas práticas, reforço da cooperação e do trabalho em rede e melhoria das respostas dirigidas à população, entende-se que a realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça se encontra revestida de manifesto interesse público municipal.

Nestes termos, considera-se devidamente fundamentada a atribuição de apoio financeiro à Comissão de Utentes da USF de Murça, destinado a comparticipar as despesas inerentes à organização e realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça, enquanto iniciativa que contribui diretamente para a prossecução das atribuições municipais no domínio da saúde e para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população do concelho de Murça.

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a atribuição de um apoio financeiro no valor de até 10.000,00 €, destinado à realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atendendo ao reconhecido interesse público municipal da iniciativa.

III – Enquadramento Legal

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições no domínio da saúde, colaborando com as Associações na concretização daquele fim;

2. Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

3. Considerando que nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal dispõe de competências sobre as formas de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

IV – Valor da Subvenção e dados da entidade a apoiar

- Apoio financeiro no valor de até 10.000,00 euros (1).
- Entidade a subvencionar: Comissão de Utentes da USF de Murça – Pessoa Coletiva n.º: 518708942 – E-mail: comissaoutentesusfmurca@gmail.com
- A proposta de apoio financeiro, em referência, apresenta em anexo os documentos habilitados designadamente: certidão de não dívida à S.S, certidão de não dívida às finanças, RCBE, entre outros, por parte da entidade subvencionada.

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

V – Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que adote deliberação traduzida em:

a) Aprovar, ao abrigo da alínea o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à **Comissão de Utentes da USF de Murça**, no valor de até **10.000,00 €** (dez mil euros), em vista ao apoio das atividades e iniciativas que abrange a atividade a promover, apresentada pelo referida **Comissão**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais com dinamização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça.

b) Considerando que o artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, em vigor no Concelho de Murça, prevê a atribuição de apoios financeiros destinados à organização e atividades pontuais.

c) Simultaneamente, aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração entre a Comissão de Utentes da USF de Murça e o Município de Murça, contendo as cláusulas reguladoras das obrigações e direitos das partes, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara para outorgar o mesmo;

d) Para o efeito, deverá ser designado, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, para efeitos do artigo 290.º-A, do CCP;

e) O valor da subvenção proposta tem enquadramento no plano orçamental em "outras atividades cívicas e religiosas", dispondo do cabimento n.º 2026/789 e do compromisso n.º 2026/830;

f) Por último, caso a presente proposta seja aprovada, dever-se-á proceder à notificação da **Comissão de Utentes da USF de Murça**, nos termos do CPA.

À consideração superior,

DJA,

O Técnico Superior em regime de mobilidade,

Miguel A. B. Morais

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

MINUTA

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

I – Justificação

A Comissão de Utentes da USF de Murça pretende promover, no Concelho de Murça, as II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça, iniciativa que assume particular relevância no contexto da promoção da saúde, da qualificação dos cuidados prestados à população e do reforço da articulação entre os diferentes profissionais e entidades com intervenção nesta área.

Estas Jornadas constituem um espaço privilegiado de formação contínua, atualização de conhecimentos, partilha de experiências e boas práticas e reflexão sobre os atuais desafios da saúde comunitária, proporcionando aos profissionais e demais intervenientes a oportunidade de debater matérias com impacto direto na qualidade, eficiência e humanização dos cuidados de saúde prestados à população.

Num contexto em que os desafios na área da saúde exigem uma intervenção cada vez mais integrada e multidisciplinar, assume especial importância a criação de momentos que promovam a articulação entre profissionais, instituições e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de respostas coordenadas e ajustadas às necessidades concretas do território.

A realização das **II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça** reveste-se, assim, de particular importância para o Concelho, não apenas pela sua componente formativa, mas igualmente pela promoção de uma cultura de trabalho em rede, envolvendo profissionais de diferentes áreas, serviços e entidades, favorecendo a cooperação institucional, a interdisciplinaridade e a

construção de respostas conjuntas no domínio da saúde e do bem-estar da população.

O trabalho em rede constitui, atualmente, um instrumento fundamental para uma intervenção eficaz ao nível da saúde comunitária, permitindo potenciar recursos, conhecimentos e competências existentes no território, melhorar a comunicação entre os diferentes intervenientes e contribuir para uma abordagem mais próxima, preventiva e integrada das necessidades da população.

Acresce que a realização desta iniciativa no Concelho de Murça contribui igualmente para reforçar a centralidade do território na discussão e reflexão sobre matérias relacionadas com a saúde, valorizando os profissionais e instituições locais e promovendo a participação da comunidade em torno de questões fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos.

Neste âmbito, importa salientar que, nos termos do artigo 23.º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, encontrando-se expressamente previsto, na alínea g) do n.º 2 do mesmo artigo, o domínio da saúde.

Por sua vez, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município.

De igual modo, a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece competir à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

Face ao exposto, considerando a relevância da iniciativa para a formação e valorização dos profissionais, promoção da saúde comunitária, partilha de boas práticas, reforço da cooperação e do trabalho em rede e melhoria das respostas dirigidas à população, entende-se que a realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça se encontra revestida de manifesto interesse público municipal.

Nestes termos, considera-se devidamente fundamentada a atribuição de apoio financeiro à Comissão de Utentes da USF de Murça, destinado a comparticipar as despesas inerentes à organização e realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça, enquanto iniciativa que contribui diretamente para a prossecução das atribuições municipais no domínio da saúde e para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população do concelho de Murça.

Assim,

Ao abrigo das alíneas o) e u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com as disposições atrás citadas.

II – Do Protocolo de Colaboração

É celebrado entre:

MUNICÍPIO DE MURÇA, pessoa coletiva 506862763, com sede na Praça 5 de Outubro, Murça, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Correia Lopes, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por Município ou primeiro outorgante; e

COMISSÃO DE UTENTES DA USF DE MURÇA, pessoa coletiva com o NIPC 518708942,com sede em Murça, neste ato representado pelo Vitor Pinto dos Santos, doravante designado por segundo outorgante.

O presente Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro que se rege pelas Considerações acima referidas e Cláusulas seguintes:

é celebrado o presente **Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
Objeto

1. O presente protocolo tem por objeto a definição das condições de atribuição, execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas do apoio financeiro concedido pelo Município de Murça à Comissão de Utentes da USF de Murça, destinado a comparticipar as despesas inerentes à organização e realização do evento denominado "II Jornadas Multidisciplinares da USF Murça", previsto para os dias 24, 25 e 26 de setembro de 2026, a decorrer em Murça.
2. O apoio municipal é atribuído tendo em consideração o interesse público municipal da iniciativa, designadamente a sua dimensão cultural, social,

comunitária, intergeracional e de valorização da identidade local, bem como a sua relevância para a promoção da formação contínua, partilha de boas práticas e reflexão sobre saúde comunitária do Concelho de Murça no contexto regional.

Cláusula Segunda

Enquadramento legal

1. O presente protocolo é celebrado ao abrigo das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e ulteriores alterações.
2. O apoio financeiro ora concedido encontra fundamento no interesse municipal da iniciativa, na sua aptidão para a promoção da formação contínua, partilha de boas práticas e reflexão sobre saúde comunitária do Concelho de Murça no contexto regional.
3. A atribuição do apoio observa os princípios da legalidade, prossecução do interesse público, igualdade, proporcionalidade, transparência, boa administração e responsabilidade financeira.

Cláusula Terceira

Finalidade do apoio

1. O apoio financeiro concedido pelo Município de Murça destina-se exclusivamente à comparticipação das despesas diretamente associadas à organização e realização do evento "II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça".
2. São consideradas elegíveis, designadamente, as despesas relacionadas com:
   a) Organização geral do evento;
   b) Logística e montagem de espaços;
   c) Comunicação, divulgação e materiais gráficos;
   d) Segurança, primeiros socorros e apoio operacional;
   e) Infraestruturas temporárias de apoio;
   f) Animação cultural e comunitária;

g) Acolhimento dos participantes;

h) Outras despesas diretamente necessárias à boa execução da iniciativa, desde que devidamente justificadas e documentalmente comprovadas;

3. Não são elegíveis despesas que não apresentem relação direta com o evento apoiado, despesas de funcionamento corrente da entidade beneficiária ou despesas que contrariem a finalidade pública que fundamenta a atribuição do apoio.

Cláusula Quarta

Comparticipação financeira e Pagamentos

1. Para a realização do evento referido na cláusula primeira, o Município de Murça concede à Comissão de Utentes da USF de Murça uma comparticipação financeira no montante de até 10.000,00 € (dez mil euros).
2. O pagamento do apoio financeiro será efetuado mediante apresentação, pela Comissão de Utentes da USF de Murça, de documentação comprovativa das despesas realizadas com a organização e execução do evento.
3. Para efeitos do número anterior, a entidade beneficiária deverá apresentar ao Município de Murça faturas, recibos, documentos contabilísticos equivalentes ou outros elementos comprovativos legalmente admissíveis, que permitam aferir a natureza, o montante e a relação das despesas com a iniciativa apoiada.
4. O pagamento será efetuado por transferência bancária para conta titulada pela Comissão de Utentes da USF de Murça, a indicar por esta, após validação dos documentos pelo gestor do protocolo de Colaboração.

Cláusula Quinta

Cabimento e compromisso

1. Os encargos resultantes do presente protocolo de colaboração serão satisfeitos pelas correspondentes classificações orgânica e económica do orçamento municipal em vigor.

2. Para efeitos de cumprimento da legislação financeira aplicável, o presente apoio encontra-se suportado pelo cabimento n.º 2026/789 e pelo compromisso de fundo disponível n.º 2026/830.
3. A assunção da despesa observará o disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos nas suas redações atuais.

Cláusula Sexta

Obrigações da Comissão de Utentes da USF de Murça

No âmbito do presente protocolo, a Comissão de Utentes da USF de Murça obriga-se a:

a) Realizar o evento "II Jornadas Multidisciplinares da USF de Murça" nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2026, em Murça, nos termos constantes do requerimento apresentado ao Município;

b) Aplicar o apoio financeiro exclusivamente nas despesas elegíveis e diretamente associadas à organização e realização da iniciativa;

c) Não desviar, total ou parcialmente, as verbas concedidas para finalidade diversa daquela que fundamenta a atribuição do apoio;

d) Assegurar a boa gestão dos recursos financeiros recebidos;

f) Apresentar ao Município de Murça, após a realização do evento, relatório de execução física e financeira da iniciativa;

g) Juntar ao relatório referido na alínea anterior cópias dos documentos comprovativos das despesas realizadas;

h) Prestar todos os esclarecimentos e apresentar todos os documentos que venham a ser solicitados pelo Município de Murça no âmbito do acompanhamento, fiscalização e controlo da execução do presente protocolo de colaboração;

i) Fazer referência ao apoio concedido pelo Município de Murça nos materiais de divulgação da iniciativa, sempre que adequado, incluindo o respetivo logótipo em suportes gráficos, digitais ou promocionais;

j) Obter, quando aplicável, as licenças, autorizações, pareceres, seguros ou demais títulos necessários à realização da iniciativa;

k) Cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de segurança, proteção civil, saúde pública, ruído, ocupação de espaço público, direitos de autor, contratação de serviços, proteção de dados pessoais e demais regimes aplicáveis.

Cláusula Sétima

Obrigações do Município de Murça

Constituem obrigações do Município de Murça:

a) Conceder à Comissão de Utentes da USF de Murça o apoio financeiro previsto no presente protocolo de colaboração, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), nos termos e condições aqui definidos;

b) Proceder à análise e validação da documentação comprovativa das despesas apresentadas;

c) Efetuar o pagamento da comparticipação financeira devida, após verificação da elegibilidade das despesas e cumprimento das formalidades legais, financeiras e contabilísticas aplicáveis;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente protocolo de colaboração, através dos serviços municipais competentes e do gestor do protocolo designado;

e) Prestar à entidade beneficiária os esclarecimentos necessários à correta execução do presente protocolo de colaboração.

Cláusula Oitava

Relatório de execução física e financeira

1. A Comissão de Utentes da USF de Murça deverá apresentar ao Município de Murça, no prazo de 30 dias após a realização do evento, um relatório de execução física e financeira da iniciativa.
2. O relatório deverá conter, designadamente:
   a) Descrição sumária da iniciativa realizada;
   b) Data, local e principais atividades desenvolvidas;

c) Número de participantes;
d) Mapa discriminado das despesas realizadas;
e) Identificação dos documentos justificativos de despesa;
f) Avaliação global da execução da iniciativa.

3. O Município de Murça poderá solicitar elementos adicionais sempre que os documentos apresentados se revelem insuficientes para comprovar a boa aplicação do apoio financeiro atribuído.

Cláusula Nona

Acompanhamento, fiscalização e controlo

1. O Município de Murça acompanhará e fiscalizará a execução do presente protocolo através do gestor de contrato designado para o efeito, sem prejuízo da intervenção dos serviços municipais competentes.
2. Para efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Protocolos Públicos, é designado como gestor de contrato
   com a função de acompanhar permanentemente a respetiva execução.
3. O gestor de contrato poderá solicitar à entidade beneficiária informações, documentos, comprovativos ou esclarecimentos necessários à verificação da correta execução material e financeira do apoio atribuído.
4. Caso sejam detetados desvios, irregularidades ou insuficiências documentais, o gestor de contrato deverá comunicá-los ao órgão competente, propondo as medidas corretivas adequadas.
5. O incumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Comissão de Utentes da USF de Murça, no âmbito do presente protocolo de colaboração, poderá determinar a suspensão do pagamento, a redução do apoio, a não elegibilidade de determinadas despesas ou a obrigação de restituição das quantias indevidamente recebidas.
6. A obrigação de restituição será proporcional ao grau de incumprimento verificado, sem prejuízo da restituição integral nos casos de não realização do evento, desvio de finalidade ou inexistência de despesa elegível comprovada.

Cláusula Décima
Revisão do protocolo

1. O presente protocolo de colaboração poderá ser revisto por acordo entre as partes, sempre que ocorram circunstâncias supervenientes, devidamente fundamentadas, que justifiquem a alteração das condições inicialmente estabelecidas.
2. A revisão não poderá alterar a finalidade essencial do apoio, nem determinar aumento do montante máximo da comparticipação financeira sem nova deliberação do órgão municipal competente e sem prévia verificação da respetiva cobertura orçamental e financeira.

Cláusula Décima Primeira
Cessação

1. O presente protocolo de colaboração cessa com a conclusão da iniciativa apoiada e com o cumprimento integral das obrigações de prestação de contas, validação documental e pagamento ou restituição de quantias que sejam devidas.
2. A cessação do protocolo de colaboração não prejudica o exercício posterior dos poderes de fiscalização, controlo financeiro, auditoria ou reposição de verbas que legalmente caibam ao Município de Murça ou a outras entidades competentes.

Cláusula Décima Segunda
Publicitação

1. A deliberação de atribuição do apoio e o presente protocolo de colaboração serão publicitados nos termos legalmente aplicáveis.
2. Para efeitos do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, as deliberações dos órgãos das autarquias locais e as decisões dos seus titulares destinadas a ter eficácia externa devem ser publicadas por edital e também no sítio da Internet, nos termos e prazos legalmente previstos.

Cláusula Décima Terceira

Comunicações

As comunicações entre as partes relativas à execução do presente protocolo de colaboração devem ser efetuadas por escrito, preferencialmente por correio eletrónico institucional ou outro meio que permita comprovar o respetivo envio e receção.

Cláusula Décima Quarta

Omissões

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente protocolo, são aplicáveis as normas constantes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Código do Procedimento Administrativo, da legislação financeira aplicável às autarquias locais, designadamente a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como os princípios gerais de direito administrativo.

Cláusula Décima Quinta

Entrada em vigor

O presente protocolo de colaboração entra em vigor na data da sua assinatura, sem prejuízo da respetiva publicitação nos termos legalmente aplicáveis.

Murça, setembro de 2026

O Presidente Câmara Municipal de Murça,

Mário Artur Lopes

O Presidente da Comissão de Utentes da USF de Murça,

Vitor Pinto dos Santos

GAP - Gab. Apoio à Presidência

De: Comissão de utentes USF Murça <comissaoutentesusfmurca@gmail.com>
Enviado: 15 de setembro de 2026 21:34
Para: gap@cm-murca.pt
Assunto: Pedido de apoio à realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF Murça

Exm. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça
Dr. Mário Artur Lopes

A Comissão de Utentes da USF Murça, enquanto organizadora das II Jornadas Multidisciplinares da USF Murça, vem por este meio solicitar formalmente o apoio da Câmara Municipal de Murça à realização das II Jornadas Multidisciplinares da USF Murça.

Face ao ano anterior, tem-se verificado um número de inscrições, até ao momento, acima da expetativa inicial, contabilizando até ao momento mais de 90 inscrições confirmadas, sendo que os patrocinadores da indústria farmacêutica têm ainda em sua posse um total de 20 inscrições.
Face a esta realidade, e também ao aumento do número de laboratórios presentes face à edição anterior, coloca-se a possibilidade de o espaço disponível nas instalações da Câmara Municipal de Murça (auditório, átrio principal e átrio do piso superior) possam ser insuficientes para acolher, em condições de excelência, os participantes, palestrantes e patrocinadores das Jornadas.

Neste sentido, coloca-se a necessidade da realização das jornadas num espaço diferente, capaz de alocar condignamente os participantes, oradores, moderadores e representantes da indústria farmacêutica.
Face à indisponibilidade de espaços, no concelho de Murça, para realização do evento, e não sendo nossa intenção a deslocação para fora do concelho, surge como possibilidade real a utilização do Parque urbano de Murça, como aconteceu em eventos promovidos pelo município. Neste âmbito surge a necessidade de aluguer e instalação de tenda com estrado e palco (medidas aprox. 20m X 10m), aluguer de 120 cadeiras, instalação de som (colunas e microfones) e instalação de ecrã para visualização das apresentações.
Esta deslocalização acarreta, no entanto, custos que a Comissão de Utentes não consegue infelizmente suportar na totalidade.

Como é do vosso conhecimento, os feedback que recebemos da edição anterior foram muito positivos, e a Comissão organizadora sente-se preparada para dar este "salto em frente" na visibilidade do evento e do território que representamos, acreditando que possa servir também para afirmar o que de melhor é produzido no nosso concelho.
A nossa expetativa é a de nos afirmarmos como referência na realização de eventos na área da saúde no território da Unidade Local de Saúde de trás-os-Montes e Alto Douro, sendo para isso imprescindível o vosso constante apoio e colaboração.

Face ao exposto, vimos por este meio solicitar à Câmara Municipal de Murça um apoio no valor de 10.000€ (dez mil euros), considerado essencial para a concretização do evento.

Aguardamos com expetativa a vossa resposta e tudo faremos para valorizar o território que todos representamos.

Com os melhores cumprimentos

Vitor Santos
Presidente da Comissão organizadora das
II Jornadas Multidisciplinares da USF Murça

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 789 Data do registo (1) : 2026/09/16

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	190.000,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0201 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
OUTRAS INSTITUIÇÕES

Classificação Económica : 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.º Rubrica do Plano : 2019 A 15

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	125.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	65.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	190.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	166.686,70	26.609,70			
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	23.313,30	73.390,30	100.000,00	100.000,00	100.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	10.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	13.313,30	73.390,30	100.000,00	100.000,00	100.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/16 Número de lançamento no diário do orçamento: 11408

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/789
APOIO FINANCEIRO PARA DINAMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO ATIVIDADES PARA 2026 - COMISSÃO DE UTENTES DA USF

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

_____
(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/16	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/14	789	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/16

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA DINAMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO ATIVIDADES PARA 2026 - COMISSÃO DE UTENTES DA USF

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: TICS-TRANSFERENCIAS CORRENTES INSTITUÇÕES DE CARACTER SOCIAL
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO : 2019 A 15
OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
OUTRAS INSTITUIÇÕES

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
23.313,30
A CABIMENTAR
10.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
13.313,30

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/16	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/09/14	893	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.	
518708942	8438	TRFA	2026 / 830

Comissão de Utentes da Usf Murça
Av. Inês Bacarini Breia

5090-134 MURÇA

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/09/16			

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/16	

(rosa)

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	PROCESSADO POR COMPUTADOR GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA DINAMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO ATIVIDADES PARA 2026 - COMISSÃO DE UTENTES DA USF
APOIO FINANCEIRO PARA DINAMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO ATIVIDADES PARA 2026 - COMISSÃO DE UTENTES DA USF

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TICS	TRANSFERENCIAS CORRENTES INSTITUÇÕES DE CARACTER SOCIAL		ISENTO	10.000,000		10.000,000	

EXTENSO
DEZ MIL EUROS

Documento n.° 2026/893, Compromisso n.° 2026/830, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/789

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	10.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	10.000,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.577.325,67 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 10.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.567.325,67 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	789	1	TICS	02	040701	2019	A	15	92.2.2.1.01.01	23.313,30	10.000,00	13.313,30

Plano de Atividades 2026

Comissão de Utentes da USF Murça

Entidade: Comissão de Utentes da USF Murça

Âmbito: Unidade de Saúde Familiar (USF) Murça — ULS Trás-os-Montes e Alto Douro

Ano de Exercício: 2026

1. Introdução

A Comissão de Utentes da USF Murça assume-se como uma estrutura representativa e participativa da comunidade local no acompanhamento e promoção dos cuidados de saúde primários.

No cumprimento da sua missão, o Plano de Atividades para o ano de **2026** foca-se no estreitamento de laços entre a USF Murça, os parceiros sociais e comunitários, e os utentes do concelho. Pretende-se dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela unidade de saúde, promover a literacia em saúde e dinamizar espaços de reflexão multidisciplinar sobre as necessidades da população.

2. Objetivos Estratégicos para 2026

1. **Transparência e Prestação de Contas à Comunidade:** Divulgar e debater os indicadores de desempenho, atividades e resultados da USF Murça junto dos parceiros locais.
2. **Capacitação e Debate Multidisciplinar:** Promover a formação contínua, partilha de boas práticas e reflexão sobre a saúde comunitária.
3. **Reforço do Trabalho em Rede:** Consolidar a cooperação entre a USF, a autarquia, IPSS, comunidade escolare, proteção civil e a comunidade em geral.
4. **Promoção da Literacia e Defesa dos Direitos dos Utentes:** Auscultar as necessidades dos cidadãos e promover hábitos de vida saudáveis.

3. Eixos de Intervenção e Plano de Ação

Eixo I — Relação com a Comunidade e Parcerias Locais

Atividade 1.1: Reunião com Parceiros na Comunidade para Apresentação de Resultados

- **Descrição:** Organização e dinamização de um encontro de trabalho alargado com entidades locais (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, IPSS, Escolas, Segurança Social, Associação de Bombeiros) e população para apresentação dos resultados de atividade e impacto da USF Murça na saúde da população.
- **Objetivos:**
    - Apresentar indicadores de cobertura e ganhos em saúde alcançados pela USF.
    - Debater constrangimentos locais no acesso aos cuidados.
    - Definir estratégias conjuntas de intervenção social e em saúde para a população vulnerável.
- **Público-Alvo:** Representantes das instituições comunitárias e parceiros estratégicos do concelho de Murça, comunidade em geral.
- **Calendarização:** 1.º Semestre de 2026.
- **Indicadores de Desempenho:**
    - N.º de entidades parceiras presentes.
    - Emissão de relatório de conclusões e propostas de melhoria conjunta.

Eixo II — Formação, Debate e Boas práticas nos Cuidados de Saúde Primários

Atividade 2.1: Organização da 2.ª Edição das "Jornadas Multidisciplinares da USF Murça"

- **Descrição:** Planeamento, divulgação e realização da segunda edição do evento técnico-científico e comunitário dedicado à discussão de temas fraturantes dos cuidados de saúde primários, bem como apresentação das boas práticas nas diversas áreas de atuação.
- **Objetivos Espécie/Ação:**
    - Promover o debate entre equipas de saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e assistentes técnicos) e outros profissionais da área social/comunitária.
    - Abordar a integração de cuidados no meio rural e o envelhecimento ativo.
    - Criar espaço de divulgação de projetos locais ou regionais de intervenção preventiva.
- **Público-Alvo:** Profissionais de saúde, estudantes e comunidade em geral.
- **Calendarização:** 2.º Semestre de 2026.
- **Indicadores de Desempenho:**
    - N.º total de participantes inscritos nas Jornadas.
    - N.º de preletores e painéis temáticos dinamizados.
    - Nível de satisfação apurado através de inquérito aos participantes.

Eixo III — Auscultação e Defesa dos Utentes *(Eixo Contínuo)*

Atividade 3.1: Monitorização da Acessibilidade e Apoio ao Cidadão

- **Descrição:** Acompanhamento regular do funcionamento da unidade, garantindo a recolha de sugestões e apoio na resolução de dificuldades de acesso dos utentes.
- **Objetivos Espécie/Ação:**
  - Manter reuniões de articulação periódicas com a coordenação da USF Murça.
  - Divulgar os direitos e deveres do utente através dos canais de comunicação disponíveis.
- **Calendarização:** Ao longo de todo o ano de 2026 (contínuo).

4. Cronograma Sintético de Execução (2026)

Atividade / Trimestre	T1	T2	T3	T4
Planeamento Geral do Ano e Articulação Institucional	X			
Preparação e Realização da Reunião com Parceiros	X	X		
Planeamento e Logística das 2.ªs Jornadas Multidisciplinares		X	X	
Realização das 2.ªs Jornadas Multidisciplinares				X
Auscultação de Utentes e Reuniões de Acompanhamento	X	X	X	X
Relatório Anual de Avaliação do Plano de Atividades				X

5. Afetação de Recursos e Logística

- **Recursos Humanos:** Membros da Comissão de Utentes, em articulação estreita com a Equipa de Enfermagem, Médica e Administrativa da USF Murça.
- **Recursos Materiais e Espaços:** Utilização de infraestruturas municipais (ex.: Auditório Municipal de Murça) para a realização dos eventos de maior dimensão, em parceria com a autarquia local.
- **Comunicação:** Divulgação via imprensa local, redes sociais, afixação de cartazes na unidade de saúde e juntas de freguesia do concelho.

6. Avaliação e Monitorização

A execução do presente Plano de Atividades será monitorizada continuamente pela Comissão de Utentes. No final do exercício de 2026, será elaborado o **Relatório de Atividades e Contas**, detalhando o grau de concretização das metas fixadas e os indicadores obtidos em cada uma das ações realizadas.

O documento "CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO COMISSÃO DE UTENTES USF MURÇA" com o Identificador único "595BE539-9EF0-4285-BC95-84DF33237468" foi arquivado com sucesso!

Primeira certidão

Código de acesso
CN-4B074343-87F9-4443-9D76-30CF1A2CD0BE
Válida desde
2025-03-28
Válida até
2026-03-28
Documento

Denominação
CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO COMISSÃO DE UTENTES USF MURÇA
Espécie
Escritura pública
Data do documento
2025-03-28
Livro De Escrituras
65M
Primeira folha
59
Número de páginas
14
Licença
308.º Cartório Notarial - Murça
Responsável do arquivo eletrónico
Sónia Moutinho

Com os melhores cumprimentos,
Plataforma de Certidão notarial permanente.

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de MURCA - [2429]

CERTIDÃO

Alípio José Santos Barreira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MURCA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 11 de Setembro de 2026.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: COMISSÃO DE UTENTES DA USF MURÇA
NIF: 518708942

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 518708942
Cód. Validação: YPXRPPSFENPI

O Chefe de Finanças,

Alípio José Santos Barreira

(Alípio José Santos Barreira)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W1

JUSTIÇA.GOV.PT

Registo Central do Beneficiário Efetivo

Consulta Declaração

Dados da entidade sujeita

Firma ou denominação:

COMISSÃO DE UTENTES DA USF MURÇA

Número de identificação fiscal:

518708942

País de residência ou sede:

Portugal

Natureza Jurídica:

102

Data de submissão:

09/06/2025

Dados Beneficiário

Nome(s) próprio(s):

Vitor

Apelido:

Pinto dos Santos

Voltar

CENTRO DISTRITAL DE VILA REAL
RUA D. PEDRO DE CASTRO, N.º 110 -
APARTADO 208
5000-669 VILA REAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte COMISSÃO DE UTENTES DA USF MURÇA

COMISSÃO DE UTENTES DA USF MURÇA

Firma/Denominação COMISSÃO DE UTENTES DA USF MURÇA

N.º de Ident .

N.º de Ident .

N.º da Decl .

Data de emi .

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.
Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, art. 208.º, versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores. Refere-se à situação contributiva apurada até à data de emissão e não impede que sejam apuradas dívidas no futuro.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 82.º, n.os 1 e 3, versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, a contar da data de emissão.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 84.º, versão atualizada

Diretor de Segurança Social
Luís Nicolau
Luís Miguel F. S. Vaz Nicolau

Como obter a versão digital e confirmar se este documento é autêntico?
Para obter a versão digital deste documento e confirmar a sua autenticidade, aceda ao Portal da Segurança Social, entre em "Links úteis", escolha "Obter documento" e depois insira o seguinte código de acesso:
3-3ood-g1qr-uqit-e6f6-c9lj-2 Válido até: 2028-09-15

Os dados deste documento constam do Sistema de Informação da Segurança Social à data da sua emissão.

Digitalmente Assinado por: INSTITUTO DA INFORMÁTICA